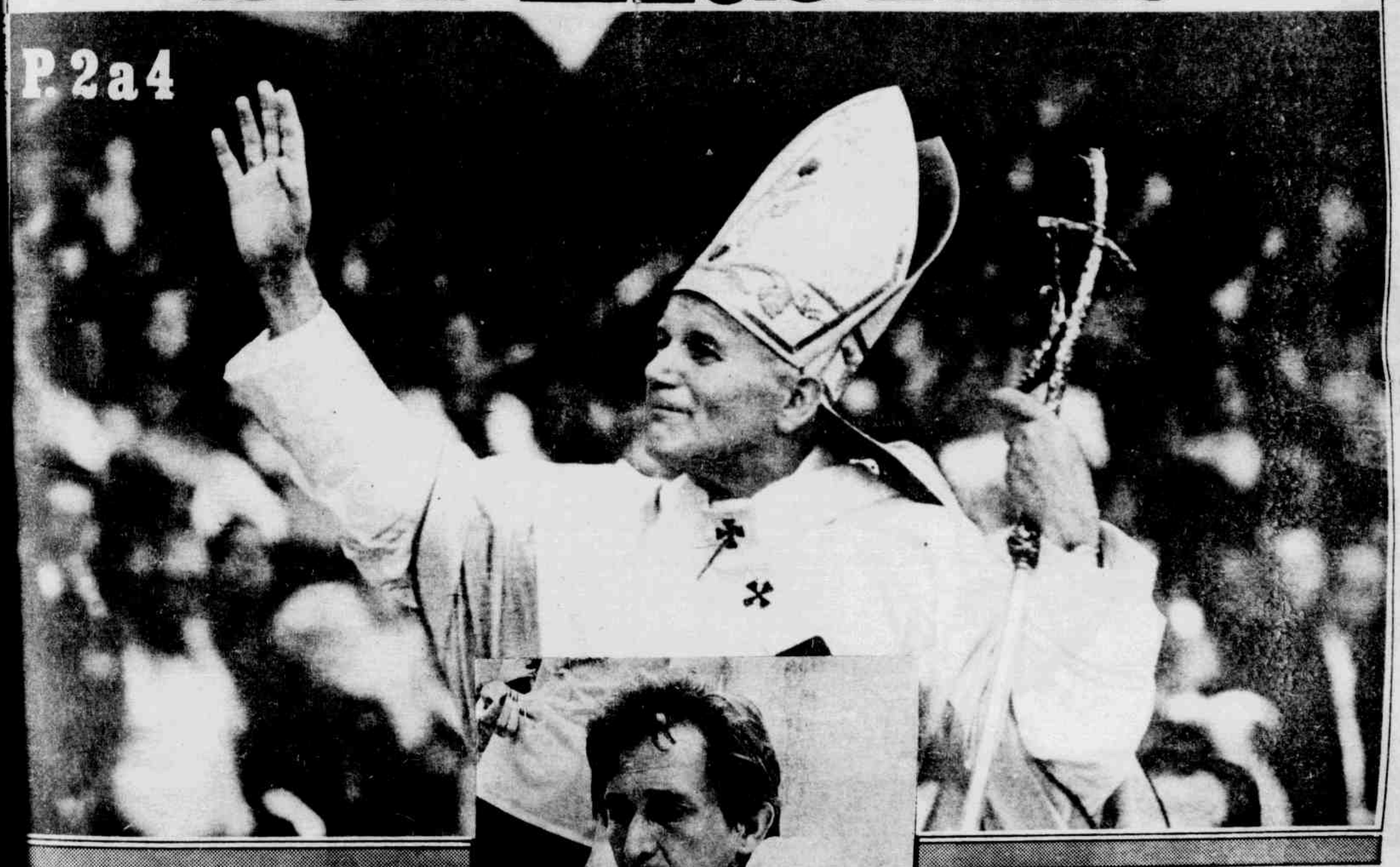
MOVIMENTO 5 ANOS
Cinco anos contra a opressão

BIBLIOTECA NACIONAL

JOÃO PAULO ☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆ SUPERSTAR

P. 2 a 4



Do nosso correspondente, Licínio Azevedo

Eleições na Bolívia: a esquerda avança

P. 15 e 16

O metalúrgico que falou para o papa

Uma nova lei pode expulsar os exilados políticos

P. 11 a 13

MOVIMENTO 5 ANOS

Conselho de Direção

Aguinaldo Silva, Alvaro Antonio Caropreso, Antonio Carlos Ferreira, Antonio Carlos Moura, Antonio Carlos Queiroz, Antonio Neto, Armando Sartori, Benedito Cintra, Celia Regina de Souza, Chico Pinto, Clovis Moura, Eduardo M. Suplicy, Elifas Andreato, Fernando Peixoto, Flavio Carvalho, Flavio Dieguez, Jaime Leao, Jaime Sautchuck, Jair Borin, José Crisóstomo de Souza, José Tadeu Arantes, Kurt Mirow, Luiz Bernardes, Luiz Carlos Antero, Luiz Felipe Novaes, Marcio Bueno, Marcos Gomes, Maria Amélia Telles, Maria Elena Pereira, Maria Leonor Viana, Maurício Azedo, Murilo Carvalho, Paulo Barbosa, Perseu Abramo, Raimundo Rodrigues Pereira, Raimundo Teodoro de Oliveira, Renato Godinho, Roldao de Oliveira, Samuel Rodrigues, Sérgio Buarque Gusmao, Sonia Rodrigues e Teodomiro Braga.

Conselho Editorial de Movimento

Alencar Furtado, André Foster, Audálio Dantas, Chico Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, Orlando Vilas Boas, Hermilo Borba Filho (1912 - 19.6)

Diretor Responsável

Antonio Carlos Ferreira

Editor

Raimundo Rodrigues Pereira

Movimento é uma publicacao de Edicao S A — Editora de Livros, Jornais e Revistas. Administracao e redacao: Rua Dr. Virgilio de Carvalho Pinto, 625, Pinheiros, Sao Paulo, Brasil. Telefones 210 6622 e 210 6.44. Belo Horizonte: Av. Amazonas, 135, sala 509 — Edificio Codó Minas, tel. 224 /605. Salvador: Rua Caetano Moura, 16, tel 245 2861. Federacao. Distribuicao Abril S A — Cultural e Industrial, Rua Emilio Goeldi, 5/5, tel. 65 5115. Composto e impresso nas oficinas da Cia Editora Jorues, Rua Gastao da Cunha, 49, tel. 531-8900, Sao Paulo. Material Internacional via Varig.

SERVICOS INTERNACIONAIS

Le Monde

Raimundo Rodrigues Pereira

O Papa e os ricos, a Constituinte e Figueiredo

Ou: é mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que o regime militar convocar uma Constituinte com amplas liberdades e soberania

O deputado Thales Ramalho, líder do Partido Popular, convenceu-se de que a presença de Joao Paulo II no Brasil criou um clima de franco otimismo e fez refluir a perspectiva de *golpe* e *retrocesso político*. O líder do partido de Tancredo Neves e Chagas Freitas declarou ainda que o governo deveria convocar uma Assembléia Nacional Constituinte, se tivesse sensibilidade suficiente para aproveitar a ocasiao e materializar o significado real da pregaçao que o papa fez a enormes multidoes em nosso país.

E uma proposta equivocada e serve para semear ilusoes. Mas a sugestao de Ramalho nao pode ser criticada apressadamente. Primeiro, porque a visita do papa certamente exerce influência sobre o processo político em curso no país e nao é simples determinar em que sentido essa influência se dará: tanto há generais dizendo que "tudo que o Sumo Pontífice vem falando nas cidades em que já passou coincide com a ideologia da Escola Superior de Guerra", quanto há bispos progressistas que garantem que as palavras de Sua Santidade "endossam inteiramente" a linha seguida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (1). E, segundo, porque ao propor que Figueiredo convoque a Constituinte, de certa forma Ramalho está imitando o papa, que recomenda ter fé também nas soluçoes que venham de cima: no Rio, por exemplo, ele exortou os que "têm poder de decisao" e dos quais "depende a situaçao do mundo" a fazer tudo a fim de que "desapareça, ao menos gradativamente, aquele abismo que separa os excessivamente ricos das grandes multidoes de pobres" (2)

De fato, a base da idéia de que só o regime militar pode convocar a Constituinte é a mesma que suporta a convicçao de que a soluçao dos principais problemas políticos e econômicos do país depende, inevitavelmente, da decisao e da boa vontade dos poderosos. E é um raciocínio que tem muitos adeptos, inclusive dentro das correntes da própria oposiçao. Nao que existam oposicionistas que digam que o povo nao se deve organizar para obter seus direitos; hoje é impossível defender uma posiçao destas e ser aceito como defensor da democracia! Mas é que certas correntes democráticas, ao mesmo tempo em que pedem que o povo se organize, acham também que é *igualmente indispensável* obter a boa graça dos governantes para realizar as transformaçoes sociais. Para elas, a pressao do povo organizado deve ser transformada, ao final, num acordo com as camadas dominantes, porque estas têm poder muito maior na correlaçao de forças atual. E o saldo de tudo, no caso de se buscar uma soluçao pela via do confronto, seria um retrocesso político.

O pensamento do papa chega, por outros caminhos, ao mesmo resultado: nao por consideraçoes de tática política ou militar, mas por motivos morais, aos verdadeiros cristaos nao caberia exercer pressao violenta, nem agudizar as tensoes para resolver os problemas sociais; mas, sim, contribuir para que o povo se organize e para que os poderosos e ricos se conscientizem de que as transformaçoes sao justas e indispensáveis.

O erro dessa concepçao nao é de lógica formal; é, antes, histórico e social. Nos períodos de calmaria social, de transformaçoes lentas e quantitativas, ainda é possível, para certas forças intermediárias, se situarem aparentemente acima do conflito de interesses antagônicos e inconciliáveis entre os que exploram e os que sao explorados. Mas nos períodos agudos, de crise, de transformaçoes qualitativas, é impraticável para alguém servir aos dois senhores ao mesmo tempo. Assim, nao é possível, *ao mesmo tempo* organizar o povo para que lute contra o regime militar e organizar o regime militar para que ele se transforme e faça as modificaçoes que o movimento popular quer.

A idéia da Constituinte *com* Figueiredo, bem como a idéia da justiça social *com* os ricos, é levantada por aqueles que estao mais próximos do poder e dos poderosos e que, na realidade, nao querem uma *efetiva transformaçao democrática ou social*, mas, apenas *minorar* os efeitos da ditadura ou *atenuar* as desigualdades sociais.

Nao deixam de ser intençoes positivas mas nao contribuem para *resolver* as verdadeiras questoes colocadas na ordem do dia. Já está suficientemente claro, para todos os que acompanham os 16 anos de autocracia no país, que é por exemplo mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que os generais serem tomados de um acesso de arrependimento e renegarem todas as suas obras e todo o seu poder.

1) Ver O Estado de S. Paulo, 3.7.80: "O papa andou lendo o ESG".

2) Discurso de João Paulo II na Favela do Vidigal.

ISOLADO O RETROCESSO

Para quem vive apregoando que cresce a perspectiva de um fechamento do regime, eis uma informação contraditória: é cada vez maior o número de empresários que defendem o Partido Popular e o PMDB (partidários da abertura acelerada) e chegam a mais de 70% os patrões que consideram que o regime deve continuar se **abrindo** — ao ritmo atual (47,6%) ou em marcha ainda mais rápida (23,1%). Os dados são de pesquisa da revista **Exame** do dia 2 passado, que circula nos meios empresariais. As preferências pelo Partido de Setúbal e Magalhães Pinto eram de 27,7% há seis meses, agora são de 41,9%; o PMDB tinha apenas 4,9% das preferências empresariais há meio ano e agora tem mais de três vezes mais: 15,4%.

OLHO EM CHAGAS

Os admiradores do PP que nos perdoem, mas é preciso ficar de olho em Chagas Freitas, eterno adesista. Nas últimas semanas já vinha causando estranheza a posição de Miro Teixeira, de certa forma contrária à existência de seu próprio partido — como secretário-geral do PP ele, inclusive, andou adiando as providências para legalizá-lo. Agora o semanário Relatório Reservado, da última semana de junho, noticia que Chagas Freitas, um chefe oculto do PP, e Figueiredo estão em vias de realizar um acordo que implicaria o apoio do governo federal à administração de Chagas no governo do Rio de Janeiro e na aprovação, pelos chaguistas, da emenda que adia as eleições municipais deste ano. Sinais de que o acordo já estaria em marcha, segundo o Relatório Reservado: o ministro Camilo Penna anunciou há dias um maciço programa de investimentos para irrigação do interior fluminense. E Delfim Netto escalou para secretário da Indústria e Comércio de Chagas Freitas o seu amigo Carlos Alberto de Andrade Pinto.

QUE SE PASSA NO VIETNÃ

Para quem se habituou por longos anos a defender o Vietnã do Norte contra a agressão imperialista americana e hoje quer saber o que se passa naquele país, alvo de tanta crítica internacional, uma informação relevante, que deve ser levada em conta: Truong Nhu Tang, um dos fundadores da Frente Nacional de Libertação, que foi ministro da Justiça do Governo Revolucionário Provisório, fugiu do Vietnã do Sul, onde se achava numa espécie de senado sem funções. Hoje ele acusa o governo do Norte de ter forjado a unificação Norte-Sul numa ocasião em que tanto a FNL quanto o GRP esperavam um longo processo de transição e integração que impediria uma **colonização** do Sul pelo Norte. A entrevista foi dada em Paris, a Oliver Todd, do **L'Express**, onde Tang chegou após fuga em barco e estada de seis meses numa ilha.

EDUCAÇÃO E ASCENSÃO SOCIAL

Quem acha que a cultura é o passaporte para a fortuna, preste atenção: o nível de educação dos negros americanos — que novamente estão inquietos — elevou-se consideravelmente em relação ao dos brancos na última década; mas, ao mesmo tempo, agravaram-se as disparidades de renda entre brancos e negros. Enquanto a porcentagem de negros que freqüentam a universidade tornou-se praticamente igual à porcentagem de negros na população do país, apenas 13,4% das famílias negras ganham mais de 25 mil dólares por ano (mais de 100 mil cruzeiros por mês) comparados com os 29,5% de famílias brancas nesta faixa. Pior que isso: a renda média das famílias negras caiu de 60% da renda média das famílias brancas em 1969 para 57% em 1979.

Sete dias do Superstar

Fez dezenas de discursos, ouviu muito pouco, viu ainda menos. Agradou à direita e ao centro.

Opção pelos pobres, diz ele, é levar o Evangelho aos pobres. A Teologia da Libertação diz o contrário

Em sua primeira semana no Brasil, Joao Paulo II passou pelas cidades e pelo povo como autêntico Superstar. Pouco viu, pouco ouviu, nao se deteve em nenhum lugar ou com qualquer grupo popular de forma mais profunda e demorada. Apenas falou, falou e falou. E foi visto e adorado, sob todos os ângulos e lugares. Conversa maior, até o momento, só teve com o presidente Figueiredo, no encontro reservado previsto para 30 minutos e que se prolongou e do qual pouco se sabe. (O Planalto deixou escapar que "Figueiredo ouviu de Joao Paulo palavras de estímulo à abertura; Joao Paulo lhe disse que ela vem sendo conduzida com muita sabedoria").

Em Sao Paulo, por insistência de D. Arns, ele acabou recebendo por cinco minutos Lula e alguns líderes sindicais combativos (ver abaixo) bem como uma representaçao de líderes estudantis católicos. Mas, alegando cansaço, para estes nao dirigiu uma única palavra. O discurso que o metalúrgico Waldemar Rossi iria fazer para ele no Morumbi (veja a história na página seguinte), no esperado encontro com os representantes do operariado paulista, preparado em 14 parágrafos e para 12 minutos cronometrados foi reduzido para três parágrafos, a pretexto de que a cerimônia estava atrasada. E a seguir o papa falou por mais de uma hora.

Visita ultracontrolada

Como se esperava, foi uma visita ultracontrolada. O próprio esquema das visitas nao deixava espaço para qualquer improvisaçao, qualquer participaçao popular que nao fosse cantar ou aplaudir à distância e durante as longuissimas esperas. No Vidigal, Rio de Janeiro, os favelados foram impedidos até de sair de casa, salvo uma comissao selecionada pelos órgaos de segurança.

A Igreja de Sao Paulo fez muito para dar ao encontro do Morumbi, especialmente, um clima mais combativo. Afinal, junto com o papa, no Estádio, iriam estar além de D. Paulo e Rossi — conhecido líder operário, várias vezes preso e até torturado — D. Angélico Sândalo e D.Cláudio Hummes, dirigentes da Pastoral Operária que desenvolveram intensa atividade de apoio aos metalúrgicos grevistas do ABC e de Sao Paulo. Os 140 mil convites para o Morumbi foram distribuídos pelas Comunidades de Base, pela Pastoral e por dirigentes sindicais. Em Sao Bernardo, 12 mil convites foram colocados pela Igreja à disposiçao de Lula e seus companheiros da diretoria cassada.

Ricardo Azoury/Agência F4

O papa no Aterro, Rio, para 2 milhoes de pessoas

Repressão no estádio

Mesmo assim, a festa do Morumbi ficou sob controle. Além do corte no vigoroso discurso de Rossi, o apresentador insistiu o tempo todo em puxar cantos, vivas e exclamaçoes de aparência neutra, como "rei, rei, rei, Joao Paulo é o nosso Rei" e "Jesus Cristo, eu estou aqui", de Roberto Carlos, evitando as músicas mais politizadas como "Para nao dizer que nao falei de Flores", de Vandré e os gritos de "Liberdade", que as alas e grupos progressistas presentes ao estádio puxaram com sucesso inúmeras vezes. A história de um grupo de 500 operários da Vila Arapuá no Morumbi é ilustrativa. Eles chegaram duas horas e meia antes em oito ônibus e com cinco faixas. A polícia apreendeu quatro: "Pela estabilidade no emprego", "Liberdade Sindical", "Terra para quem Trabalha" e "Temos fome e Sede de Justiça". Só deixou passar uma: "Pastoral Operária de Vila Arapuá". Nao puderam levar para o estádio sequer 50 convites para uma reuniao de avaliaçao do encontro. "Tem coisa aí", disse um policial. Até o deputado Airton Soares foi detido na portaria, por levar folhetos.

Com esse esquema rígido, Joao Paulo acabou recebendo dos setores mais organizados do movimento popular apenas um enorme conjunto de documentos e manifestaçoes, principalmente (ver na página 3).

Nas suas duas dezenas de longuissimos discursos na primeira semana, Joao Paulo começou com palavras que despertaram entusiasmo entre os progressistas, principalmente por falar da necessidade de reformas — mesmo que moderadas e

Muitas denúncias, mas só por documentos

Favelados, índios, posseiros, operários, exilados e familiares de desaparecidos políticos não puderam falar ao papa sobre seus dramas e aspirações. Assim, a única forma que encontraram para levar a João Paulo II suas reivindicações foi produzir uma série de documentos, que intermediários se encarregaram de fazer chegar a Carol Wojtyla. E os autores nem sabem se realmente o papa chegará a tomar conhecimento dos 15 documentos que, até quinta-feira passada, lhe tinham sido encaminhados.

Dentro do programa oficial da visita do papa a São Paulo, por exemplo, uma única concessão foi feita aos legítimos representantes dos vários setores da sociedade brasileira. Na noite de quinta-feira, no Colégio Santo Américo, o papa recebeu um grupo de sindicalistas. Entre eles, dois presidentes afastados de sindicatos: Lula, dos metalúrgicos de São Bernardo, e Olívio Dutra, dos bancários de Porto Alegre. Os 10 sindicalistas esperaram a audiência por duas horas, enfrentaram problemas com a segurança (um policial tomou a credencial de Lula) e apenas conseguiram cumprimentar o papa e entregar-lhe três documentos, onde denunciam os problemas vividos pelos operários brasileiros.

Junto com o grupo de sindicalistas, o papa recebeu Ana Dias da Silva, viúva de Santo Dias da Silva, o operário metalúrgico assassinado pela PM durante a greve de São Paulo, no final do ano passado. De Ana, o papa recebeu o documento dos sindicalistas, um retrato de Santo e uma camiseta com o seu rosto. Também não conversou com ela: limitou-se à benção.

O mesmo comportamento, o papa teve para com um grupo de estudantes, ligados às Comunidades Eclesiais de Base. Mesmo assim, os sindicalistas e estudantes consideraram um gesto político importante terem sido recebidos por João Paulo II. O cansaço de Carol Wojtyla, depois de cumprir um programa exaustivo durante o dia, foi o motivo alegado pela sua comitiva para que apenas cumprimentasse os dois grupos.

Outros setores da sociedade brasileira não tiveram nem mesmo essa chance. Pelas mãos de D. Paulo Evaristo Arns, os favelados do Rio de Janeiro, cerca de dois milhões de pessoas, encaminharam uma carta ao papa — antes de sua vinda ao Brasil — onde, além de expor os problemas que vivem, pediam que durante sua visita, João Paulo II ouvisse "o que o povo tem a dizer". Pedido que não foi atendido.

Além de um documento do Conselho Indigenista Missionário, que expõe a situação de extermínio vivida pelos índios brasileiros, outro texto, assinado por líderes de 26 tribos brasileiras e uma do Equador, foi entregue a João Paulo II. No documento, os índios pedem que o papa leve sua mensagem "para o mundo, para que toda a humanidade saiba que este é um país cheio de injustiças, a ponto de causar vergonha a qualquer país, especialmente a um país que se diz cristão".

Os familiares brasileiros de desaparecidos políticos, por meio do cardeal D. Eugênio Salles, encaminharam ao papa um exemplar do livro "Desaparecidos Políticos". Um grupo de oito mulheres argentinas, mães e avós de desaparecidos políticos, veio a São Paulo especialmente para denunciar ao papa a situação aflitiva em que vivem. Não conseguiram uma audiência. Tiveram que se contentar em encaminhar a João Paulo II três cartas: numa delas, denunciam o desaparecimento de seus netos, ainda crianças; e, nas outras duas, falam dos familiares desaparecidos na Argentina, Uruguai e Chile. Os exilados paraguaios pretendiam entregar a João Paulo II, durante sua visita a Curitiba, no sábado, uma mensagem, onde pedem a benção papal para que seja levantado o estado de sítio no país e venha a anistia "permitindo a volta de todos à pátria amada".

A situação do menor no Brasil também foi denunciada através de um dossiê intitulado: "Menores, um massacre brasileiro". E o Movimento contra as Usinas Nucleares e a Associação Paulista de Proteção à Natureza encaminharam duas cartas, denunciando os riscos à vida provenientes da utilização da energia atômica e do programa nuclear brasileiro.

Os intelectuais brasileiros também se manifestaram através de um documento de apoio ao trabalho da Igreja brasileira comprometido com a defesa dos pobres e oprimidos. Em seu documento, os intelectuais dizem: "Esta é, Santidade, a Igreja confiável e digna de credibilidade. Esta é a Igreja que milhões de brasileiros, operários, estudantes, camponeses, índios e intelectuais, respeitamos independentemente de nossas convicções políticas. Esta Igreja, e não outra, teve e terá seus templos invadidos, seus altares explodidos e seus líderes perseguidos pelas forças da repressão".

POR ORA, JOÃO PAULO FORTALECE O "CATOLICISMO DE MASSAS"

com prudência —, e pedir pelos direitos humanos. Depois, no entanto, concentrou-se em definir para os bispos brasileiros o que ele entende por "opçao preferencial pelos pobres", definida pela Igreja Católica em Medellin, antes dele, e que ele vem tentando reformular desde Puebla. Em várias oportunidades, ele procurou deixar bem claro que a sua interpretaçao nao confere com a dos bispos e padres que têm se declarado ao lado dos trabalhadores e nao como intermediários entre estes e as classes ricas. Joao Paulo disse várias vezes, em vários lugares, e explicitamente, que esta opçao nao significa que a Igreja tome o partido dos pobres contra os ricos — que os ricos também estao incluidos nas preocupaçoes da Igreja, que as transformaçoes sociais só podem dar-se com a participaçao também dos poderosos, por seu consentimento, sem violência, sem luta de classes, sem o apelo às ideologias estranhas, sem marxismo etc. Joao Paulo disse e repisou que a missao da Igreja é essencialmente transcendental e acima das lutas sociais em curso no país. Para ele, opçao pelos pobres é levar o Evangelho preferencialmente aos pobres. Disse aos operários no Morumbi: "A opçao pelos mais pobres, na qual a Assembléia dos Bispos em Puebla quis comprometer a Igreja na América Latina, é essencialmente esta: que os pobres sejam evangelizados, que a Igreja desdobre de novo todas as suas energias para que Jesus Cristo seja anunciado a todos, principalmente aos pobres, e que todos tenham acesso a esta fonte viva, à mesa da palavra e do Pao, aos sacramentos, à comunidade dos batizados". Ora, como interpretavam depois alguns religiosos e intelectuais ligados à Cúria paulista, isto é dizer o oposto do que diz a Téologia da Libertaçao, que diz que nao é a Igreja que deve levar o Evangelho aos pobres. "A força do Evangelho está justamente nos pobres e o papel da Igreja é ligar-se aos pobres justamente para descobrir neles o Evangelho".

Contendo os moderados

As palavras do papa agradaram aos políticos de oposiçao moderada e ao governo. Ao final, agradaram em cheio mesmo aos setores mais conservadores da Igreja e militares arqui-reacionários, como o general Milton Tavares, campeao da repressao aos grevistas do ABC. Apenas a ultra direita — ou pelo menos um de seus grupos, ao que tudo indica — tentou tumultuar a visita de Joao Paulo, até o momento, com um atentado contra o jurista Dalmo Dallari (veja história na página 7).

O povo, na sua maioria, parece ter ficado satisfeito com a passagem do papa. Pelo enorme conjunto de depoimentos colhidos por jornais e pela televisao, nao parece, em sua grande extensao, ter querido mais do que vê-lo, adorá-lo, elevar sua fé, pedir, no íntimo, ou abertamente, algum milagre, seja para algum problema pessoal mais direto — uma doença incurável, um crime praticado ou pecado presumido — seja para os problemas mais gerais do país, como a carestia e os baixos salários. Sobre esse nível pouco exigente de consciência política e social, o papa Superstar parece ter favorecido com sua visita aquilo que o sociólogo Pedro Ribeiro de Oliveira, do Ceris — Centro de Estatísticas Religiosas e Investigaçoes Sociais —, chama de "catolicismo de massas", manipulador, controlador, comparável ao populismo. Para Oliveira existe outro catolicismo, que é popular, voltado para a evangelizaçao do povo, para sua participaçao crescente e consciente, e cujo símbolo sao as Comunidades Eclesiais de Base. Nestas, o padre ou o animador leigo, como foi Santo Dias da Silva, nao é uma estrela, mas sim um trabalhador com os outros.

O metalúrgico perseguido falou ao papa

A sua longa ligação com o movimento operário cristão, primeiro na Juventude Operária Católica e depois na Pastoral Operária, e a sua participação nas lutas da classe operária, como membro da Oposição Metalúrgica de São Paulo, fizeram com que o operário metalúrgico Waldemar Rossi, 46 anos, fosse escolhido para falar ao papa em nome dos trabalhadores, na última quinta-feira, no estádio do Morumbi, em São Paulo.

O rápido discurso de Waldemar Rossi — reduzido a três parágrafos pelo cerimonial — foi, ainda assim, interrompido várias vezes pelas palmas e palavras de ordem puxadas pela multidão. Com a voz embargada de emoção, ele se lembrou de Santo Dias, assassinado durante a greve dos metalúrgicos de São Paulo em outubro de 79 e do líder camponês Raimundo Ferreira Lima, o "Gringo", candidato pela oposição à presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, assassinado recentemente numa emboscada.

Apesar do corte em seu discurso preparado junto com 20 operários — "um acontecimento pouco feliz porque impediu que se colocasse publicamente as preocupações do movimento operário brasileiro" —, Waldemar Rossi analisa a cerimônia do Morumbi como um acontecimento muito positivo: "Foi a Igreja oficial reconhecendo a importância do movimento operário. Em nenhum outro momento, o papa esteve tanto tempo a se dirigir aos trabalhadores. Acredito que haverá sempre concordância e discordância em relação ao conteúdo da palavra do papa. Mas acredito que todos consideraram sua presença muito positiva. E isso culminou com o fato de ter aceito receber um grupo de sindicalistas no Colégio Santo Américo, na noite de quinta-feira".

A condenação que João Paulo II fez à luta de classes, em seu discurso dirigido aos operários, não coincide com a visão do operário cristão Waldemar Rossi. Para o militante da Pastoral Operária, "quando se fala em luta de classe, entendo que ela possa ser questionada quanto à forma, mas não quanto ao conteúdo. A luta do oprimido contra o opressor é estimulada em todos os livros da Bíblia. A própria fuga do povo do Egito mostra claramente a luta do povo oprimido contra o opressor. E a vitória do povo é comemorada anualmente pela Igreja com a Páscoa. A Páscoa é a comemoração da liberdade do povo egípcio e, num plano mais elevado, a vitória da vida sobre a morte, a ressureição".

A indicação de Waldemar Rossi para falar em nome dos trabalhadores foi um reconhecimento por parte da Igreja de São Paulo — seu nome foi escolhido pela Pastoral Operária e referendado por D. Paulo Evaristo Arns — da linha de seu trabalho tanto pastoral quanto político. Suas ligações com a Igreja, e com a luta dos trabalhadores, começaram há quase 30 anos, quando ainda morava em Sertãozinho, onde foi bóia-fria, dos 10 aos 13 anos, e operário da construção civil, dos 13 aos 27 anos.

Nair Benedicto/Agência F4

O discurso de Rossi (ao microfone) só tinha 12 minutos. E foi cortado.

Em 1960, Rossi veio para São Paulo. Tinha sido eleito para a direção regional da JOC, cargo em que ficou até 63. "Naquele ano" — lembra o operário — "fiz uma opção. Entendia que a classe operária estava se fortalecendo e que era preciso militar como operário. E fui ser metalúrgico". Hoje Waldemar Rossi é trançador de peças na metalúrgica Vickers, no bairro da Mooca, e ganha Cr$ 16.000,00 por mês.

Ao se transformar em operário metalúrgico, Rossi não abandonou o trabalho com a Igreja. Mas a esse trabalho veio se somar a militância sindical. Junto com um grupo de operários, cristãos e não cristãos, ele funda, em 1966, o movimento de oposição contra a estrutura sindical. No ano seguinte, esse grupo concorreria às eleições nos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo e Osasco. Em São Paulo, o candidato era Rossi. Sua chapa, segundo ele, ganhou; mas a fraude na contagem dos votos deu vitória ao conhecido pelego Joaquim dos Santos Andrade. Em Osasco, a oposição, liderada por José Ibrahim, conseguiu vencer.

Em 1972, Waldemar Rossi novamente seria candidato pela oposição. E novamente foi derrotado, sendo, inclusive, preso por duas vezes: em 74, quando foi torturado pelo delegado Fleury, e em 79, durante a última greve metalúrgica.

O projeto político de Carol Wojtyla

Qual o projeto do papa João Paulo II? Ele se diz "alheio" à política, mas o teólogo suíço Hans Kung, francamente dissidente "berra como se sentisse na carne o calor das fogueiras da Inquisição", como diz a revista Veja. Na França, ele condenou tanto o progressismo como o integrismo do monsenhor Lefèbvre e em nenhuma parte do mundo ele hesita em desferir uma no cravo e outra na ferradura. Seu projeto, embora ainda não seja completamente desenvolvido, tem, no entanto, linhas já definidas. Uma tentativa de formar um quadro da política de Wojtyla foi realizada pelo jornalista Augustin Castagno, na primeira edição brasileira da revista Cadernos do Terceiro Mundo. A seguir, um resumo do que Castagno acredita ser "o projeto do papa Wojtyla":

Para melhor caracterizar o projeto restaurador do papa João Paulo II, convém recordar a situação da Igreja na época do falecimento do papa Paulo VI, que tentava mediar e conciliar os conflitos surgidos antes, com João XXIII — o que mais encarnou o caminho progressista. Nessa época havia, como herança de João XXIII, propostas de reformas de fundo na Igreja: abolição do celibato religioso, reconsideração do aborto, igualdade entre os sexos incluindo o acesso da mulher ao sacerdócio, governo colegiado, democratização e revisão da condenação ao marxismo. Paulo VI pouco pôde fazer para conciliar conservadores e progressistas, vivendo um papado angustiante. Ele não satisfez aos progressistas com as tímidas reformas e ao mesmo tempo viu aflorar a dissidência ultradireitista guiada por monsenhor Lefèbvre.

Os arquitetos do projeto restaurador encontraram em Wojtyla uma personalidade carismática perfeita para a missão: ele é um líder de massas e um estadista. Ele não é um mediador como Paulo VI, mas tem um programa próprio. Podemos assinalar algumas das características de Wojtyla:

1) Ele manobra com eficiência a Cúria, impondo seu poder, e conseguiu modificações no protocolo que lhe permitem se aproximar do povo.

2) Com a popularidade assim conseguida, ele tem condições de neutralizar os que considera dissidentes, tanto progressistas como ultraconservadores.

3) Está melhorando a correlação de forças a seu favor dentro da Igreja. Ele freou o clero holandês progressista, condenando a obra de Hans Kung, e apoiou a tomada da Celam (Conferência Episcopal Latino Americana) pelos centro-direitistas.

4) Na política externa, Wojtyla escolheu o caminho direto para revitalizar a importância da Igreja no mundo da política moderna. Nas suas viagens ele fala de política do dia-a-dia e sempre consegue reunir mais multidões que qualquer governo local, legitimando-o como "Mandatário dos povos".

5) Encampa a doutrina social de "nem capitalismo nem comunismo", o que, na prática, se reduz à aceitação do sistema dos meios de produção privados, ou seja, o capitalismo, se bem que polido de seus aspectos mais odiosos. Ele busca, portanto, uma renegociação do papel da Igreja no que entende como direito natural e perene dessa instituição, como participação direta na educação, ensino da religião, imprensa própria.

6) Na questão dos direitos humanos, ele questiona os seus violadores em qualquer sistema social. Usa isso como pressão para renegociar com os países socialistas o papel da Igreja.

Mas o projeto de João Paulo II mostra uma contradição básica: voltar à tradição num mundo em evolução, o que não pode ser resolvido apenas pelas viagens triunfais. Enquanto a Igreja se negar o rumo da reforma irá estreitando seu caminho, pois o modelo da Igreja que ele reflete não está de acordo com as aspirações de grande parte da sociedade moderna.

Constituinte com João (Figueiredo), sem o João, união nacional, governo dos trabalhadores etc. etc. A oposição vê a crise econômica e política se agravar e opina

Com João ou sem João?

Antonio Carlos Queiroz

Os analistas políticos que previram o esvaziamento do debate político institucional durante a visita do papa parecem ter se enganado redondamente. Nao só esse debate aprofundou-se como acabou envolvendo o próprio Joao Paulo II, ainda que à sua revelia. "Se o governo tiver a grandeza e a sensibilidade necessária e emprestar conteúdo prático ao pensamento de Sua Santidade, poderá repensar seu projeto político e concordar com a eleiçao de uma Assembléia Nacional Constituinte já no próximo ano", sugeriu o matreiro líder do Partido Popular na Câmara, deputado Thales Ramalho, aproveitando a estrela do momento para fortalecer a tese da constituinte, que defende.

A bandeira da constituinte ficou engavetada durante um longo período — justamente quando as oposiçoes perderam as perspectivas políticas, confundidas pela reformulaçao partidária do governo — mas foi retomada com vigor nas últimas semanas, graças aos esforços do senador Teotônio Vilella e dos membros da Tendência Popular do PMDB. Na semana passada, o senador alagoano anunciou o abandono da tese da reunificaçao dos partidos por considerar mais importante a tarefa de organizar comitês municipais — "aos milhares", disse ele — próconstituinte. Já a Tendência Popular continuou sua ofensiva dentro do PMDB, para cumprir a resoluçao adotada em seu encontro nacional realizado no último dia 18 de ter a campanha pela constituinte como o eixo de suas atividades.

Via pacífica

Justamente na semana em que o Papa chegou ao Brasil a constituinte ganhou maiores espaços na imprensa. O motivo foi a desastrada entrevista que o presidente do PMDB havia concedido em Cuiabá na sexta-feira da semana anterior. Ulysses Guimaraes declarou que aceitaria uma constituinte convocada pelo general Figueiredo, "desde que haja sinceridade e honestidade de propósitos", acrescentando que esta "é a resposta concreta e a curto prazo que a oposiçao dá ao apelo nacional do presidente da República como a única via pacífica para a solucao dos problemas econômicos e institucionais do país".

Parlamentares da Tendência Popular — entre os quais a deputada Cristina Tavares (PE) e os deputados Francisco Pinto (BA) e Osvaldo Macedo (PR) — reagiram imediatamente às declaraçoes de Ulysses Guimaraes, procurando enfatizar a diferença entre uma constituinte sem o Joao — "conseqüência de uma ampla mobilizaçao popular" — e uma com o Joao — "uma farsa, convocada de forma estapafúrdia e ilegítima". Pressionado desta maneira, Ulysses acabou recuando ao prometer durante a reuniao da executiva nacional do PMDB que nao mais mencionaria a expressao "Constituinte com Joao", deixando o que chamou de "parte processual" para ser debatida pela "sociedade".

Reuniao da executiva do PMDB: vitória da Tendência

Discussão secundária?

A questao da constituinte com ou sem o Joao é certamente o grande divisor das oposiçoes no momento. Para os moderados do PMDB saber quem vai convocar a constituinte é uma questao secundária. Segundo esse entendimento, o que importa é a defesa pura e simples da constituinte, "sem adjetivos". "De resto a oposiçao nao dispoe de forças no momento para exigir uma constituinte sem o Joao", é um dos seus mais fortes argumentos. Mesmo dentro da Tendência Popular nao há unanimidade sobre as etapas de um processo constituinte. O vice-líder Fernando Coelho, por exemplo, que defende em seus pronunciamentos uma "constituinte livre, soberana e popular", considera nao ser "tático" discutir se a proposta será "com ou sem o Joao". "É uma discussao secundária e nao podemos dar pretexto para o regime se preparar mais vigorosamente para combater a oposiçao".

Nao é só o PMDB que está dividido a respeito dessa questao, porém. No PT existem grupos que sao contra a constituinte por princípio, entendendo que esta é uma proposta que serve mais à burguesia e portanto pregam já um governo dos trabalhadores. Na convenção nacional do PT, realizada recentemente, a constituinte acabou nao constando do seu programa sob a justificativa de que o tema deveria ser melhor discutido nas bases. Para o presidente do PT, Luís Ignácio da Silva, o Lula, "uma constituinte nao pode existir enquanto somente os senhores de terras e altas patentes militares decidirem". Na semana passada a executiva do partido se reuniu para discutir entre outros assuntos a constituinte e a posiçao oficial é repudiar a constituinte com o Joao e conclamar suas bases para um amplo debate nacional sobre o tema.

Também no PDT existem várias posiçoes a respeito, mas o ex-governador Leonel Brizola defende a constituinte com o Joao. Para Brizola, "ainda está aberto (a Figueiredo) um espaço político que lhe permitiria assumir o papel histórico de presidente da transiçao do autoritarismo para a democracia". Evidentemente seria ocioso repetir que o Partido Popular sempre foi a favor da constituinte com o Joao, embora possa se encontrar um ou outro de seus parlamentares com posiçao mais avançada.

"Dar uma de rei"

Mas a proposta de uniao nacional melhor elaborada acaba de surgir no próprio PMDB. É o que se depreende da longa entrevista que o senador e economista Roberto Saturnino concedeu ao *Correio Braziliense* no domingo e na segunda-feira passada. Saturnino fez um amplo diagnóstico da economia brasileira e previu até mesmo a queda do ministro do Planejamento, Delfim Netto, que seria substituído pelo embaixador Roberto Campos, isso num prazo de três meses se a inflaçao nao for contida. Saturnino teme, por outro lado, pelo menos três graves conseqüências para o país se o governo nao adotar medidas urgentes para controlar a situaçao econômica: um golpe de Estado, a guerra civil e a transformaçao do Brasil em campo de lutas internacionais. Para evitar essas "catástrofes", o senador carioca preconiza medidas moderadíssimas, que mal arranham o atual modelo econômico e que têm o objetivo final de conciliar os interesses de trabalhadores e patroes, segundo as suas próprias palavras. Essas medidas constituem, sem dúvida, a primeira tentativa de esboçar um programa para o regime que adviria de uma constituinte com o Joao. No plano econômico, seriam tomadas medidas como reforma tributária, renegociaçao da dívida externa, contençao de importaçoes, reducao de investimentos e de combustíveis etc. No plano político o general Figueiredo — que Saturnino acha que deve "dar uma de rei da Espanha" (palavras dele) — deveria estabelecer um calendário durante o qual as leis de exceçao iriam sendo extirpadas e que culminaria em 1982 com a convocaçao da constituinte, "para legitimar o governo perante a nacao".

Falam os empresários

Nao é difícil prever que a campanha pela constituinte deverá ser engrossada cada vez mais nas próximas semanas. O deputado Francisco Pinto esteve no Rio de Janeiro, onde se encontrou com empresários e militares dissidentes, todos dispostos a lutar pela idéia. Entre os empresários havia alguns dispostos até mesmo a investirem capital, visando o desencadeamento da propaganda entre os parlamentares. Esses empresários acham que poderao tirar proveito da constituinte, entendendo que ela poderia servir para "adiar a discussao dos problemas estruturais do capitalismo", por exemplo. Já os militares, embora conscientes de que de fato existe o risco de nao se conseguir com a constituinte mudanças profundas na estrutura da sociedade, estao dispostos a apostar na idéia.

Aliás, na campanha da constituinte poderá ressurgir a figura do general Eules Bentes Monteiro, que nos próximos dias será procurado por dirigentes do PMDB do Rio de Janeiro.

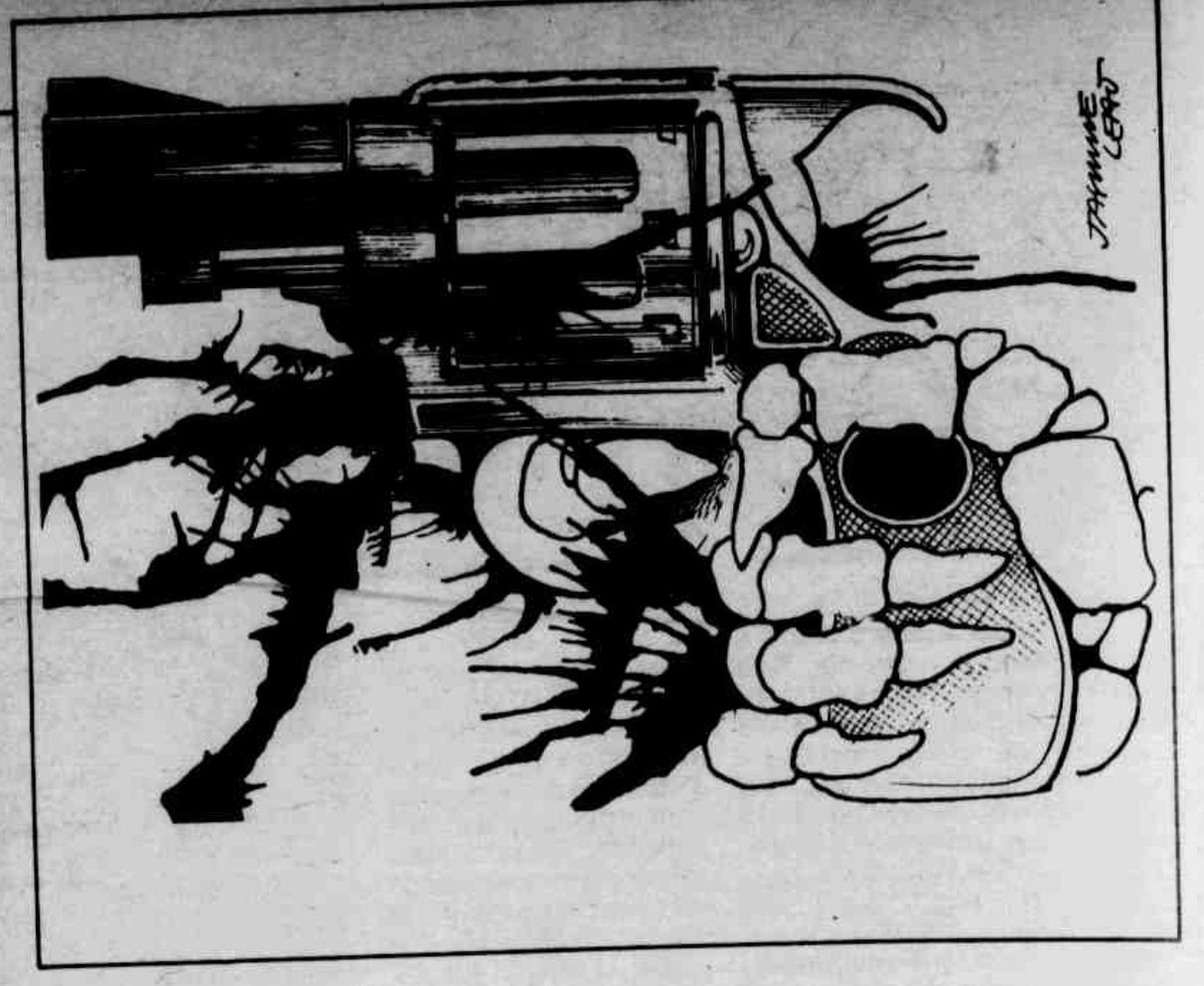
Desenho 80

Começando a comemorar os cinco anos de luta contra a opressão, artistas e amigos do jornal Movimento abriram no dia 30 a exposição Desenho 80. Os trabalhos na exposição foram doados pelos mais conhecidos artistas paulistas que contribuem assim para a ampliação e melhoria do Movimento. Você também é esperado para ver a mostra na Galeria Seta, rua Antonio Carlos 282, em São Paulo, de 15 a 21 hs, até o dia 7/8.

Antonio Henrique Amaral/ Ivald Granato/ Cláudio Tozzi/ Renina Katz/ Ivan Kudrna/ Márcia Rothstein/ Antonio Maluf/ Fábio Magalhães/ Marcelo Nitsche/ Toyota/ Nelson Leirner/ Selma Dafre/ Helenos/ Rebolo/ Gilberto Salvador/ Caciporé/ Mino Carta/ Elifas Andreato/ Jaime Leão/ Chico Caruso/ Aderbal Moura/ Paulo Caruso/ Milton Rodrigues Alves/ Zélio/ Segisfredo Mascarenhas/ Clóvis Graciano/ Darcy Penteado/ Jesuíno Leite Ribeiro/ Evandro Luiz/ Roberto Strauss/ Helena Armond/ Elgul Samad/ Nelson Lieff/ Marlene Crespo/ Agostinho Gizé/ Mário Gruber.

Esquadrão' ataca na Bahia com a ajuda da imprensa

Morto, "por resistir à prisão"



Quase dez anos após o fim do "Esquadrao da Morte" baiano, a policia da Bahia está começando a formar uma nova organizaçao com as mesmas caracteristicas e finalidades. A diferença é que o novo "Esquadrao" foi criado por decreto do governador Antonio Carlos Magalhaes e, ironicamente, se chama Grupo Especial de Prevençao (GEP). Mas o seu placar nao deixa dúvidas: duas execuçoes em menos de 20 dias.

"Inimigo número um"

A última execuçao ocorreu na semana passada, precisamente no último dia 29, quando tombou cravado de balas o marginal Ariosvaldo Antonio de Souza Nascimento, o "Toinho", caçado durante meses pela policia baiana como "Inimigo Número Um da Sociedade", acusado de homicidios, assaltos, estupros etc. "Toinho" foi morto numa operaçao que teve à frente o GEP, com o auxilio de um batalhao da Policia Militar. "Dedurado" por um companheiro em troca da liberdade, "Toinho" foi surpreendido em um barracao no loteamento Praias do Flamengo, na orla maritima de Salvador, e morto, segundo a policia, "por resistir à prisao".

Argumento também utilizado pelos policiais quando o jovem GEP fez a sua primeira vitima, o motorista Eufrásio Reis da Silva, o "Fafá", executado a tiros de revólveres sob a acusaçao de ter morto o agente policial Agnelo Albino da Silva. "Até nos Estados Unidos existe um código de honra; matou policial tem que morrer", dizia aos policiais um dos delegados antes de sair para a caçada a "Fafá", também morto "resistindo à prisao".

O GEP é um "Esquadrao" que já surge com amplo, geral e irrestrito apoio nao só das autoridades, mas também da própria imprensa. Apoio que nesse último caso chega a ser insuspeito, como ocorreu com o editor de policia do jornal *A Tarde* — vespertino de maior circulaçao em Salvador —, Alberto Miranda, ex-assessor de imprensa da secretaria da Segurança Pública, onde chegou graças ao "trânsito livre" que sempre teve na delegacia regional da Policia Federal, principalmente com o coronel Luis Arthur de Carvalho, delegado da PF que mais tarde foi galgado a secretário da Segurança. Miranda, quando oficialmente na policia civil, mesclava o seu trabalho de assessoria de imprensa com levantamentos e investigaçoes especiais para o coronel Luis Arthur, inclusive prendendo marginais.

Mesmo assim, foi com muita surpresa que muitos leram a forma como deu o "furo" — Miranda foi o único jornalista chamado ao local da execuçao — o vespertino *A Tarde*, com a manchete "Toinho Foi Metralhado ao Reagir", como se fosse uma matéria encomendada pela policia para justificar a execuçao. No que foi acompanhado pelos outros jornais de Salvador, como o *Correio da Bahia* (jornal do governador) que abriu manchete em oito colunas: "Fim do Pesadelo: Toinho Está Morto". A *Tribuna da Bahia* também fez manchete semelhante: "O Fim de Um Estuprador". Apenas o *Jornal da Bahia* manteve-se numa posiçao equilibrada, analisando com imparcialidade os fatos, denunciando a execuçao (tachou os integrantes do GEP de "os homens de ouro da policia baiana").

O marginal não reagiu

A maioria dos "jornalistas" inclusive omitiu propositadamente o depoimento do vigia José Lucena dos Santos, que estava próximo ao barracao quando o GEP executou Toinho e que disse que o marginal nao reagiu ou sequer iniciou o tiroteio.

Com essa cobertura da imprensa, o GEP alcança a sua segunda vitima. Isso oficialmente, já que antes mesmo da criaçao do setor sabe-se que pelo menos mais de uma dezena de marginais morreram "resistindo à prisao" a partir de março do ano passado, quando o governador Antonio Carlos Magalhaes reuniu a imprensa em seu gabinete para declarar "guerra ao crime". Chegou inclusive a lamentar "ter perseguido tanto Manoel Quadros" (ex-chefe do "Esquadrao da Morte" baiano). Sem falar na "cobertura" que Magalhaes deu ao delegado José Carlos Travessa de Souza, o "Dedé", ex-chefe do setor de Roubos e Extorsoes da Delegacia de Furtos e Roubos da Bahia e a mais recente aquisiçao do GEP, que já foi indiciado em pelo menos dois inquéritos — um, em 19 2, por ter ferido a bala, pelas costas, o vigilante noturno Antonio Carlos Oliveira, e outro, em fins do ano passado, por ter seviciado, torturado e morto o marginal Antonio Matias dos Santos, o "Bicicleta", que havia sido preso apenas "para averiguaçoes". Com a "cobertura" de Magalhaes, através do coronel Braz Matos, assistente militar da SSP/BA e considerado o secretário da Segurança de fato, esse último inquérito foi arquivado na área da Justiça.

Além do delegado "Dedé", o GEP tem como coordenador o delegado Humberto Dantas, policial dos mais violentos e arbitrários, sendo responsável por muitas execuçoes de marginais que teriam morrido "resistindo à prisao".

Dantas recentemente foi acusado em júri de ter seviciado e torturado o açougueiro Jaime Sales, de 42 anos, levando-o para uma chácara na estrada velha do aeroporto (onde o antigo "Esquadrao" torturava e matava suas vitimas), para que confessasse a morte e a ocultaçao do cadáver do arrombador Antonio Felix dos Santos. Sales detalhou as torturas e sevicias que sofreu para confessar o "crime" e acabou absolvido das acusaçoes pelo 2º Tribunal do Júri.

Trocas de favores

Esses delegados, no entanto, como é o caso de José Carlos Travessa de Souza, além do apoio político, têm também o apoio dos setores de segurança. Travessa, como muitos delegados do atual quadro da secretaria da Segurança Pública da Bahia, serviu durante anos aos órgaos de segurança, particularmente à agência local do SNI quando esta era dirigida pelo atual secretário, coronel Durval Matos. Isso valeu a Travessa, inclusive, a aprovaçao no concurso público para delegados de policia, mesmo tendo sido reprovado numa prova eliminatória: o Teste de Cooper. Esse nao é, no entanto, um caso inédito. Outro delegado, também ligado aos órgaos de segurança, fora também aprovado no mesmo concurso graças à troca de uma das provas (ao que se sabe, a de Direito Penal) que foi estrategicamente substituída para que o policial, já nos quadros da secretaria como comissionado, nao fosse sacado da policia.

Perigo no futuro

Em meio a tudo isso, há no entanto quem, mesmo dentro da cúpula da SSP/BA, veja o perigo da institucionalizaçao de um mecanismo com as finalidades, prerrogativas e a "cobertura" do GEP. "No momento em que se perde o respeito pela vida humana e se coloca nas maos de homens despreparados e analfabetos o poder de decidir quem deve ou nao viver, nao sei o que esperar mais de pior", comentou uma autoridade, concluindo: "depois de se acobertar essas execuçoes, nao sei como se deterá esses policiais". (*Olavo Cancieiro*, de Salvador)

APERTE O SEU CINTO, GOVERNO!
UMA PROPOSTA DE NOVO MODELO ECONÔMICO
DO SOCIÓLOGO OSIRO SILVEIRA
NAS BOAS LIVRARIAS OU PELO REEMBOLSO POSTAL
EDITÔRA EDIÇÕES POPULARES
RUA DR PHIDIAS DE BARROS MONTEIRO, 7 - CEP 05404 - S.P

Faça como as grandes personalidades democráticas do nosso país:

ASSINE MOVIMENTO

☐ ASSINATURA ANUAL
Cr$ 1.600,00 (Exterior US$70)

☐ ASSINATURA BIANUAL
Cr$ 2.800,00 (Exterior US$ 140)

Estou enviando o cheque n.º _____ em nome de Edição S/A, Editora de Livros, Jornais e Revistas, Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, São Paulo, SP, CEP 05415. Se a assinatura for feita na Europa, enviar para conta postal CCP 1778-46-S - M. Villaschi — Paris, FRANCE.

Nome _____ Idade _____
Endereço _____
Cidade _____ Estado _____ CEP _____

Escola de Samba no conflito da Freguesia do Ó

Dentro de 10 dias, no máximo, a Comissao Justiça e Paz da Arquidiocese de Sao Paulo deverá encaminhar ao Tribunal de Justiça do Estado o pedido de sindicância para apurar os fatos ocorridos dia 21 de junho, na Freguesia do Ó, quando um grupo paramilitar — formado por funcionários municipais e policiais à paisana — agrediu com violência dois parlamentares, padres, jornalistas e pessoas do bairro, durante o chamado "governo de integraçao" do biônico Paulo Maluf.

Até o final da semana, a Comissao Justiça e Paz, presidida pelo advogado José Carlos Dias, já havia coletado os depoimentos de 10 vítimas das agressoes e juntado aos documentos várias fotografias que possibilitam a identificaçao dos agressores. Segundo José Carlos Dias, além da representaçao ao Tribunal de Justiça, serao oficiados também a Corregedoria da Policia Civil, o Comando da Policia Militar e a Prefeitura Municipal, no sentido de se apurar a falta administrativa cometida por funcionários desses órgaos.

Apesar de todas as evidências de que do grupo agressor participaram, organizadamente, funcionários públicos municipais e estaduais, tanto as autoridades policiais como as administrativas continuam se negando a apurar os fatos. Questionado sobre a participaçao de Joao dos Santos, funcionário da Administraçao Regional do Butanta e conhecido pelo apelido de Kojak, na pancadaria da Freguesia do Ó e também na repressao à greve do ABC (conforme comprovam as fotografias publicadas na imprensa), o diretor do DEOPS paulista, Romeu Tuma, limitou-se a desmentir que ele seja funcionário daquele órgao.

"Kojak", no entanto, segundo o deputado Joao Leite Neto, além de ter sido o autor do soco que quebrou o nariz do deputado Geraldo Siqueira, é conhecido "batepau" da policia (funcionários públicos burocráticos ou pessoas nao ligadas aos quadros funcionais da policia que prestam "auxílio" nas operaçoes repressivas). E uma das fotos da Freguesia do Ó mostra Kojak segurando uma pessoa, enquanto outro agressor, este sim identificado pelo diretor do DEOPS como sendo policial, desferindo golpes de cassetete na pessoa imobilizada por "Kojak".

Durante a semana, o deputado Joao Leite Neto (que juntamente com outros deputados do PMDB e do PT continua investigando o caso) recebeu confirmaçao segura de que o presidente da Escola de Samba Rosas de Ouro, Edmundo Basílio, que também é funcionário da Administraçao Regional de Pinheiros, nao apenas forneceu a quadra da escola para a concentraçao do grupo paramilitar, como também participou ativamente das agressoes aos moradores do bairro, padres, jornalistas e deputados.

Se de um lado, a violência ocorrida na Freguesia do Ó motivou o prefeito Reinaldo de Barros a criticar o "governo de integraçao", em oposiçao ao governador Paulo Maluf, de outro, nao era novidade, tanto no Palácio dos Bandeirantes como na Prefeitura, que as manifestaçoes populares contrárias a Maluf passariam a ser reprimidas com violência.

Uma semana antes, por exemplo, funcionários palacianos sabiam que estava sendo organizado um grupo que impedisse, a qualquer custo, que o governador Paulo Maluf fosse vaiado mais uma vez. O responsável pela organizaçao do "governo de integraçao", Roberto Pastana Câmara (Amparo) nao escondeu que havia um "esquema" sendo desenvolvido, nem mesmo da imprensa.

De outro lado, funcionários municipais fiéis ao prefeito Reinaldo de Barros, sabiam que o chefe de gabinete Naor Guelfi e o secretário das Administraçoes Regionais, Francisco Nieto Martin, estavam recebendo orientaçao direta do Palácio dos Bandeirantes. E de acordo com esses funcionários nao é a primeira vez que se tenta utilizar métodos fascistas contra a populaçao de Sao Paulo. Eles lembram que meses atrás, quando grupos de moradores foram ao Ibirapuera apresentar reivindicaçoes, o prefeito recebeu orientaçao do Palácio dos Bandeirantes para colocar entre os moradores alguns manifestantes com o objetivo de quebrar os vidros do gabinete e, assim, justificar a intervençao da tropa de choque da Policia Militar.

Todos esses fatos, assim como os nomes e as várias atividades dos agressores, estao sendo cuidadosamente estudados e checados pelas equipes dos deputados interessados em fazer com que a CEI (Comissao Especial de Inquérito), a ser votada em agosto, depois do recesso parlamentar, realmente apure as responsabilidades dos envolvidos, nao apenas dos executores mas também dos mentores do atentado fascista e da organizaçao dessa força paramilitar. (*Hamilton de Souza*)

Cassiano Rossi Agência F4

Com hematomas e cortes de faca, Dallari chega para ver o papa no campo de Marte

Seqüestrado em São Paulo, membro da Comissão Justiça e Paz acusa Maluf de "omissão"

Socos e pontapés contra Dallari

Com um olho vedado por um curativo e muitos hematomas nas costas, mas aparentando grande tranqüilidade, o jurista Dalmo de Abreu Dallari recebeu a imprensa em sua residência em Sao Paulo, na última sexta-feira, para apresentar sua versao do atentado que sofreu na véspera da visita de Joao Paulo II à capital paulista.

Ex-presidente da Comissao Justiça e Paz da Arquidiocese de Sao Paulo, membro da Comissao Nacional Justiça e Paz, da Comissao Internacional de Juristas e professor titular da Faculdade de Direito da Universidade de Sao Paulo, Dalmo Dallari foi atacado ao chegar em sua casa por quatro homens — um deles encapuzado, comportamento típico de torturadores de presos políticos — que estavam num velho Corcel cor de vinho.

"E da policia, o senhor tem que nos acompanhar", disse um dos atacantes, um homem de meia idade, aloirado, estatura mediana, forte, de pele avermelhada e com um blusao de couro, conforme descriçao de Dallari, que disse poder identificá-lo "sem nenhuma dificuldade".

Obrigado a entrar no carro dos assaltantes a socos, pontapés e coronhadas, Dallari foi levado a um terreno baldio a pouca distância de sua casa, onde o espancamento prosseguiu, recebendo ainda golpes de faca nos braços. O seqüestro durou cerca de meia hora e os assaltantes levaram Cr$ 10 mil, documentos pessoais, um par de alianças, relógio, óculos e dois convites para a missa do papa no Campo de Marte, onde Dallari deveria ler um trecho da homília.

Para ele, "é absolutamente ridículo pensar que um grupo tenha praticado um ato dessa natureza para roubar apenas Cr$ 10 mil". Assaltantes comuns, explicou, "teriam também roubado meu carro, um Opala, e abandonado o velho Corcel que usavam".

As evidências de que o atentado teve objetivos políticos sao fortes. Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de Sao Paulo, o general Milton Tavares de Souza, comandante do II Exército e o desembargador Octávio Gonzaga Junior, secretário da Segurança Pública de Sao Paulo, concordam em que o atentado possa ter sido promovido por um grupo interessado "em tumultuar a visita do papa a Sao Paulo", como disse o general. Dom Arns, acrescenta que esse grupo seria de extrema direita, interessado também em tumultuar o quadro político. E o próprio ministro da Justiça, Ibrahim Abi Ackel teria pressionado o governador Paulo Salim Maluf ao dizer, por telefone, que "se o governo de Sao Paulo comunicar hoje (dia 2) à Naçao que prendeu os agressores, estará realizando um ato de desagravo nao só à dignidade do Brasil, como também a todo o mundo religioso".

Como se recorda antes deste episódio Dalmo Dallari já havia sido preso, na madrugada do dia 19 de abril, por seu apoio à greve dos metalúrgicos do ABC paulista. Ele nao acha difícil chegar a uma conclusao sobre os objetivos do atentado. "A resposta tem que ser encontrada em minhas convicçoes cristas", disse, "que me fazem pregar a Justiça Social, e condenar as soluçoes arbitrárias e o direito que nao nasça da própria vontade popular".

Dallari tem "absoluta certeza" de que a ordem para sua prisao, durante a greve do ABC, "veio da mesma fonte que promoveu o atentado". Esse mesmo grupo teria agredido a populaçao e parlamentares na Freguesia do Ó, em Sao Paulo, no último dia 21. "Os métodos de açao sao semelhantes. Nao sei até que ponto obecedem ao mesmo comando, mas pertencem ao mesmo grupo". Nao tem dúvida também de que "esses grupos marginais e subversivos sao de extrema direita, pequenos, primários, sem qualquer expressao política, que veriam no atentado cometido uma possibilidade de autopromoçao".

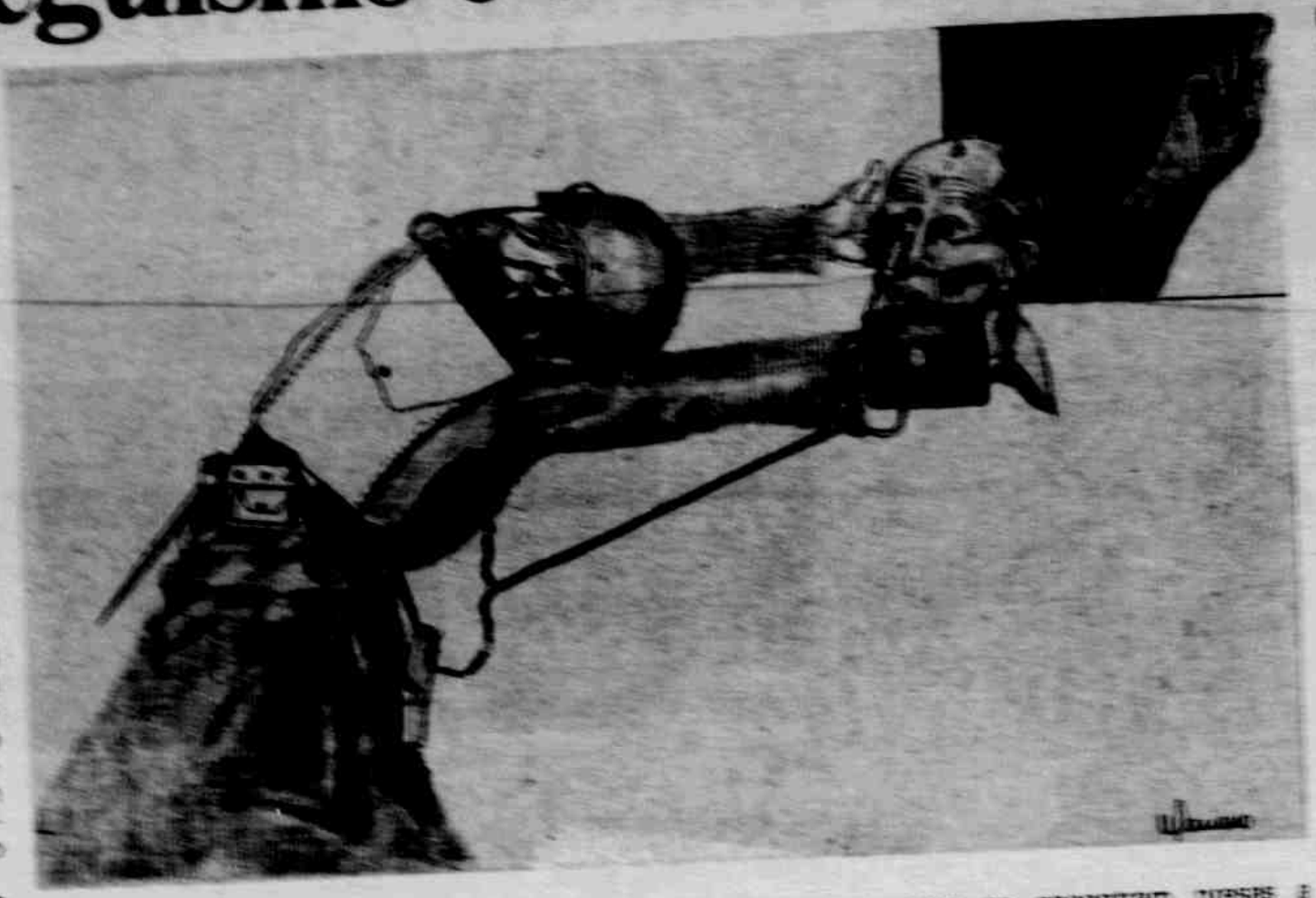
Acusando o governador Maluf de conivência com os agressores, "sobretudo pela omissao", Dallari manifesta sua plena convicçao de que os atacantes sao policiais. "O meu agressor disse que era da policia com a segurança e a convicçao que só o hábito pode dar", disse. Por isso, ele acha que "a investigaçao nao deve ficar apenas nas maos da policia estadual" e sugere o enquadramento dos agressores na Lei de Segurança Nacional.

Nao acredito, contudo, numa escalada da direita em Sao Paulo. "Na verdade", disse, "o que há é uma açao desesperada da direita, que tenta sobreviver".

(*José Carlos Ruy*)

O Peleguismo e o Sindicato Unitário

ARMANDO BOITO JR.
e DÉCIO SAES



"O pluralismo sindical comporta risco de divisão, mas abre a possibilidade de cindir um tipo de unidade sindical que só interessa à burguesia"

Há mais de quarenta anos o sindicato oficial do chamado sindicalismo de Estado vem sendo um obstáculo ao desenvolvimento da luta das classes trabalhadoras no Brasil. Hoje, o movimento das classes trabalhadoras vem produzindo condições objetivas para a destruição do sindicalismo de Estado. É claro que o peleguismo governista faz tudo para impedir que as classes trabalhadoras conquistem a autonomia sindical. No entanto, os perigos não são o único problema. Mesmo algumas correntes que se dizem favoráveis à autonomia sindical defendem o sindicalismo de Estado.

Os argumentos que servem a essa defesa são variados. Alguns se desgastaram em razão do avanço da luta grevista. Um deles, contudo, continua confundindo amplos setores das classes trabalhadoras. Trata-se da defesa da unidade sindical imposta por lei (*), sob o pretexto de que ela evita a fragmentação do movimento sindical. Essa é a posição, por exemplo, das correntes ligadas aos jornais *Voz da Unidade* e *Hoje do Povo*.

I

De fato, a unidade sindical *imposta por lei implica sempre a dependência do sindicato frente ao Estado*. Mesmo que se aceite, no Brasil, com o recolhimento e a distribuição do imposto sindical pelo Estado, e com intervenções policiais na vida sindical, a autonomia do sindicato diante do aparelho de Estado não está assegurada. Afinal, qual é o erro que decide que um determinado sindicato é o único sindicato legítimo de uma categoria (ou, eventualmente, de uma empresa)? A definição legal de qualquer sindicato como o sindicato único de uma categoria (ou de uma empresa) depende, em qualquer hipótese, de reconhecimento de um órgão do aparelho de Estado, seja o ministério do Trabalho, seja o Poder Judiciário, e contém sempre a possibilidade de intervenção policial. Ainda em determinados casos de nomeamento de dirigentes mais ativos ou críticos e de destituição da diretoria sindical eleita. É por isso que não é possível uma pela autonomia sindical sem uma ao mesmo tempo contra o sindicato único. Aqueles que se limitam a criticar as ingerências do ministério do Trabalho e do governo na vida sindical sem, ao mesmo tempo, combater a estrutura sindical unitária de Estado, acabam, conscientemente ou inconscientemente, se desviando da luta pela autonomia sindical.

Há aqueles que reconhecem abertamente que a unidade sindical imposta por lei implica sempre a dependência do sindicato frente ao Estado, mas que, no entanto, entendem que essa dependência é o preço a ser pago pelo movimento sindical se quisesse manter a sua unidade na luta reivindicativa. Essa é a posição defendida pelo ex-ministro do Trabalho Almino Affonso (*Folha de S. Paulo*, 22 de junho de 1980). Na verdade, o sacrifício da autonomia sindical não interessa ao proletariado. A unidade que se obtém no quadro do sindicato de Estado é sempre uma unidade em torno de correntes sindicais burguesas.

II

O sindicato unitário de Estado é uma estrutura de seleção de lideranças sindicais. Nessa estrutura, o Estado vale-se alternadamente de processos judiciais e burocráticos para barrar a ascensão de algumas correntes sindicais. Às diretorias, em geral de cultos, apoia o Estado, visando, no plano particular da relação com o movimento sindical, a sua natureza de classe burguesa: as correntes sindicais sedimentadas pelo de quadro de direção são aquelas que permanecem dentro dos limites da ideologia burguesa, enquanto são excluídas as correntes que têm uma perspectiva clara de relação do movimento sindical de massas com a revolução proletária e com o processo de construção do socialismo. Na situação atual, consistem na ação sindical diretrizes governistas (peleguismo), diretorias comprometidas com um projeto antipopular de capitalismo de Estado (*Voz da Unidade* e *Hoje do Povo*) e diretorias dirigidas por uma corrente social-democrata (o chamado sindicalismo autêntico). Todavia, essas correntes sindicais burguesas não representam, todas elas, a mesma coisa.

O peleguismo é um marco à parte do governo no movimento sindical e domina a maior parte das diretorias. Já as correntes comprometidas com um projeto de capitalismo de Estado mudaram sua posição na estrutura sindical graças ao apoio que o regime lhes deu para tentar contornar a sua grande crise. Exemplo desse processo é a nova diretoria estabelecida no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, antes, a diretoria pelega e hoje, dita progressista, eleita por duas chapas. Em primeiro lugar, essas correntes passam um arco, embora sob a forma crítica, ao regime ditatorial. Em segundo lugar — e esse é o aspecto fundamental — o projeto de capitalismo de Estado, embora contenha os interesses da burguesia clássica, é conservador com a manutenção do Estado burguês. Por isso, no Brasil atual, as correntes que o sustentam defendem entre o eleitoralismo e o golpismo militar, excluindo sempre a organização revolucionária das massas. Em virtude desse elemento burocrático, há sempre setores da burocracia de Estado disposto a passar a um compromisso com essas correntes.

As correntes social-democratas também permanecem dentro dos limites da ideologia burguesa, já que se limitam a preconizar uma política de reforma do capitalismo. Possuem, entretanto, que as correntes não são governistas incondicionais, nem se encontram presas a uma linha política de apoio ao regime. Essa posição permite-lhes uma maior combatividade na luta reivindicativa, o que para conflitos com o governo e com o patronato.

Um dos elementos que dificultam o rompimento do sindicato unitário de Estado com as direções sindicais de orientação burguesa é a existência, no seio da massa proletária, de uma *ideologia de organização sindical*. É o próprio aparelho sindical unitário de Estado que determina o desenvolvimento dessa ideologia. Ela consiste em conceber o sindicato como uma instituição que existe dependente de reconhecimento por parte do Estado, tem-se partindo de uma manifestação, no plano sindical, da ideologia jurídica, a concepção de que cabe ao Estado o encargo na promoção de medidas que solucionem os problemas enfrentados pelas massas populares. Essa ideologia do sindicato oficial ou quando dificulta a criação de organizações de organização sindical autônoma das massas, levando sobre as iniciativas o estigma do paralelismo sindical. A ideologia da legalidade sindical, na medida em que contribui para a reprodução do sindicato unitário de Estado, está a serviço da hegemonia das correntes sindicais burguesas no seio do movimento sindical.

III

O que fazemos, então, diante da ideologia do peleguismo sindical unitário? Não se trata disso. Se o pluralismo sindical comporta o risco de divisão, abre ou entanto a possibilidade de cindir um tipo de unidade sindical que só interessa à burguesia. O sindicato unitário de Estado representa necessariamente a unidade burguesa do movimento sindical. O pluralismo é a reivindicação que permite ao proletariado disputar a hegemonia no movimento sindical e, se possível, construir uma nova unidade sob sua direção.

As correntes sindicais que possuem uma perspectiva revolucionária precisam levar em conta que a luta contra o unitarismo do sindicato de Estado deve se desenvolver através de um processo desigual. Ou seja, é incorreto propor a generalização imediata de um tipo alternativo de organização sindical (livre, comitê de empresa, etc.) como tem feito o jornal *O Trabalho*. É preciso levar em conta a situação específica das diferentes categorias e das diversas bases territoriais de uma mesma categoria. Há casos em que é possível contar na luta contra o sindicato unitário de Estado com diretorias representativas do chamado sindicalismo autêntico, será um erro (cometido por alguns setores de massa) sindical abandonar-las à influência das correntes que detêm a estrutura sindical oficial de peleguismo. *Voz da Unidade*, *Hoje do Povo*. Noutros casos, é correto apostar na construção imediata de um sindicato paralelo, no caso dos professores, o fato de as massas ignorarem o sindicato oficial mas a presença de diversas correntes existem a caminho à construção de organizações sindicais que assumam, na prática, a vanguarda de um movimento. Se é sabido a ideologia da legalidade sindical impede de ver que a CUT (Unitário dos Trabalhadores do Estado de Minas), a APROPUC (associação dos Professores da PUC de São Paulo etc. são sindicatos paralelos. Tal como com o unitarismo do sindicato oficial de categoria, o Sindicato. O fundamental é diferenciar as diferentes tons de corrente para uma crise com a estrutura unitária do sindicato de Estado.

A *unidade sindical imposta por lei* é sustentação do sindicato de Estado e a hegemonia burguesa no movimento sindical. Nas mãos, possibilidades de um nosso momento o sindicalismo de Estado. As correntes sindicais que possuem uma perspectiva revolucionária, quando se tratar, muito se um, se não, de estabelecer, de casos de ordem e da hegemonia proletária no movimento sindical.

(*) N. R. — Existe um dispositivo na legislação que regula as atividades sindicais que não permite a criação de dois sindicatos de uma mesma categoria profissional em uma mesma base territorial.

PT: Partido de Massas Amplo e Legal. Mas de Que Tipo?

DUARTE PEREIRA

Os dirigentes do PC do Brasil me desculpem, mas a fundaçao do Partido dos Trabalhadores nao pode ser considerada um mal inevitável, que apenas se tolera com resignaçao. Deve ser saudada como um acontecimento positivo para o movimento democrático e popular. Este é, no momento, seu aspecto principal.

Em primeiro lugar, porque a constituiçao do PT, com as características que vai assumindo, estava fora dos planos do regime militar. Tanto que o regime vem multiplicando as pressoes e os obstáculos ao reconhecimento legal do PT. O fortalecimento do PT representa, portanto, uma derrota para a reforma partidária discriminatória, imposta pelo regime militar no ano passado. Fortalece o movimento antiditatorial e contribui para a liberdade de organizaçao partidária, inclusive de outras correntes políticas.

Em segundo lugar, o PT tem contribuído para levar a segmentos importantes da classe operária e de outros trabalhadores da cidade e do campo a idéia de que eles precisam participar da luta política, se querem resolver efetivamente seus problemas, e de que devem participar com independência, sem se deixar atrelar por lideranças políticas burguesas ou latifundiárias. É por esse motivo que a proposta do PT tem sido acolhida com simpatia por centenas de trabalhadores simples. Pode-se questionar (e eu o faço) se as concepçoes e métodos predominantes no PT garantem uma verdadeira independência ideológica, política e organizativa aos trabalhadores. No entanto, o simples fato de levar essa discussao a milhares de trabalhadores é muito positivo. Desenvolve a consciência, a organizaçao e a iniciativa política dos trabalhadores. Fortalece a oposiçao operário-popular e através dela o movimento democrático mais amplo contra o regime militar.

Em terceiro lugar, o PT tem sido o canal através do qual numerosos ativistas de esquerda, dispersos e inativos, se reaproximaram das massas trabalhadoras e se reinseriram no trabalho político. A reativaçao desses quadros do movimento popular, muitos dos quais deram no passado provas indiscutíveis de valor e dedicaçao, é um resultado positivo para a luta democrática e popular, que precisa ser reconhecido mesmo por quem mantenha com eles divergências ideológicas e políticas relevantes.

Por último, nao se pode desconhecer que o PT é ainda um partido em formaçao e desenvolvimento, que aglutina tendências políticas bem diferenciadas. Quem analisar o PT como um bloco homogêneo ou de forma estática, se condenará a cometer erros de natureza subjetiva e sectária. No último Encontro Nacional do PT, é indiscutível que as concepçoes mais estreitas e mais nitidamente reformistas perderam terreno. Pode-se levar a sério qualquer análise do PT que desconheça esse fato?

É verdade que persistem problemas teóricos e políticos muito importantes na articulação do PT. Portanto, a luta de opinioes, séria e respeitosa, entre os adeptos do PT e as outras correntes do movimento operário-popular só trará benefícios. Contudo, é legítimo perguntar se os dirigentes do PC do Brasil nao contribuiriam melhor para essa luta se, em vez de condenaçoes sumárias, apresentassem também um balanço público de sua trajetória, nela discriminando, com verdadeiro espírito proletário, sem arrogância, os acertos que devem ser preservados e desenvolvidos, dos erros que devem ser claramente reconhecidos e eliminados. As novas geraçoes de trabalhadores teriam, assim, a oportunidade de aprender as idéias do socialismo científico de forma viva, a partir das experiências positivas e negativas acumuladas pelo movimento operário brasileiro.

Um exemplo apenas: no mesmo documento em que condena o PT, em bloco, como um partido social-democrata, adversário do socialismo proletário, o Comitê Central do PC do Brasil afirma que a classe operária deve ser o elemento central da atividade de seu partido. Ora, é sabido que o PC do Brasil, há quinze anos, concentrava sua atividade no campo (nem sequer no movimento camponês de massas). Por que mudou de posiçao? Que ensinamento retira de sua prioridade de trabalho errada no passado? E como encara, à luz dessa prioridade errada, a responsabilidade que tem pela confusao ideológica atual do movimento operário brasileiro?

Também me desculpem os dirigentes do PC Brasileiro, que saudaram o surgimento do PT como um fato positivo, mas afirmaram que seu lugar no espectro ideológico será à direita do PC Brasileiro. Por que? Porque o PT nao se define como socialista? Por que nao invoca, como faz o PC Brasileiro ritualmente, os princípios do marxismo-leninismo? Um partido deve ser julgado essencialmente pela sua prática, nao pelas suas declaraçoes. E desse ponto de vista o PT, apesar de suas ambigüidades, já surgiu como um partido mais definido do que o PC Brasileiro no combate ao regime militar e no apoio aos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores.

"O verdadeiro desafio não é construir um partido de massas qualquer, mas um partido de massas revolucionário"

Estará entao o PT em condiçoes de ser o partido legal para onde confluam todas as classes e camadas sociais que vivem de seu trabalho e as correntes de opiniao que as representam? Para que pudesse cumprir esse papel, seria preciso que o próprio PT se caracterizasse, claramente, como uma frente popular, tática, construída essencialmente em torno de uma plataforma imediata de açao, e aberta a todas as classes sociais e forças políticas de cunho popular, que tenderiam, inclusive, a separar-se à medida que se ampliasse a liberdade de organizaçao partidária. Ora, nao pensa assim, hoje estou convencido, nenhuma das três tendências básicas que se reúnem no PT.

A tendência de inspiraçao trotsquista ou neotrotsquista, que ainda conserva muita força, sobretudo em alguns Estados, encara o PT como um caminho para formar um partido operário de vanguarda, calcado nas concepçoes e nos métodos que vêm de Trotsky e que até agora nao levaram à libertaçao nacional e ao socialismo em nenhum país.

A tendência social-democrática, ainda mais influente do que a anterior, quer também transformar o PT num partido de base operária mas voltado à conquista de um socialismo dito "democrático", que seria obtido por um caminho puramente legalista e eleitoral, através do aperfeiçoamento gradativo de uma democracia burguesa a ser implantada no país e de reformas progressivas em nosso capitalismo dependente.

Restaria o bloco constituído por lideranças sindicais, parlamentares e religiosas ainda sem uma definiçao político-ideológica precisa e também por grupos e militantes de esquerda, que procuram orientar-se por idéias marxistas. Esse bloco, cuja influência vem crescendo no PT, tem evitado qualquer definiçao precipitada de um programa mais ambicioso para o PT e tem concentrado seus esforços na aglutinaçao de forças e na elaboraçao de uma plataforma imediata de açao, de caráter democrático-radical. À primeira vista, sua concepçao do PT como "um partido de massas, amplo e legal" se aproximaria da idéia de um partido de unidade tática entre distintas forças populares.

Contudo, mesmo a maioria dos integrantes desse bloco insistem em caracterizar o PT como um partido e nao uma frente; recusam qualquer distinçao entre partido estratégico e partido tático; e pretendem levar o PT a atuar nao só no quadro institucional e parlamentar, mas em todas as frentes de massas, desempenhando aí um papel dirigente. Na prática, portanto, vêem o PT como um futuro partido de vanguarda dos trabalhadores; só que, na costruçao desse partido privilegiam a composiçao social e a prática, pondo em plano secundário sua teoria orientadora e seu programa, que seriam formulados progressivamente. Segundo alguns integrantes desse bloco, tratar-se-ia de uma "teoria original", própria do Brasil, de "construçao simultânea da frente popular e do partido operário".

Ora, esse é um equívoco manifesto. Uma frente popular se estrutura em torno de tarefas de luta imediatas e pressupoe, por definiçao, a unidade de atuaçao entre forças sociais e políticas *diferentes*. Um partido operário, ao contrário, requer a adoçao de princípios ideológicos e organizativos *comuns*, os princípios do socialismo científico, e se constrói, essencialmente, na formulaçao e na aplicaçao de um programa de uma tática política que articulem os objetivos a curto, médio e a longo prazo da classe operária.

Alguns pensam que ganhariam tempo com a fusao entre partido e frente, pois começariam com uma agremiaçao já com base de massas, que iria se definindo politicamente pouco a pouco. Mas este atalho é ilusório e apenas levará a uma divisao inevitável quando se buscar dar ao partido uma fisionomia político-ideológica definida. O caminho histórico tem sido outro: começar por um grupo restrito de militantes, unidos em torno de algumas posiçoes básicas, e ir enriquecendo as posiçoes e ampliando o número de militantes à medida que partido e movimentos de massa avançam, de forma conjugada mas separados. Isto, aliás, exige que o partido se construa na luta, em íntima ligaçao com os movimentos de massa, e nao voltado burocraticamente para si mesmo, como já vem ocorrendo com alguns núcleos do PT.

Pelos mesmos motivos nao procede a contraposiçao, que muitos vêm fazendo, entre "partido de massas" e "partido revolucionário". As massas podem e precisam chegar a posiçoes revolucionárias; se nao, como as revoluçoes seriam feitas? E se os partidos revolucionários nao crescessem, nao dirigissem amplas massas, como iriam eles dirigir revoluçoes? Certamente, é longo e difícil o caminho para transformar um partido revolucionário em partido de massas.

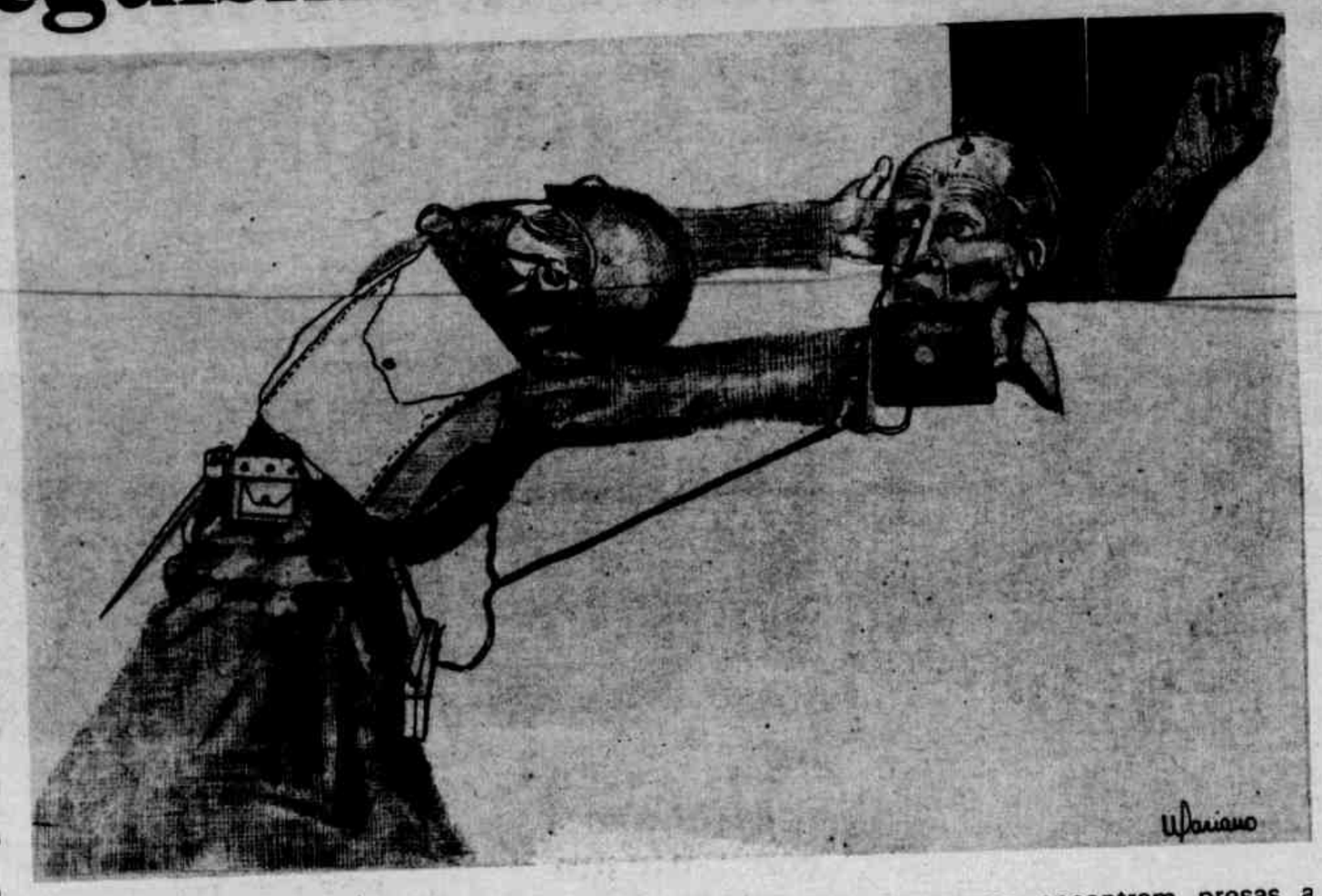
E o desafio nao é construir um partido de massas qualquer, mas um partido de massas revolucionário.

É por essas razoes que amplos setores do movimento operário-popular consideram que, do ponto de vista político-institucional, a melhor alternativa é ainda a de atuar no PMDB, através de sua Tendência Popular. O PMDB é uma agremiaçao política heterogênea, dirigida por oposicionistas burgueses-latifundiários e onde o peso das correntes reformistas é também muito grande. Além disso, mesmo no seio da Tendência Popular, há setores marcados por influências sociais-democráticas (os dirigentes do PC do Brasil, aliás, omitem essa crítica) e há outros setores marcados por concepçoes e métodos políticos estreitos (que os dirigentes do PC do Brasil poderiam, aliás, ajudar a combater para que nao produzam na Tendência Popular do PMDB os mesmos prejuízos que já ocasionaram em outras frentes de massas, como os movimentos contra a carestia).

De qualquer modo, o PMDB se distingue por se reconhecer, claramente, como uma frente tática; por admitir a organizaçao de tendências em suas fileiras; e por restringir-se à atuaçao política institucional e parlamentar, respeitando a autonomia dos movimentos populares. Oferece, assim, para as correntes operárias de inspiraçao marxista, no quadro atual de dificuldades, uma maior flexibilidade de atuaçao. Independentemente da unidade de açao que essas correntes devem desenvolver com o PT, especialmente com seu bloco popular-revolucionário, nao só na luta democrática, mas na luta sindical e em outras.

O Peleguismo e o Sindicato Unitário

ARMANDO BOITO JR.
e DÉCIO SAES



"O pluralismo sindical comporta risco de divisão, mas abre a possibilidade de cindir um tipo de unidade sindical que só interessa à burguesia"

Há mais de quarenta anos a estrutura sindical oficial (o chamado sindicalismo de Estado) vem sendo um obstáculo ao desenvolvimento da luta das classes trabalhadoras no Brasil. Hoje, o movimento das classes trabalhadoras vem produzindo condicoes objetivas para a destruicao do sindicalismo de Estado. É claro que o peleguismo governista faz tudo para impedir que as classes trabalhadoras conquistem a autonomia sindical. No entanto, os pelegos não são o único problema. Mesmo algumas correntes que se dizem favoráveis à autonomia sindical defendem o sindicalismo de Estado.

Os argumentos que servem a essa defesa são variados. Alguns se desgastaram em razão do avanco da luta grevista. Um deles, contudo, continua confundindo amplos setores das classes trabalhadoras. Trata-se da defesa da unicidade sindical mantida por lei (*), sob o pretexto de que esta evita a fragmentação do movimento sindical. Essa é a posicao, por exemplo, das correntes ligadas aos jornais *Voz da Unidade* e *Hora do Povo*.

I

De fato, *a unicidade sindical mantida por lei implica sempre a dependência do sindicato frente ao Estado*. Mesmo que se acabe, no Brasil, com o recolhimento e a distribuição do imposto sindical pelo Estado, e com intervenções policialescas na vida sindical, a autonomia do sindicato diante do aparelho de Estado não estará assegurada. Afinal, qual é o ente que decide que um determinado sindicato é o único sindicato legítimo de uma categoria (ou, eventualmente, de uma empresa)? A definicao legal de qualquer sindicato como o sindicato único de uma categoria (ou de uma empresa) depende, *em qualquer hipótese*, da intervencao de um ramo do aparelho de Estado, seja o ministério do Trabalho, seja o Poder Judiciário e contém sempre a possibilidade de intervencao policial *legal* (em determinados casos de não-acatamento de decisões ministeriais ou judiciais) e de destituicao de diretoria sindical eleita. E por isso que não é possível lutar pela autonomia sindical sem lutar, ao mesmo tempo, contra o sindicato único. Aqueles que se limitam a criticar as ingerências do ministério do Trabalho e do governo na vida sindical sem, ao mesmo tempo, combater a estrutura sindical unitária de Estado, acabam, consciente ou inconscientemente, se desviando da luta pela autonomia sindical.

Há aqueles que reconhecem abertamente que a unidade sindical mantida por lei implica sempre a dependência do sindicato frente ao Estado mas que, no entanto, entendem que essa dependência é o preço a ser pago pelo movimento sindical se quiser manter a sua unidade na luta reivindicativa. Essa é a posicao defendida pelo ex-ministro do Trabalho Almino Affonso (*Folha de S. Paulo*, 22 de junho de 1980). Na verdade, o sacrifício da autonomia sindical não interessa ao proletariado. *A unidade que se obtém no quadro do sindicato de Estado é sempre uma unidade em torno de correntes sindicais burguesas.*

II

O sindicato unitário de Estado é uma *estrutura de selecão* de liderancas sindicais. Nessa estrutura, o Estado vale-se alternadamente de processos policiais e burocráticos para barrar a ascensao de algumas correntes sindicais às diretorias, em proveito de outras. Aqui, o Estado revela, no plano particular da relação com o movimento sindical, a sua natureza de classe (burguesa): as correntes sindicais selecionadas para os *postos de direção* são aquelas que permanecem dentro dos limites da ideologia burguesa, enquanto sao excluídas as correntes que têm uma perspectiva clara da relação do movimento sindical de massas com a revolução proletária e com o processo de construção do socialismo. Na situação atual, coexistem na vida sindical diretorias governistas (peleguismo), diretorias comprometidas com um projeto antiproletário de capitalismo de Estado (*Voz da Unidade* e *Hora do Povo*) e diretorias onde domina uma componente social-democrata (o chamado sindicalismo autêntico). Todavia, essas correntes sindicais burguesas nao representam, todas elas, a mesma coisa.

O pelego é um mero agente do governo no movimento sindical e domina a maior parte das diretorias. Já as correntes comprometidas com um projeto de capitalismo de Estado melhoraram sua posição na estrutura sindical graças ao apoio que o regime lhes deu para tentar contornar a sua própria crise. (Exemplo desse processo é a nova aliança estabelecida no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo entre a direcao pelega e forcas ditas progressistas). Isso foi possível por duas razoes. Em primeiro lugar, essas correntes prestam um apoio, embora sob a forma critica, ao regime ditatorial. Em segundo lugar — e esse é o aspecto fundamental —, o projeto de capitalismo de Estado, embora contrarie os interesses da burguesia clássica, é compatível com a manutencao do Estado burguês; por isso, no Brasil atual, as correntes que o sustentam oscilam entre o eleitoralismo e o golpismo militar, excluindo sempre a organização revolucionária das massas. Em virtude dessa identidade fundamental, há sempre setores da burocracia de Estado dispostos a passar a um compromisso com essas correntes.

As correntes social-democratas também permanecem dentro dos limites da ideologia burguesa, já que se limitam a preconizar uma politica de reforma do capitalismo. Ressalve-se, entretanto, que tais correntes não são governistas incondicionais, nem se encontram presas a uma linha política de apoio ao regime. Essa posicao permite-lhes uma maior combatividade na luta reivindicativa, o que gera conflitos com o governo e com o patronato.

Um dos elementos que dificultam o rompimento do proletariado com as direcoes sindicais de orientacao burguesa é a existência, no seio da massa proletária, de uma *ideologia da legalidade sindical*. É o próprio aparelho sindical unitário de Estado que determina o desenvolvimento dessa ideologia. Ela consiste em conceber o sindicato como uma instituicao cuja existência depende de reconhecimento por parte do Estado, trata-se portanto de uma manifestacao, no plano sindical, da ideologia populista: a concepcao de que cabe ao Estado a *iniciativa* na proposição de medidas que solucionem os problemas enfrentados pelas massas populares. Essa ideologia do sindicato oficial ou público dificulta as iniciativas de organização sindical autônoma das massas, lancando sobre tais iniciativas o estigma do paralelismo sindical. A ideologia da legalidade sindical, na medida em que contribui para a reproducao do sindicato unitário do Estado, está a servico da hegemonia das correntes sindicais burguesas no seio do movimento sindical.

III

O que dissemos até aqui pode sugerir que defendemos o pluralismo sindical como princípio. Nao se trata disso. Se o pluralismo sindical comporta o *risco* da divisao, abre no entanto a *possibilidade* de cindir um tipo de unidade sindical que só interessa à burguesia. O sindicato unitário de Estado representa necessariamente a unidade burguesa do movimento sindical. O pluralismo é a *reivindicação tática* que permite ao proletariado disputar a hegemonia no movimento sindical e, se possível, construir uma nova unidade sob sua direcao.

As correntes sindicais que possuem uma perspectiva revolucionária precisam levar em conta que a luta contra o unitarismo do sindicato de Estado deve se desenrolar através de um processo desigual. Ou seja, é incorreto propor a generalizacao imediata de um tipo alternativo de organizacao: sindicato livre, comitê de empresa, etc. (como tem feito o jornal *O Trabalho*). É preciso levar em conta a situacao especifica das diferentes categorias e das diversas bases territoriais de uma mesma categoria. Há casos em que é possível contar, na luta contra o sindicato unitário de Estado, com diretorias representativas do chamado sindicalismo autêntico seria um erro (cometido por alguns setores da oposicao sindical) abandoná-las à influência das correntes que defendem a estrutura sindical vigente (peleguismo, *Voz da Unidade*, *Hora do Povo*). Noutros casos, é correto lancar-se à construcao imediata de um sindicato paralelo no caso dos professores, o fato de as massas ignorarem o sindicato oficial mais a presenca de direcoes pelegas levaram a categoria à construcao de organizacoes sindicais que assumiram, na prática, a vanguarda da luta reivindicativa. (Só a sujeicao à ideologia da legalidade sindical impede de ver que a UTE (Uniao dos Trabalhadores do Ensino) de Minas, a APROPUC (Associacao dos Professores da PUC, de Sao Paulo) etc. sao sindicatos paralelos, que rompem com o unitarismo do sindicato oficial da categoria, o Simpro). O fundamental é orientar os diferentes tipos de combate para uma cisão com a estrutura unitária do sindicato de Estado.

A *unicidade sindical* (unidade mantida por lei), a *subordinação* do sindicato ao Estado e a *hegemonia burguesa* no movimento sindical sao três aspectos, indissociáveis, de um mesmo fenômeno: o sindicalismo de Estado. As correntes sindicais que possuem uma perspectiva revolucionária, compete articular, numa só luta, os objetivos da *cisão*, da *independência* e da *hegemonia proletária* no movimento sindical.

(*) N. R. — Existe um dispositivo na legislacao que regula as atividades sindicais que nao permite a criação de dois sindicatos de uma mesma categoria profissional em uma mesma base territorial.

PT: Partido de Massas Amplo e Legal. Mas de Que Tipo?

DUARTE PEREIRA

Os dirigentes do PC do Brasil me desculpem, mas a fundaçao do Partido dos Trabalhadores nao pode ser considerada um mal inevitável, que apenas se tolera com resignaçao. Deve ser saudada como um acontecimento positivo para o movimento democrático e popular. Este é, no momento, seu aspecto principal.

Em primeiro lugar, porque a constituiçao do PT, com as características que vai assumindo, estava fora dos planos do regime militar. Tanto que o regime vem multiplicando as pressoes e os obstáculos ao reconhecimento legal do PT. O fortalecimento do PT representa, portanto, uma derrota para a reforma partidária discriminatória, imposta pelo regime militar no ano passado. Fortalece o movimento antiditatorial e contribui para a liberdade de organizaçao partidária, inclusive de outras correntes políticas.

Em segundo lugar, o PT tem contribuído para levar a segmentos importantes da classe operária e de outros trabalhadores da cidade e do campo a idéia de que eles precisam participar da luta política, se querem resolver efetivamente seus problemas, e de que devem participar com independência, sem se deixar atrelar por lideranças políticas burguesas ou latifundiárias. É por esse motivo que a proposta do PT tem sido acolhida com simpatia por centenas de trabalhadores simples. Pode-se questionar (e eu o faço) se as concepçoes e métodos predominantes no PT garantem uma verdadeira independência ideológica, política e organizativa aos trabalhadores. No entanto, o simples fato de levar essa discussao a milhares de trabalhadores é muito positivo. Desenvolve a consciência, a organizaçao e a iniciativa política dos trabalhadores. Fortalece a oposiçao operário-popular e através dela o movimento democrático mais amplo contra o regime militar.

Em terceiro lugar, o PT tem sido o canal através do qual numerosos ativistas de esquerda, dispersos e inativos, se reaproximaram das massas trabalhadoras e se reinseriram no trabalho político. A reativaçao desses quadros do movimento popular, muitos dos quais deram no passado provas indiscutíveis de valor e dedicaçao, é um resultado positivo para a luta democrática e popular, que precisa ser reconhecido mesmo por quem mantenha com eles divergências ideológicas e políticas relevantes.

Por último, nao se pode desconhecer que o PT é ainda um partido em formaçao e desenvolvimento, que aglutina tendências políticas bem diferenciadas. Quem analisar o PT como um bloco homogêneo ou de forma estática, se condenará a cometer erros de natureza subjetiva e sectária. No último Encontro Nacional do PT, é indiscutível que as concepçoes mais estreitas e mais nitidamente reformistas perderam terreno. Pode-se levar a sério qualquer análise do PT que desconheça esse fato?

É verdade que persistem problemas teóricos e políticos muito importantes na articulação do PT. Portanto, a luta de opinioes, séria e respeitosa, entre os adeptos do PT e as outras correntes do movimento operário-popular só trará benefícios. Contudo, é legítimo perguntar se os dirigentes do PC do Brasil nao contribuiriam melhor para essa luta se, em vez de condenaçoes sumárias, apresentassem também um balanço público de sua trajetória, nela discriminando, com verdadeiro espírito proletário, sem arrogância, os acertos que devem ser preservados e desenvolvidos, dos erros que devem ser claramente reconhecidos e eliminados. As novas geraçoes de trabalhadores teriam, assim, a oportunidade de aprender as idéias do socialismo científico de forma viva, a partir das experiências positivas e negativas acumuladas pelo movimento operário brasileiro.

Um exemplo apenas: no mesmo documento em que condena o PT, em bloco, como um partido social-democrata, adversário do socialismo proletário, o Comitê Central do PC do Brasil afirma que a classe operária deve ser o elemento central da atividade de seu partido. Ora, é sabido que o PC do Brasil, há quinze anos, concentrava sua atividade no campo (nem sequer no movimento camponês de massas). Por que mudou de posiçao? Que ensinamento retira de sua prioridade de trabalho errada no passado? E como encara, à luz dessa prioridade errada, a responsabilidade que tem pela confusao ideológica atual do movimento operário brasileiro?

Também me desculpem os dirigentes do PC Brasileiro, que saudaram o surgimento do PT como um fato positivo, mas afirmaram que seu lugar no espectro ideológico será à direita do PC Brasileiro. Por que? Porque o PT nao se define como socialista? Por que nao invoca, como faz o PC Brasileiro ritualmente, os princípios do marxismo-leninismo? Um partido deve ser julgado essencialmente pela sua prática, nao pelas suas declaraçoes. E desse ponto de vista o PT, apesar de suas ambigüidades, já surgiu como um partido mais definido do que o PC Brasileiro no combate ao regime militar e no apoio aos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores.

"O verdadeiro desafio não é construir um partido de massas qualquer, mas um partido de massas revolucionário"

Estará entao o PT em condiçoes de ser o partido legal para onde confluam todas as classes e camadas sociais que vivem de seu trabalho e as correntes de opiniao que as representam? Para que pudesse cumprir esse papel, seria preciso que o próprio PT se caracterizasse, claramente, como uma frente popular, tática, construída essencialmente em torno de uma plataforma imediata de açao, e aberta a todas as classes sociais e forças políticas de cunho popular, que tenderiam, inclusive, a separar-se à medida que se ampliasse a liberdade de organizaçao partidária. Ora, nao pensa assim, hoje estou convencido, nenhuma das três tendências básicas que se reúnem no PT.

A tendência de inspiraçao trotsquista ou neotrotsquista, que ainda conserva muita força, sobretudo em alguns Estados, encara o PT como um caminho para formar um partido operário de vanguarda, calcado nas concepçoes e nos métodos que vêm de Trotsky e que até agora nao levaram à libertaçao nacional e ao socialismo em nenhum país.

A tendência social-democrática, ainda mais influente do que a anterior, quer também transformar o PT num partido de base operária mas voltado à conquista de um socialismo dito "democrático", que seria obtido por um caminho puramente legalista e eleitoral, através do aperfeiçoamento gradativo de uma democracia burguesa a ser implantada no país e de reformas progressivas em nosso capitalismo dependente.

Restaria o bloco constituído por lideranças sindicais, parlamentares e religiosas ainda sem uma definiçao político-ideológica precisa e também por grupos e militantes de esquerda, que procuram orientar-se por idéias marxistas. Esse bloco, cuja influência vem crescendo no PT, tem evitado qualquer definiçao precipitada de um programa mais ambicioso para o PT e tem concentrado seus esforços na aglutinaçao de forças e na elaboraçao de uma plataforma imediata de açao, de caráter democrático-radical. À primeira vista, sua concepçao do PT como "um partido de massas, amplo e legal" se aproximaria da idéia de um partido de unidade tática entre distintas forças populares.

Contudo, mesmo a maioria dos integrantes desse bloco insistem em caracterizar o PT como um partido e nao uma frente; recusam qualquer distinçao entre partido estratégico e partido tático; e pretendem levar o PT a atuar nao só no quadro institucional e parlamentar, mas em todas as frentes de massas, desempenhando aí um papel dirigente. Na prática, portanto, vêem o PT como um futuro partido de vanguarda dos trabalhadores; só que, na costruçao desse partido privilegiam a composiçao social e a prática, pondo em plano secundário sua teoria orientadora e seu programa, que seriam formulados progressivamente. Segundo alguns integrantes desse bloco, tratar-se-ia de uma "teoria original", própria do Brasil, de "construçao simultânea da frente popular e do partido operário".

Ora, esse é um equívoco manifesto. Uma frente popular se estrutura em torno de tarefas de luta imediatas e pressupoe, por definiçao, a unidade de atuaçao entre forças sociais e políticas *diferentes*. Um partido operário, ao contrário, requer a adoçao de princípios ideológicos e organizativos *comuns*, os princípios do socialismo científico, e se constrói, essencialmente, na formulaçao e na aplicaçao de um programa de uma tática política que articulem os objetivos a curto, médio e a longo prazo da classe operária.

Alguns pensam que ganhariam tempo com a fusao entre partido e frente, pois começariam com uma agremiaçao já com base de massas, que iria se definindo politicamente pouco a pouco. Mas este atalho é ilusório e apenas levará a uma divisao inevitável quando se buscar dar ao partido uma fisionomia político-ideológica definida. O caminho histórico tem sido outro: começar por um grupo restrito de militantes, unidos em torno de algumas posiçoes básicas, e ir enriquecendo as posiçoes e ampliando o número de militantes à medida que partido e movimentos de massa avançam, de forma conjugada mas separados. Isto, aliás, exige que o partido se construa na luta, em íntima ligaçao com os movimentos de massa, e nao voltado burocraticamente para si mesmo, como já vem ocorrendo com alguns núcleos do PT.

Pelos mesmos motivos nao procede a contraposiçao, que muitos vêm fazendo, entre "partido de massas" e "partido revolucionário". As massas podem e precisam chegar a posiçoes revolucionárias; se nao, como as revoluçoes seriam feitas? E se os partidos revolucionários nao crescessem, nao dirigissem amplas massas, como iriam eles dirigir revoluçoes? Certamente, é longo e difícil o caminho para transformar um partido revolucionário em partido de massas.

E o desafio nao é construir um partido de massas qualquer, mas um partido de massas revolucionário.

É por essas razoes que amplos setores do movimento operário-popular consideram que, do ponto de vista político-institucional, a melhor alternativa é ainda a de atuar no PMDB, através de sua Tendência Popular. O PMDB é uma agremiaçao política heterogênea, dirigida por oposicionistas burgueses-latifundiários e onde o peso das correntes reformistas é também muito grande. Além disso, mesmo no seio da Tendência Popular, há setores marcados por influências sociais-democráticas (os dirigentes do PC do Brasil, aliás, omitem essa crítica) e há outros setores marcados por concepçoes e métodos políticos estreitos (que os dirigentes do PC do Brasil poderiam, aliás, ajudar a combater para que nao produzam na Tendência Popular do PMDB os mesmos prejuízos que já ocasionaram em outras frentes de massas, como os movimentos contra a carestia).

De qualquer modo, o PMDB se distingue por se reconhecer, claramente, como uma frente tática; por admitir a organizaçao de tendências em suas fileiras; e por restringir-se à atuaçao política institucional e parlamentar, respeitando a autonomia dos movimentos populares. Oferece, assim, para as correntes operárias de inspiraçao marxista, no quadro atual de dificuldades, uma maior flexibilidade de atuaçao. Independentemente da unidade de açao que essas correntes devem desenvolver com o PT, especialmente com seu bloco popular-revolucionário, nao só na luta democrática, mas na luta sindical e em outras.

Mario Lago: reintegrado

Nora Nei: aposentada

Antonio Andrade/Abril Press

Jorge Goulart: aposentado

DIREITOS HUMANOS

Anistia, sim. Retorno, não.

As injustiças de uma anistia feita (e aplicada) pelos que antes puniram

Encerrado o prazo para a reintegraçao dos cassados e demitidos com base na lei de anistia parcial, começa-se a fazer o balanço dos resultados: enquanto nas áreas civis assiste-se a episódios como o dos estudantes de cravo vermelho na lapela recebendo os professores que retornaram à antiga Faculdade Nacional de Filosofia — hoje o IFCS, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais —, nos meios militares o descontentamento é generalizado: poucos foram os que voltaram à ativa. Da mesma forma pode-se falar dos funcionários das empresas estatais como o Banco do Brasil, a Siderúrgica Volta Redonda e muitas outras; a maioria teve seus requerimentos indeferidos.

Assim, vai-se abrindo um novo capitulo nesta anistia — aliás, capitulo já conhecido nas anistias anteriores. Ou seja: além da parcialidade da lei que nao restabeleceu todos os direitos, a sua aplicaçao está sendo feita segundo o mesmo arbítrio que determinou a puniçao. Aos nao beneficiados resta o recurso dos tribunais — para tentar reaver direitos postergados — e a continuidade da campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita, como insiste o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA).

Dedo-duro no mesmo posto

No dia 28 passado, quando os professores da antiga Filosofia foram tomar posse, reintegrados, no Departamento de História, encontraram este fechado e com as luzes apagadas por ordem de seu diretor, o professor Eremildo Viana, o mesmo que os "dedurou" a partir de 1964, sendo responsável pela cassaçao de 44 professores, em 1969, entre os quais os que agora retornaram: Maria Ieda Linhares, Manoel Maurício, Darci Ribeiro, Eulália Lobo. A solenidade foi presidida pelo diretor do IFCS, com os estudantes de cravo vermelho na lapela. Turmas, para os que retornaram, nao havia mais. Mas diversos professores cederam algumas de suas turmas já programadas.

No próximo dia 7, será a vez dos antigos funcionários da Radio Nacional se apresentarem. O que vao fazer? Nao sabem. Dos 36 demitidos em 64, apenas 12 foram reintegrados, entre os quais o ator Mário Lago. Alguns morreram. A maioria foi aposentada, como os artistas Jorge Goulart e Nora Nei.

Praça-de-pré não retorna

Com raras exceçoes — como os casos dos terceiro-sargentos da Aeronáutica Manoel Morais e Silvio da Silva Magalhaes — nenhum militar, seja oficial superior, sejam os praças-de-pré, retornou à ativa. E no caso dos últimos, mesmo a reintegraçao na reserva remunerada tem sido negada em grande número de casos. Na Aeronáutica, cerca de 500 foram para a reserva; No Exército, até agora, apenas uns 80. Mas um número bem superior teve seus requerimentos indeferidos sob a alegaçao de que seus casos nao se enquadravam na lei da anistia. Houve casos, inclusive, como o do sargento Joao Ferreira da Silva, da Aeronáutica, que teve seu requerimento despachado favoravelmente pelo ministro Délio Jardim de Mattos e passou a receber seu soldo como militar da reserva. No entanto, pouco mais de 120 dias após, novo despacho do ministro reconsiderava o anterior, "desanistiando" o sargento, sob a alegaçao do mesmo ter sido processado com base na Lei de Segurança Nacional em "crime" excluído da anistia parcial.

Aproveitando a passagem do papa, cerca de 30 praças-de-pré dirigiram-lhe uma carta em que historiam a situaçao dos excluídos: mais de seis mil marinheiros que participaram da famosa assembléia no Sindicato dos Metalúrgicos em 1964 (que foram afastados da Marinha por "motivo disciplinar" e nao político, como alegam as autoridades); os participantes da campanha do "Petróleo é Nosso" e da defesa da hiléia amazônica que haviam sido anistiados em 1961 e depois desanistiados em 1969 pela junta militar; e todos os militares afastados por razoes *disciplinares*. A carta foi entregue na noite do dia 1', na reuniao do papa com os intelectuais.

Agora está aberto o caminho dos tribunais, como já começaram a apelar diversos militares, entre os quais o sargento Ferreira. E a disposiçao de seguir adiante na campanha, como afirmaram. (*Roberto Martins*)

ESTUDANTES

A proposta da União Nacional dos Estudantes: uma frente política de defesa das eleições

O novo slogan da UNE: "O povo vai votar"

Envolvida diretamente nos trabalhos de preparaçao do III Seminário Nacional e do Coneb (Conselho Nacional das Entidades de Base), a diretoria da UNE (Uniao Nacional dos Estudantes), se viu na contingência de adiar sucessivamente a reuniao que havia programado para os dias 28, 29 e 30 de junho. Nessa reuniao, que acabou se realizando na terça e quarta-feira da semana passada, nao houve tempo nem condicoes para a diretoria deliberar sobre as lutas a serem travadas no segundo semestre diretamente relacionadas com o ensino, a questao do próximo congresso e das próximas eleiçoes, e sobre o alinhamento politico internacional da entidade.

A diretoria acabou definindo-se basicamente em relaçao às lutas politicas a serem desenvolvidas a partir de agosto. A luta prioritária a ser travada será em defesa das eleiçoes municipais de novembro, que será desenvolvida sob o lema "A Ditadura Nao Quer Deixar, Mas o Povo Vai Votar". Foi decidido que será confeccionado um cartaz nacional para a campanha, além de se programar uma manifestaçao em todos os Estados para a véspera da votaçao da emenda Anísio Souza, que prorroga os mandatos dos atuais vereadores e prefeitos.

Em seguida virao as campanhas em defesa da Assembléia Nacional Constituinte, efetivamente livre, democrática e soberana, pela revogaçao da Lei de Segurança Nacional e contra o enquadramento de sindicalistas, jornalistas, estudantes e parlamentares nessa mesma lei. Para isso, já estao sendo confeccionados adesivos e cartazes em protesto contra o enquadramento dos estudantes catarinenses na LSN, acusados de se envolverem no episódio da passagem do general Figueiredo por aquele Estado.

Serao desenvolvidas campanhas também em apoio à luta dos camponeses pela reforma agrária, contra o acordo nuclear, contra a implantaçao de usinas nucleares no Brasil e em defesa da Amazônia.

Para o encaminhamento destas lutas, a UNE proporá a realizaçao, para o mais breve possível, de uma reuniao das principais entidades democráticas nacionais, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associaçao Brasileira de Imprensa, o Movimento de Defesa da Amazônia, o Movimento Contra a Carestia, partidos politicos, comitês pela anistia, a Unidade Sindical e outras. Nessa reuniao a UNE proporá a realizaçao de um encontro nacional das oposiçoes, no sentido de discutir o encaminhamento das principais campanhas aprovadas pela diretoria, que nao dizem respeito apenas aos estudantes, mas a todo o povo brasileiro.

Apesar de apresentarem visoes de conjuntura diferenciadas, os diretores da UNE aprovaram a maioria das propostas por unanimidade, em uma reuniao em que prevaleceu um clima bastante fraterno. A reuniao da diretoria foi prejudicada em primeiro lugar pela dificuldade de se conseguir um local para a realizaçao do seminário e do Coneb, já que devido a pressoes governamentais todas as universidades do Rio estavam fechando as portas aos estudantes. E também porque a diretoria da UNE foi obrigada a se envolver em todos os aspectos da preparaçao desses dois encontros já que a Uniao Estadual dos Estudantes local nao o havia feito como devia, segundo queixa de alguns diretores, até as vésperas da sua realizaçao.

O seminário teve sua abertura na quinta-feira passada com previsao para se estender até o domingo, discutindo nesse período temas como universidade e sociedade, ensino pago, verbas, autonomia universitária, regimentos internos, solidariedade aos povos da América Latina, etc. O seminário, de acordo com o ex-presidente Aldo Arantes, presente à abertura, teria o mérito de propiciar aos estudantes o aprofundamento da discussao sobre a realidade da universidade brasileira hoje. E nesse sentido contribuir para que a UNE defina como eixo central da sua luta, bandeiras relacionadas com as questoes específicas da universidade e que possam interessar vivamente ao conjunto dos estudantes brasileiros. Fizeram-se representar à abertura do seminário diversas entidades. Compareceram um representante oficial da OAB, o pró-reitor para assuntos estudantis da universidade de Sergipe, quatro ex-dirigentes da UNE, o Partidos dos Trabalhadores, o Partido Democrático Trabalhista, a executiva nacional dos Movimentos de Defesa da Amazônia, o Comitê Brasileiro pela Anistia, a UIE (Uniao Internacional dos Estudantes), entidades estudantis do Chile, Bolivia, Uruguai e Argentina e o professor Moniz Bandeira. Estariam presentes também delegaçoes estudantis da Nicarágua e do Vietna, o que nao ocorreu porque as autoridades brasileiras negaram-lhes visto de entrada, apesar de terem havido contatos diretos de governo para governo. (*Marcio Bueno*, do Rio de Janeiro)

Lei dos estrangeiros
UMA NOVA LEI CELERADA

A lei que Figueiredo vai promulgar é tão fascista que nem a Junta Militar que criou o AI-5 teve coragem de editar!

Uma vergonha nacional: a lei dos estrangeiros

No próximo dia 5 de agosto o Brasil poderá passar a ter uma das leis sobre estrangeiros mais rigorosa do mundo. O projeto de Lei nº 9 enviado pelo general Figueiredo ao Congresso, se aprovado, permitirá a deportaçao de estrangeiro casado com brasileiro, o confinamento de imigrantes em áreas determinadas — o que é visto como uma espécie de campo de concentraçao — e mais uma série de medidas que nem o Estado Novo nem a Junta Militar que editou o AI-5 tiveram coragem de mencionar. (Veja quadro nesta página)

Surgiram, portanto, várias especulaçoes sobre as razoes que teriam motivado tal iniciativa do regime, mas todas essas especulaçoes partem de um ponto comum: o estrangeiro se tornou uma questao de Segurança Nacional, mas nao estrangeiro do Jari, e sim o estrangeiro "comum", milhares dos quais vêm para o Brasil escapando de ditaduras ferozes.

Na semana passada, por exemplo, se descobriu a existência de um desses "problemas". Quatro chilenos que estavam sob proteçao do Alto Comissariado das Naçoes Unidas para Refugiados foram presos depois de uma briga de rua e levados para o DEOPS, onde ficaram em contato, por pouco tempo, com pelo menos 57 lationo-americanos presos — alguns com família inteira, outros presos há meses. Os movimentos de defesa de direitos humanos de Sao Paulo começavam a tentar fazer alguma coisa por esses 57 anônimos latino-americanos quando despencou a Lei Figueiredo.

(Veja reportagem sobre os refugiados do Cone Sul nas páginas seguintes).

Há outras preocupaçoes que justificariam a draconiana lei, no entender do regime. Existem no Brasil perto de cinco mil palestinos que eventualmente podem se "envolver em atritos com a comunidade israelense" segundo altos funcionários ouvidos por *Movimento* em Brasília.

Contra os refugiados nas cidades e a favor dos trustes no campo

Para o pastor protestante James Wright, ligado à Comissao para Direitos Humanos do Cone Sul (Clamor) a lei visaria entao outros objetivos, mais especificamente os "pedro casaldáligas" do país, numa referência ao bravo bispo espanhol que se mudou para o Brasil. Segundo Wright, ainda é a "intocabilidade" da figura do bispo uma das mais importantes proteçoes de que dispoem os índios e posseiros do interior do Brasil para resistir às investidas das multinacionais agropecuárias. A lei de Figueiredo, para Wright, portanto, prejudica nas cidades o refugiado político das ditaduras do Cone Sul, e no campo auxilia a vida dos trustes estrangeiros.

Entre as organizaçoes que se dedicam à defesa dos direitos humanos, há poucas dúvidas quanto às más intençoes do projeto de Figueiredo, especialmente pelo fato dele ter sido desengavetado logo em seguida à volta do general Figueiredo de uma visita à Argentina. Outros indícios de que a lei virá regulamentar questoes entre as ditaduras do Cone Sul: está prevista a possibilidade de acordos bilaterais entre governos para a troca de nacionais, tornando possível realizar de forma legal a transferência de presos como nao aconteceu no caso de Lilian Celiberti e Universindo Dias que, na falta de legislaçao adequada, tiveram de ser seqüestrados em território brasileiro.

Resta portanto à oposiçao pouca margem de manobra, uma vez que é quase certa a aprovaçao do projeto no dia 5 de agosto. Sobra apenas uma iniciativa partida do PT, através do deputado Airton Soares, de empreender uma campanha nacional para que o Executivo retire o projeto, o que deveria ser tentado durante julho.

ANNO III — QUARTA-FEIRA, 29 DE OUTUBRO DE 1919

a Plebe

DIARIO DA MANHAã — FORTE VOZ DOS OPPRIMIDOS

A's autoridades e ao povo de S. Paulo

OS DEPORTADOS

Júlio Bernardes / Agência F4

Abi Ackel vai "defender", os trabalhadores! A Plebe (1919) já denunciava tais "aliados"

A Lei Celerada de 1907 também expulsou os operários "estrangeiros"

Mas os militares parecem pouco dispostos a ceder nessa questao que consideram de segurança nacional. Inclusive, o ministro da Justiça já desenvolveu uma absurda justificaçao segundo a qual o principal objetivo da lei é defender o trabalhador brasileiro da concorrência estrangeira. Ao que se saiba, nenhum sindicato ou trabalhador reclamou até hoje da suposta concorrência estrangeira. Quando o ministro da Justiça se torna mais trabalhista que os trabalhadores, certamente há um grosso embuste por trás. Afinal, os trabalhadores ainda devem se lembrar da famosa *Lei Celerada* do começo do século, que visava "proteger" a naçao dos estrangeiros e que afinal se tornou uma das mais poderosas armas de repressao à organizaçao dos trabalhadores. A *Lei Celerada*, aprovada em 1907, patrocinada pelo deputado Adolfo Gordo, serviu para expulsar do país centenas de combativos trabalhadores que se dedicavam à organizaçao popular. A *Lei Celerada* de Adolfo Gordo entrou para a história do país como uma lei iniqua. A proposta de lei nº 9, do general Figueiredo, de aprovaçao quase certa, nao terá outro destino.

A lei, próxima do racismo sul-africano

São os seguintes os principais pontos do projeto de lei nº 9:

1) Fica vinculada ao ministério do Trabalho a solução do problema imigratório, através do Conselho Nacional de Imigração, que terá representantes interministeriais mais um observador do Conselho de Segurança Nacional.

2) Autoriza a expulsão de cônjuges estrangeiros. Na legislação em vigor, regulada em seus aspectos fundamentais pelo decreto-lei 941 de 18 de outubro de 1969, editada pela Junta Militar que sucedeu a Costa e Silva, diz o artigo 74: "Não será expulso o estrangeiro que tiver: I - cônjuge brasileiro do qual não seja desquitado ou separado. II - filho brasileiro dependente da economia paterna". A nova legislação, portanto, é mais rigorosa que a baixada pela Junta que editou o AI-5.

3) Permite ao governo fixar o imigrante estrangeiro, nos primeiros cinco anos, no local que achar conveniente, criando, portanto, uma espécie de "confinamento" e violando o direito constitucional de ir e vir, pois a Constituição não distingue, nesse direito, o brasileiro do estrangeiro. Muitos parlamentares que se manifestaram especificamente sobre esse item viram aí algo parecido com a criação de campos de concentração ou dos famosos "Bantustans" sul-africanos — pois os racistas sul-africanos também se facultam o direito de determinar as regiões onde podem viver os negros.

4) Permite ao governo impedir a vinda ao país de cientista, conferencista ou pesquisador que considerar inconveniente. Os professores estrangeiros ou pesquisadores deverão apresentar contratos de trabalho visados pelo ministério do Trabalho, salvo no caso de "comprovada prestação de serviços ao governo brasileiro".

5) Transforma em informantes os funcionários das Juntas Comerciais, Cartórios de Registro Civil, estabelecimentos hoteleiros, empresas imobiliárias, proprietários e sublocadores, síndicos de edifícios os quais são transformados numa rede de delação encarregada de comunicar ao ministério da Justiça informações sobre os estrangeiros.

Para um projeto que estaria sendo estudado já há oito anos, segundo declarações do ministro Abi Ackel, a urgência pedida para sua aprovação é muito suspeita. Como é facultado ao Executivo pedir um regime de votação de urgência, o Congresso terá apenas 40 dias para apreciá-lo. Depois desse período, quer tenha sido votado ou não ele está automaticamente aprovado por "decurso de prazo" (a menos que ele seja derrotado em plenário). Apresentado no dia 20, ele será portanto aprovado até o dia 5 de agosto. Como esse dia é um dos primeiros depois do fim do recesso, certamente não haverá quórum para sua votação e ele será automaticamente aprovado, do modo como foi enviado pelo Executivo.

A tramitação do novo projeto mostra como o governo quer não só a aprovação rápida mas também que ele não seja alterado em nada. O senador Bernardino Viana, relator do projeto rejeitou 32 das 34 emendas apresentadas na Comissão Mista. Na votação da Comissão Mista, onde o partido do governo, o PDS, tem maioria, o projeto foi aprovado por 11 a 9.

Lei dos estrangeiros
UMA NOVA LEI CELERADA

São 200 mil exilados latino-americanos no eixo Rio-São Paulo. Eles

Uma vida difícil na

Lia Ribeiro Dias

Amarrado à parede junto a outros 52 presos, todos marcados por violentas torturas, L.C. viu quando os guardas desamarraram um companheiro morto, colocaram um tubo em seu ânus e encheram com óleo de carro. Todos os presos viram. Em seguida, puseram o morto sobre quatro pneus: dois nas pernas e dois nos braços. Jogaram mais óleo sobre o corpo e atearam fogo. Sob o olhar indignado e perplexo dos presos, o cadáver ardeu por um dia inteiro. Quando a fogueira terminou, nao havia mais nenhum vestigio do cadáver: o fogo tinha consumido tudo.

Essa cena é uma imagem muito viva para o historiador argentino L.C., casado, pai de três filhos, há oito meses no Brasil — um dos 87 refugiados "em trânsito" que estao, no momento, em Sao Paulo. Durante os meses que ficou num dos 52 campos de concentraçao que existem na Argentina, L.C. viu outros companheiros mortos em conseqüência das mais barbaras torturas, arderem no meio do pátio. E nao consegue se esquecer de como os guardas do campo de concentraçao contavam os presos todos seqüestrados pelas forças da repressão "Hay 53 detenidos y un quemado". No dia seguinte, a contagem mudava: "Hay 52 detenidos y dos quemados".

Do campo de concentraçao, L.C. foi transferido para um presidio. Depois que foi colocado em liberdade, ainda pensava em permanecer em seu país. Mas a ameaça constante, os novos desaparecimentos, o clima de terror — tudo isso fez com que decidisse sair da Argentina. E havia ainda outra agravante: sua mulher, uma advogada, havia passado pela mesma experiência de seqüestro, campo de concentracao e prisao.

O momento mais tenso na viagem para o Brasil foi o cruzamento da fronteira. E essa mesma sensaçao é sentida por todos os exilados da Argentina, Uruguai e Chile que se encontram no Brasil. Mas como a maioria dos exilados — sao 200 mil latino-americanos no eixo Rio-Sao Paulo e só em Sao Paulo, segundo o DEOPS paulista, existem 30 mil argentinos —, o casal argentino e seus filhos conseguiram entrar no Brasil sem nenhum problema.

Entraram por Uruguaiana. O intenso comércio existente na fronteira facilita a passagem dos refugiados. Normalmente cruzam a fronteira acompanhados de um familiar que nao tem problemas politicos. Por isso, nao é suspeito, quando passa com suas valises para compras. Diariamente milhares de pessoas — argentinos, uruguaios e paraguaios — cruzam a fronteira para fazer compras em território brasileiro. A viagem é rápida: como ir do Parque D. Pedro II, no centro de Sao Paulo, ao bairro de Pinheiros.

Como a maioria dos exilados, L.C. e sua mulher chegaram a Sao Paulo sem saber que funciona na cidade um escritório do Alto Comissariado das Naçoes Unidas para Refugiados — ACNUR. Sem saber, também, que a Arquidiocese de Sao Paulo mantém uma Pastoral dos Direitos Humanos e que lá funciona, ainda, o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul — Clamor.

De operário qualificado a porteiro de cabaré, com toda humildade

A falta de informaçoes, o desconhecimento dos organismos de proteçao e apoio aos refugiados levam muitos exilados a passar por experiências dolorosas quando chegam a Sao Paulo. Com pouco dinheiro e sem saber qual é seu futuro, normalmente se hospedam nos hotéis da regiao da estaçao rodoviária e da estacao da Luz. O medo do policiamento intenso, das brigas constantes naquela área, o que eles mesmos chamam de "paranóia da perseguiçao", obrigam os exilados a se trancarem nos quartos sombrios dos hotéis de terceira categoria. Nao saem à rua à noite e, durante o dia, andam à deriva pelo centro da cidade, em busca de algum caminho, de emprego, de como se refugiar.

A.J., metalúrgico argentino, chegou a Sao Paulo em fevereiro passado, nas mesmas condiçoes. Mas nao teve a sorte de L.C. e sua mulher que logo foram encaminhados à Pastoral dos Direitos Humanos. Para sobreviver, foi obrigado a trabalhar como porteiro e faxineiro numa boite de homossexuais. "Para mim" — conta o operário — "foi uma experiência chocante. Mas era a única forma de sobreviver". Três meses depois, por acaso, encontrou um argentino na rua e conseguiu chegar à Comissao de Refugiados — o organismo de ligaçao entre os refugiados e a ACNUR, formado por seis refugiados eleitos em assembléia. Hoje, enquanto aguarda o visto de saída para um país europeu, trabalha, junto com os outros refugiados, nas diversas comissoes de apoio ao exilado, que criaram.

Mas nem todos querem se refugiar. Ou melhor, como conta o uruguaio J.C., no Brasil desde maio e membro da Comissao de Refugiados, é muito pequeno o número de exilados que querem se refugiar. Os motivos para a imensa maioria dos latino-americanos que se encontra no Brasil preferir viver ilegalmente no país a recorrer à proteçao das Naçoes Unidas é o terror de ter que sair da América Latina. Embora teoricamente quase todos os paises latino-americanos aceitem refugiados, no momento só o México concede o visto de entrada. E, mesmo assim, em raros casos.

O destino normal de quem se refugia é a Europa, principalmente os paises eslavos. "A dificuldade de adaptaçao é tao grande" — diz a advogada argentina A.C. — "que ninguém quer ir. Temos casos de companheiros que foram e voltaram. E, agora, vivem irregularmente aqui".

Para quase todos os exilados, o refúgio é a última opçao. Esse é o caso, por exemplo, de um metalúrgico argentino, 24 anos, que chegou ao Brasil há dois anos. Nesse periodo tentou sobreviver, trabalhando em fábricas pequenas. Sempre sem registro (como todos os exilados), ganhando menos que os operários brasileiros (ganhava Cr$ 1,50 a menos por peça pelo mesmo trabalho), mudando de um emprego para outro. Quando nao conseguiu mais trabalho em fábrica, foi ser pintor. E foi vivendo, enquanto esperava que o consulado da Argentina liberasse o seu atestado de antecedentes — documento exigido pelas autoridades brasileiras para conceder a residência. O atestado demorou um ano para sair. E veio constando antecedentes politicos. "Entao nao tive outra saída. Tive que me refugiar", diz o jovem metalúrgico.

Situaçao irregular leva ao medo e muitas vezes ao pânico

Perto das condiçoes de vida dos milhares de exilados latino-americanos, a situaçao dos refugiados é privilegiada. Eles têm a proteçao das Naçoes Unidas, recebem uma ajuda de custo durante sua permanência no Brasil (cerca de 6.000 cruzeiros), têm assistência médica e dentária gratuita. Seu grande problema é onde viver mas, mesmo assim, por meio da ajuda do Clamor e da Pastoral dos Direitos Humanos conseguem se arranjar. Vivem em repúblicas, em igrejas, em casas de outros latino-americanos.

E o que todos os refugiados consideram muito importante, nao estão isolados e apreensivos como a maioria dos exilados. Reúnem-se freqüentemente na Cúria, participam de uma série de atividades, promovem festas. Um grupo de argentinos lançou, recentemente, um boletim, o *Semanário*, que contém as principais noticias publicadas pelos jornais argentinos. "É uma forma de todos os argentinos ficarem informados do que ocorre em nosso país", conta um dos encarregados do boletim. A iniciativa teve muito êxito e já está em seu quinto número.

Essa solidariedade que existe entre os refugiados e o apoio que recebem dos organismos brasileiros nao existe para os exilados. Dispersos, na maioria das vezes com a situaçao irregular, os exilad constante pânico. tos falsos ou sem quer momento, ser que têm visto de tu obrigados a ir até sabem que podem conseguem residên diretamente nao s mas se sentiam isolando, nao se re e, normalmente, s exilados. Têm medo

E os exilados eixo Rio-Sao Paulo chileno, de 27 ano é de seus companh no Brasil é maior uruguaios e, segu chegar aos 70 mil. sificados como re para a Comissão minação não é c Chile porque não maioria deles não está na lista negra porque teve uma

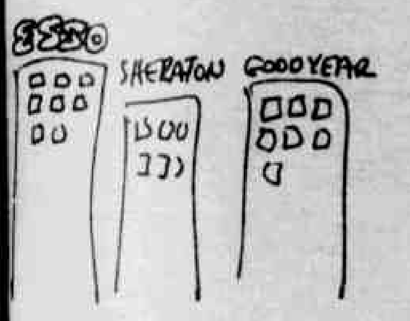
A situaçao dos missão dos Refugi Já os argentinos, liberais e operário melhor. Mesmo menos, conseguem com mais dignidade

Na fronteir mas o subo a grande a

A proximidade tre as forças de re Sul são as causas segurança em q Comissao de Refu história de um uru capar das forças d por um golpe de s

s fogem das torturas, das prisões, da perseguição em seus países

a fuga do horror



UPI

As mulheres da Plaza de Mayo esperam o Nobel

Paulo Barbosa

Juca Martins/Agência F4

Vicent Carelli

Greenhalg, Schilling e Wright: defensores dos perseguidos do Conse Sul

vivem uma situaçao de
que vivem com documen-
cumentos podem, a qual-
detidos e repatriados. Os
a, a cada seis meses sao
onteira para renová-lo. E
voltar. E os poucos que
no Brasil — aqueles que
ram perseguiçao política,
eaçados — acabam se
ionam com seus vizinhos
pouco solidários com os
se comprometer.
milhares, distribuídos no
ara M.C.M., um exilado
situaçao mais dramática
s. O número de chilenos
que o de argentinos e
alguns cálculos, pode
rmalmente eles sao clas-
iados econômicos mas,
Refugiados, essa deno-
a: "De fato, deixam o
seguem emprego. Mas a
nsegue emprego porque
empresas e do governo,
icipaçao política.
uguaios, segundo a Co-
, não é muito diferente.
ormalmente profissionais
qualificados, têm sorte
registro e ganhando
mprego. E sobrevivem

vale tudo; o é sempre rnativa

onteira e a conexão en-
são dos países do Cone
cipais da situação de in-
vem os exilados. Na
os, todos conhecem a
que só conseguiu es-
pressao, em Sao Paulo,
Ele acabava de chegar à

cidade, vindo de Foz do Iguaçu, quando percebeu que estava sendo seguido.

Os exilados também nao esquecem o desaparecimento de uruguaios e brasileiros na Argentina, o seqüestro de Lilian Celiberti e Universindo Dias em Porto Alegre, o desaparecimento de Habbeger, ex-diretor do *Jornal de Notícias* da Argentina, em Sao Paulo, o desaparecimento dos argentinos Suzana Boffi e Campiglia, no vôo de Caracas ao Rio. E, a boca pequena, falam ainda do desaparecimento de outros três dirigentes montoneros (grupo político argentino): um sumiu em Porto Alegre; dois em Sao Paulo.

A renovaçao do visto de turista é outro drama na vida dos exilados. No último ano, intensificou-se a atuaçao das forças paramilitares tanto argentinas como uruguaias na regiao da fronteira com o Brasil e as autoridades policiais brasileiras, que durante um certo tempo agiram com menos rigor, tornaram-se inflexiveis: "quando pegam alguém que está cruzando a fronteira ilegalmente — conta o uruguaio N.A.T. — entregam para as forças de segurança". E o temor dos exilados é justificado. Recentemente o uruguaio Sigifredo Alberto teve que renovar o seu visto de turista e foi preso na fronteira. O seu seqüestro foi denunciado pelo Clamor.

Nao bastasse a atuaçao dos órgaos de repressao, os exilados argentinos sao obrigados a conviver com uma outra situaçao de insegurança. Um grande número de militantes de organizaçoes de direita, que apoiavam Isabel Perón, como a Concentración Nacional Universitária, Agrupación Lealtad, Juventud Sindical Peronista e Alianza Anticomunista Argentina está vivendo em Sao Paulo. E integrantes da AAA chegaram a procurar a proteçao da ACNUR.

Com o crescimento do número de exilados latino-americanos; cresce também uma poderosa indústria: a do suborno. Por nove mil dólares (cerca de 50 mil cruzeiros), um exilado consegue comprar um documento falso. E nenhum processo de regularizaçao da vida de um exilado no país sai, se o exilado nao pagar uma caixinha para as "autoridades policiais". Recentemente, um técnico argentino, que estava legalizando sua residência no Brasil, recebeu um estranho telefonema, chamando-o a um hotel. O guarda do hotel, que é funcionário da polícia, queria "uma caixinha" para liberar os papéis. Com medo de que se tratasse de um seqüestro, o argentino fugiu e denunciou o caso à Comissao de Direitos Humanos da Arquidiocese de Sao Paulo.

Para a Comissao de Refugiados, a insegurança e o medo permanente em que vivem os exilados latino-americanos só vao terminar quando se conseguir que o Brasil reconheça o asilo político. Mas antes que a campanha fosse lançada, veio o projeto de lei dos estrangeiros. E, com o projeto, o pânico tomou conta de todos os exilados.

Com o comitê, um novo alento

Nó dia 4 de agosto, num ato marcado para o TUCA, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, vai ser lançado oficialmente o Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos do Cone Sul, recentemente criado. Para os milhares de exilados latino-americanos que vivem no Brasil, a criação desse Comitê tem uma grande importância: é a concretização da solidariedade do povo brasileiro aos perseguidos políticos da Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Chile.

O lançamento oficial do Comitê coincide com o encerramento do prazo para a votação da nova lei dos estrangeiros, que tramita no Congresso. Se a lei for aprovada, quase todos os latino-americanos que vivem no país serão expulsos. Por isso, a luta contra esse projeto já é uma das principais tarefas do Comitê Brasileiro de Solidariedade _ CBS. Além da campanha nacional contra o projeto de lei _ um abaixo-assinado nesse sentido já está percorrendo todo o país _, o Comitê, que conta com o apoio de várias entidades, lançou outra: a indicação das Mães da Praça de Maio (um grupo de mulheres argentinas que teve seus filhos e maridos seqüestrados ou mortos pela repressão) ao Prêmio Nobel da Paz.

Embora o Comitê seja formado por brasileiros (1), os refugiados e exilados latino-americanos que vivem em São Paulo, participam de várias atividades. E na opinião da advogada argentina A. C., refugiada, a solidariedade do povo brasileiro "é a única esperança dos exilados".

Até se chegar à formação do Comitê Brasileiuro de Solidariedade, o trabalho de apoio aos perseguidos políticos do Cone Sul passou por várias fases. A primeira iniciativa partiu da Igreja católica, logo após o golpe militar na Argentina. Nessa época, foi criado o projeto "Exilados em trânsito", com o apoio do Vaticano e do Conselho Mundial das Igrejas. Um dos coordenadores desse projeto, o pastor presbiteriano Jaime Wright fala de seus objetivos: "dar assistência aos refugiados que não tinham a proteção das Nações Unidas".

Pouco depois, em 1978, surge o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul, o CLAMOR. Novamente o pastor Jaime Wright, único membro de uma Igreja evangélica designado para trabalhar junto à Igreja católica, participa da iniciativa. Segundo ele, esse Comitê nasce da necessidade de denunciar as violências aos direitos humanos nos países do Cone Sul.

Segundo Jaime Wright, o trabalho da equipe do CLAMOR nada mais é do que "fazer pelos nossos irmãos latino-americanos o que eles fizeram por nós durante os anos mais negros da repressão no Brasil, principalmente no período do general Médici". O CLAMOR, resultado do trabalho voluntário de uma pequena equipe, é editado em três línguas: português, espanhol e inglês. Através do CLAMOR foi possível descobrir o paradeiro de duas crianças uruguaias, que foram seqüestradas na Argentina junto com seus pais, e estavam vivendo no Chile.

Apesar da atuação firme da equipe do CLAMOR e da Pastoral dos Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, os exilados latino-americanos precisavam, ainda, de uma solidariedade mais ampla. E dessa necessidade, aliada às condições propicias criadas com a mudança da conjuntura política brasileira, surge a idéia da criação do CBS. Os membros do Comitê, e os latino-americanos que trabalham no projeto, lembram que essa iniciativa é conseqüência do próprio processo de articulação das forças populares brasileiras, da luta pela anistia, da campanha pela libertação de Flávia Schilling.

Paralelamente ao processo de articulação do CBS, ocorre, também, um outro processo, importante para a solidariedade do povo brasileiro aos exilados do Cone Sul. É a organização dos refugiados e parte dos exilados. Até há alguns meses eles viviam divididos, apegados a divergências ideológicas de suas organizações políticas. Após muitos debates, os refugiados argentinos, por exemplo, conseguiram estabelecer um programa de trabalho comum que inclui, entre seus pontos básicos, a solidariedade aos refugiados, exilados e perseguidos do Cone Sul, a luta pela vigência das liberdades democráticas, a liberdade para todos os presos políticos e seqüestrados e a luta para a modificação das leis brasileiras, com o objetivo de que o país conceda asilo aos perseguidos políticos do Cone Sul.

A resposta do povo brasileiro à campanha contra a nova lei de estrangeiros é um alento para os refugiados e exilados. Em dois dias, foram coletadas 700 assinaturas na festa junina realizada em São Bernardo, no estádio de Vila Euclides, pelos metalúrgicos. E o refugiado argentino T.M.O. conta que uma das coisas que mais o comoveram, quando chegou a São Paulo, "foi o comportamento do homem da rua. Eu perguntei onde ficava uma rua a uma senhora. Ela não sabia e me disse para perguntar numa lanchonete. Em seguida foi até lá, se informou e me acompanhou. Nesse sentido, há muita solidariedade. O povo brasileiro tem uma carga de violência muito menor do que o povo argentino".

No entanto, o que mais impressiona os refugiados é o comportamento da Arquidiocese de São Paulo. "O que ocorre em São Paulo não se verifica no Rio. D. Paulo é o pilar da defesa dos perseguidos do Cone Sul", diz a advogada A. C. E lembra um comentário que ouviu na Cúria, uma espécie de "casa paterna" de muitos refugiados e exilados: "Os filhos dos latino-americanos deram nova vida a esta casa". Diariamente, 15 a 20 crianças, brincam pelos corredores da Cúria, enquanto seus pais, latino-americanos perseguidos, recebem orientação, discutem ou aguardam o visto de saída para algum país da Europa.

(1) Entre os membros do Comitê se encontram o economista Paulo Schilling, pai de Flávia Schilling, o advogado Luis Eduardo Greenhalgh, do Comitê Brasileiro pela Anistia, o jornalista Clovis Rossi, e muitos outros.

CUSTO DE VIDA

A inflação em junho, segundo a FGV, foi de 5,8%. Assim a alta dos preços nos últimos 12 meses chegou a 99,2%. Os técnicos do governo estão "satisfeitos", pois a terrível marca dos 100% não foi atingida.

Vitória de dar dó: inflação de 99,2%!

A inflaçao no mês de junho foi de 5,8%, segundo dados da Fundaçao Getúlio Vargas. Com isso, a alta de preços de julho de 79 a junho de 80 chegou a 99,2 por cento. Os técnicos oficiais se dizem "satisfeitos", pois a temivel marca dos 100% nao foi atingida. Do jeito que as coisas vao, nao perdem por esperar.

Essa nao foi a única piada da semana na área da inflaçao. Segundo o ministro do Planejamento, Delfim Netto, a inflaçao está começando a decrescer. Basta olhar o resultado dos últimos cinco meses. Otimo, só que a "vitória" é de dar dó, de tao ridicula. Diz o *Jornal do Brasil*: "de fato, considerada uma taxa acumulada de 30% de janeiro a maio, tem-se uma taxa média mensal em torno de 5,4% pois o cálculo da inflaçao é cumulativo: as taxas incidem uma sobre a outra a cada mês. E, com 5,4% ao mês, a inflaçao de janeiro a dezembro de 1980 seria de 87,9%.

Mesmo esses cálculos sao furados. A inflaçao no primeiro semestre já foi a 40,4%. E isso representa uma taxa anual de 97,1%. A continuar nesse ritmo teremos, isso sim, a maior taxa de inflaçao do Brasil em todos os tempos. Mas, o que nao chega a ser novidade, Delfim quer manipular os dados para dizer que estamos indo muito bem. É um ponto de vista, embora nao muito respeitável.

Mas porque a inflaçao insiste em se manter tao alta? Para o economista Janes Angelo de Souza, da Fundaçao Getúlio Vargas, a culpa é da concessao generalizada de subsídios. Em português isso significa que o governo tem que emitir todo ano rios de dinheiro que empresta a juros baratinhos para uma série de atividades. Com isso a quantidade de dinheiro em circulaçao na economia se multiplica rapidamente, gerando pressoes inflacionárias fortissimas. Em especial porque esse dinheiro, doado sob a forma de subsídios, nem sempre resulta em aumentos significativos na produçao de mercadorias.

O trabalho do economista da FGV está sendo debatido por técnicos do Governo federal e a idéia é ir eliminando pouco a pouco uma série de subsídios. Sim, porque embora os subsídios sejam uma poderosa causa da inflaçao nao podem ser eliminados imediatamente, de uma penada só. Os resultados seriam simplesmente desastrosos, pois os preços de uma série de produtos subsidiados teriam que sofrer reajustes violentos e a inflaçao iria às nuvens.

O exemplo mais claro é o do trigo. O subsídio a esse produto deverá custar esse ano, segundo cálculos da FGV, uns Cr$ 65 bilhoes. Diz Janes de Souza entao que "o processo cumulativo de subsídios pode levar a situaçoes irreversíveis, pela magnitude que atingem. Para se eliminar o subsídio na comercializaçao do trigo é preciso multiplicar seu preço por sete". Alguém imagina o pao sete vezes mais caro do que está agora? Seria simplesmente condenar o grosso da populaçao brasileira a nao comer mais desse alimento.

Situaçao complicada também é a dos derivados de petróleo, ainda muito subsidiados. "Para se retirar o subsídio do óleo combustível é preciso aumentar seu preço em 190% e para equalizá-lo ao preço da gasolina o aumento deve ser de 400%", diz o economista da FGV. Portanto, o negócio é se correr o bicho pega e se ficar o bicho come. Nao eliminar subsídios é deixar intocada uma das causas mais graves da inflaçao brasileira. Cortá-los rapidamente é dar um forte alento à inflaçao a curto prazo. Algo inimaginável quando os preços já estao subindo na base de 100% ao ano.

A verdade é que a economia brasileira está montada sobre uma gama imensa de subsídios. Há subsídios em todas as fases da agricultura, há dinheiro barato para exportar, há recursos a taxas de pai para filho para aplicar no Norte e Nordeste etc. A lista é infinita. O mais grave é que esses subsídios freqüentemente nao foram utilizados nas atividades produtivas a que deveriam se destinar. Num artigo publicado há algum tempo o economista e deputado Eduardo Suplicy (PT-SP) contou uma história interessante: "por exemplo, a do proprietário que construiu uma cocheira magnífica para os animais de sua criaçao, conforme delineado no projeto que recebeu os fundos subsidiados, e que depois transformou a cocheira em belíssima sede residencial de sua fazenda".

Grande parte da especulaçao no *Open Market* (paraíso da jogatina financeira) é sustentada por dinheiro subsidiado e boa parte da especulaçao com terras também. Portanto, a revisao dos subsídios já deveria ter começado há muito tempo. Se a medida houvesse sido tomada, dificilmente estaríamos amargando uma inflaçao tao alta. E algumas fortunas que se fizeram da noite para o dia, às custas do dinheiro público, nao chegariam a existir. Ou seriam bem mais modestas. Como a de Jorge Attala, por exemplo, que sempre mamou fartamente nos cofres públicos. (*Ricardo Bueno*)

GOVERNO FIGUEIREDO

Prestígio em baixa com os empresários

O prestígio do governo Figueiredo e de seus ministros não anda muito bom entre os empresários. Uma pesquisa da revista **Exame** revela que há um ano 48% dos empresários consultados por ela consideravam a atuação do governo Figueiredo como "excelente a boa", agora apenas 22% dizem a mesma coisa.

O ministro do Planejamento, Delfim Netto, não escapou incólume dessa perda de credibilidade do governo Figueiredo. Há seis meses nada menos que 69% dos empresários consideravam a atuação de Delfim como excelente a boa. Mas atualmente apenas 39,5% continuam satisfeitos com a ação do titular do Planejamento. Para 28% dos empresários a administração Delfim varia de "ruim a péssima". Há seis meses apenas 5% dos empresários diziam isso.

Um ministro cuja popularização não variou muito foi Cesar Cals, das Minas e Energia. Há seis meses sua cotação de "ruim a péssimo" era de 73,6 por cento. Agora, 76,7 por cento dos empresários mantêm sobre ele a mesma opinião. Cals firma assim sua posição como o pior ministro do governo Figueiredo (uma posição que só alguém extremamente incompetente conseguiria conquistar, já que os outros ministros estão longe de ser brilhantes). Seu mais sério concorrente é Ernane Galvêas, da Fazenda, que foi considerado ruim a péssimo por 49,5 por cento dos empresários.

Um dado interessante da pesquisa é que a maioria dos empresários condena a recessão como forma de combater a inflação. Para eles Simonsen estava querendo seguir esse caminho e Delfim, embora afirme o contrário, vem tentando fazer a mesma coisa. Só que não revela isso abertamente, mas pela perda de prestígio dá para notar que o truque de Delfim não está enganando muita gente. (R. B.)

NEGOCIATAS FINANCEIRAS

Golpe (frustrado) do Maluf

O espertalhão Paulo Salim Maluf, governador de São Paulo, quis lucrar algumas centenas de milhões de cruzeiros às custas do BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico). Mas não conseguiu. A história é a seguinte: a Ibrasa, subsidiária do BNDE, resolveu colocar à venda 83 milhões de ações preferenciais que possui na Eucatex, cujo presidente Roberto Maluf é irmão de Paulo Salim. Assim, a Ibrasa liquidaria sua participação na empresa que seria totalmente privatizada e com o dinheiro resultante da venda das ações entraria em outros negócios.

Até aí tudo bem. Acontece que Paulo Maluf e seu irmão vinham pressionando o BNDE para que essas ações fossem vendidas a eles e não ao público. Propunham-se a pagar entre cinco e seis cruzeiros por ação. Um estudo feito pelo BNDE concluiu, porém, que cada ação valia no mínimo 10 cruzeiros. Esse cálculo só pôde ser feito recentemente, pois durante vários meses o departamento financeiro da Eucatex recusou-se a fornecer ao BNDE dados essenciais para avaliar o desempenho da empresa e calcular de forma correta o valor das ações.

Um cálculo simples dá para mostrar quanto Maluf ganharia na jogada: comprando 83 milhões de ações a cinco cruzeiros e depois revendendo-as a 10 cruzeiros, ele botaria no bolso cinco cruzeiros por ação. Multiplicando isso por 83 milhões, temos 415 milhões de cruzeiros. Umas três loteriais esportivas!

A manobra de Maluf não deu certo e as ações da Eucatex vão ser vendidas no dia 17. Em leilão na Bolsa de São Paulo que terá como garantidor o Bradesco e mais 80 instituições financeiras. Comó o desempenho da Eucatex vem sendo excelente, deverão ser rapidamente absorvidas. A pelo menos 10 cruzeiros cada uma. (R. B.)

DESNACIONALIZAÇÃO

Ofensiva japonesa à vista

Os japoneses estão vindo aí. Dia 20 de julho chegará ao Brasil uma missão de nada menos que 130 empresários nipônicos, que se dizem dispostos a gastar milhões de dólares na compra de produtos siderúrgicos, produtos agrícolas e florestais, bens de consumo, máquinas, minérios e produtos pesqueiros. Da missão fazem parte figuras importantes, como o vice-presidente da Keindaren (a Federação das Indústrias do Japão), um representante da Mitsubishi Trading Company (a segunda maior do Japão) e um da Mitukoshi (a maior na comercialização de vestuário).

Os japoneses dizem que a missão será muito vantajosa para o Brasil, que poderá ampliar suas exportações. Mas na sua lista de compras poderão estar também algumas empresas brasileiras, pois os empresários nipônicos vão analisar algumas possibilidades de novos investimentos por aqui. Isso aliás, não é surpresa alguma pois os japoneses andam investindo maciçamemnte no exterior. Segundo a revista **Business Week** "praticamente a metade dos quase US$ 33 bilhões que os japoneses investiram no exterior foi aplicada nos últimos cinco anos e esses números podem quadruplicar no final da década".

Os japoneses não querem mais conquistar fatias do mercado de outros países apenas através de suas exportações. A estratégia de baratear produtos e sustentar sua penetração lá fora através de marketing agressivo não é mais considerada suficiente. Agora, os japoneses desejam conquistar os mercados externos comprando empresas em outros países ou implantando subsidiárias. É nesse quadro que se encaixa a missão japonesa que em breve estará por aqui.

Para se ter uma idéia da ofensiva japonesa, basta dizer que há 10 anos todos os investimentos das companhias nipônicas no exterior atingiam a US$ 3,6 bilhões. Já em 1978, só os projetos aprovados nesse ano atingiam US$ 4,6 bilhões de aplicações no exterior.

Portanto, essa missão do Japão deverá mesmo é acabar contribuindo para aprofundar ainda mais a desnacionalização da economia brasileira. Um resultado que não pode ser considerado dos mais felizes. A não ser, é claro, pelos entreguistas, que desejam ver a economia brasileira completamente internacionalizada. (R. B.)

Do nosso correspondente Licínio Azevedo

O avanço dos socialistas é a maior supresa das eleições na Bolívia, que devem dar o quarto lugar ao PS de Quiroga e levar o social democrata Zuazo à vitória. Mas os militares, que não querem a democracia e não gostam da aliança de Zuazo com o PC, podem botar as tropas na rua em mais uma tentativa de golpe

Fotos de Ricardo Malta e Cláudi Versiani/Agência F4

Zuazo comemora sua vitória nas urnas com alegria, apesar dos mortos que o terror de direita fez entre seus partidários. Agora espera a luta entre os três mais votados, no Congresso, embora esteja vetado de antemão pelo chefe do Exército, general Garcia Meza

A democracia boliviana sob a mira dos fuzis

— Laranja! — anuncia o homem em pé na mesa de votaçao, ao lado da urna de metal cinza recém-aberta, erguendo acima da cabeça, para todos verem, a primeira cédula que acabou de retirar.

As células têm quadros impressos com a cores dos treze partidos ou agrupamentos políticos que participam destas eleiçoes presidenciais na Bolívia. Laranja é a cor da unidade democrática popular, aliança comandada por Hernan Siles Zuazo, e alguém grita na multidao que cerca a mesa eleitoral:

— Siles presidente.

— Viva — manifesta-se a multidao em coro.

— ADN — canta o quechua entroncado, com um gorro de la enfiado até as orelhas, encarregado da contagem numa mesa próxima.

— Que morra — grita uma voz rouca, e a maioria das pessoas manifesta-se com risos desta vez. A ADN é a Açao Democrática Nacional, grupo partidário liderado pelo general Hugo Banzer, candidato da direita boliviana.

Em lombo de lhama

Estamos nos altos de La Paz, a 4.100 metros acima do nível do mar, nos bairros pobres que cercam a cidade, incrustados nas montanhas. Um vento gelado e contínuo ameaça levantar das mesas as cédulas de voto, que passam por uma primeira contagem no próprio local de eleiçao, na frente dos eleitores. Encerrada a contagem dos trezentos votos de cada mesa, as urnas serao fechadas outra vez, lacradas e levadas para o Coliseu, ginásio de basquete no centro de La Paz. Assim acontece em todo o país, no altiplano, nas selvas do leste boliviano. Os votos sao contados e as urnas carregadas para as capitais de departamento para outra contagem, muitas vezes atravessando rios nas costas de camponeses, no lombo de mulas e lhamas, já que o sistema rodoviário boliviano é péssimo e só existem duas estradas asfaltadas no país.

O destino final de todas as urnas é o Coliseu, e por isso o resultado oficial destas terceiras eleiçoes presidenciais bolivianas em três anos consecutivos, depois de uma década de governos militares levarao 20 dias para serem anunciados. Apesar disto os resultados extra-oficiais divulgados por cadeias de rádio, bem mais adiantados que os oficiais, já demonstram o que todo mundo esperava e conduzem a Bolívia para um outro possível impasse. Nos bairros pobres de La Paz e em algumas cidades mineiras, Siles Zuazo arrasa seus adversários. Na zona burguesa da capital vence Banzer e no campo ganha Victor Paz Estenssoro, aproveitando o mito do homem que fez a reforma agrária boliviana em 1952. Resultado: nenhum candidato terá a maioria de 50% dos votos mais um, exigidos para ser eleito presidente. A escolha ficará por conta do Congresso que sairá das eleiçoes. E aí ninguém sabe, só há hipóteses. E por trás delas, a constante ameaça de golpe dos militares que ambicionam o poder.

Os resultados extra-oficiais conhecidos até agora abrangem 50% dos dois milhoes de votantes. Destacam quatro candidatos enquanto a maioria dos outros fica pouco acima do zero e terá de pagar a multa de um milhao de cruzeiros, estipulada para os candidatos que nao consigam 50 mil votos, e que tem por objetivo desincentivar a proliferaçao de partidos. Existem 71 partidos na Bolívia. O primeiro lugar é de Zuazo, com 33,49% dos votos. Logo depois vem Banzer com 18,15%, e Paz Estenssoro. É que só foram computados uns 20% dos votos camponeses. O quarto lugar, grande surpresa destas eleiçoes, é de Marcelo Quiroga Santa Cruz, do Partido Socialista-Um (PS-I). Com menos da metade dos votos apurados extra-oficialmente, ele já tinha 100 mil votos, 30 mil a mais do que nas eleiçoes do ano passado, e uma parcela de 10,93%.

Comitês antigolpes

Todo mundo esperava que a violência explodisse no domingo das eleiçoes, dia 29. Houve indícios disso até três dias antes, quando em pleno centro de La Paz foi lançada uma granada contra uma multidao de dez mil pessoas que saía em passeata depois de um comício de Zuazo. Houve quatro mortos e 45 feridos. Fora algumas bombas que explodiram na madrugada de domingo em La Paz — a única vítima foi um dos terroristas, que perdeu um braço — só houve violência em Cochabamba, onde grupos de direita tentaram dinamitar fábricas.

As forças que jogam na democracia estiveram vigilantes em todo o dia 29 e continuam preparadas para enfrentar qualquer tentativa golpista. No domingo das eleiçoes, os 47 subcomitês da Conade (Comite de Defesa da Democrácia) de La Paz mantiveram grupos cuidando das mesas de votaçao e circulando pela cidade. 20 ou 30 civis armados — a maioria com dinamite e explosivos, armas habituais dos bolivianos — estavam prontos para repelir os terroristas de direita nos principais locais de eleiçao.

— Os chefes da polícia e dos militares disseram que mandariam gente se acontecesse qualquer coisa e fossem chamados — explica o sindicalista Antônio Moreno, secretário de defesa da Conade em La Paz — mas nao confiamos nas declaraçoes deles e sim na força do povo para se defender. Desde novembro, quando o golpe do coronel Natusch foi derrotado, nós estamos nos organizando em comitês de defesa. E se amanha ou depois surgir um novo golpe, os bolivianos farao greve geral, bloquearao as estradas e lançarao destacamentos armados contra os golpistas.

Juan Lechin Oquendo, o legendário líder da Central Operária Boliviana (COB), que se define como um re-

O socialista Quiroga talvez dobre os votos que teve no ano passado: um avanço sem igual entre a esquerda da América Latina

Marcelo Quiroga

volucionário nacionalista, nao acredita tanto quanto Moreno na possibilidade de um enfrentamento direto da populaçao com os eventuais golpistas.

— O povo está desarmado. Nao é como em 1952, quando havia uma vanguarda armada. Temos de adotar uma posiçao defensiva.

Quiroga Santa Cruz votou no Centro de La Paz e recomendou cautela ao falar de fraudes para nao dar argumentos aos golpistas. O PS de Quiroga destaca em seu programa a nacionalizaçao dos bancos privados, da indústria mineira média e de outros setores vitais da economia. Quase junto com ele votou o vice da Falange Socialista Boliviana, Enrique Aliafa, que vai a comícios com guarda-costas com metralhadoras. A Falange é representante da ultra-direita e Aliaga falou unicamente em fraudes, mesas fantasmas por todo o país, falsificaçao de títulos eleitorais e em interesses imperialistas "cubanos, russos e norte-americanos". Mostrou o ressentimento de seu partido com o presidente americano, Carter, pela falta de apoio dos EUA a suas aventuras golpistas.

Siles Zuazo e Paz Estenssoro, — meros espectros dos lideres revolucionários que lançaram as massas populares contra o exército em 52 e levaram a Bolivia pelo caminho da revoluçao — se colocam no centro do mapa político boliviano. Zuazo um pouco mais à esquerda, com uma plataforma social-democrata. E mesmo assim com o veto dos militares, por sua aliança com o Partido Comunista. Estenssoro tem o apoio de setores privados que o consideram como o homem capaz de frear o avanço da esquerda. Mas nem toda a burguesia está com ele, e muito menos os militares, que ainda o vêem como o lider de 1952.

A luta de Domitilla

O lado irônico das eleiçoes fica por conta de Banzer. O ex-ditador baseia sua campanha em palavras como paz, ordem, trabalho e se diz profundamente democrático. Nem América, nem Moscou. Tem o apoio dos grandes comerciantes, funcionários públicos, donas-de-casa desinformadas e dos traficantes de coca — segundo a imprensa. Parece que atualmente nao está interessado em golpe, pois nesse caso o poder ficaria com um general da ativa e nao com ele, já na reserva.

Lechin diz que é impossível acreditar em qualquer coisa que Banzer diga:

— Uma coisa é falar, outra sao os fatos. Basta recordar as atitudes do general Banzer no seu largo e doloroso governo de sete anos. Ele foi um servente incondicional da política econômica e social dos norte-americanos: como se pode crer que um homem assim se diga anti-imperialista? Os políticos têm de provar sua condiçao de anti-imperialistas nas lutas do seu povo.

Para a célebre Domitilla Barrios, lider das donas-de-casa da mina Século XX, o mais doloroso neste início de cômputo de votos foi ver Banzer em segundo lugar:

— Todo o sistema econômico está nas maos da gente de Banzer. Nos últimos tempos eles esconderam víveres — açúcar, farinha, carne — para criar filas e induzir o povo a pensar que um governo civil, democrático, nao prestaria. Sua propaganda se baseou nisso: Banzer volta e com ele nao haverá mais filas para comprar alimentos. O plano teve seus efeitos, as pessoas esqueceram que na época dele também havia filas e que levávamos uma vida terrível.

Perspectivas negras

De qualquer maneira Banzer nao tem condiçoes de vencer no Congresso. Os observadores sao unânimes nisso. A soluçao, se houver, ficará entre Zuazo e Estenssoro. Zuazo pode conseguir o apoio de outros candidatos como Siles Salinas e Guevara Arze, que é de direita mas anti-militarista. Se conseguir também o apoio dos 10% de Quiroga tem condiçoes de chegar à presidência. Estenssoro, só se tiver Banzer consigo. De uma maneira ou de outra, as perspectivas sao negras. Comenta-se que se Estenssoro ganhar, mesmo tendo minoria de votos, a UDP de Zuazo sai às ruas e o exército intervirá, surgindo uma situaçao perigosa. Se Zuazo ganhar, dificilmente as Forças Armadas aceitarao. E se reforçará a possibilidade de golpe.

Nenhum dos dois terá um relacionamento fácil com a Central Operária Boliviana. Lechin nao espera nada de Zuazo "porque ideologicamente ele é igual a Paz Estenssoro. Sendo presidente tanto um quanto o outro, a COB continuará a lutar por liberdades e garantias".

Já Domitilla pensa que com Zuazo talvez haja cobertura para que o povo se organize melhor.

— Nao temos muitas ilusoes — diz ela — mas com Zuazo poderá ser permitido o fundamental, que é o livre exercício sindical e a possibilidade de aprofundar a organizaçao da classe operária e camponesa para enfrentar as conseqüências do seu governo: o golpe.

O presidente Bani Sadr denuncia a conspiração dos Estados Unidos para assassiná-lo

O maior alvo do ataque dos EUA

"Escrevi minha carta de renúncia e a entreguei ao imã (Khomeini), para que a torne pública quando julgar que saí da linha da revolução e da sua ideologia" — afirmou o presidente da República Islâmica do Irã, Abol Hassan Bani Sadr, ao jornal Bambad, *que divulgou a notícia no dia 29. A carta de Bani Sadr foi uma resposta a declarações de Khomeini, que havia acusado o governo e o Conselho Revolucionário de incompetência, e está sendo interpretada como uma hábil manobra política do presidente para ampliar os seus poderes (enquanto o imã não divulgar a carta, ele estará implicitamente referendando a política de Bani Sadr).*

Como se sabe, Bani Sadr vem sendo alvo de uma constante pressão por parte da "ala direita" da liderança iraniana, em particular o setor tradicionalista do clero xiita (apontado erroneamente pela grande imprensa ocidental como "radical"). Nesta entrevista ao correspondente do Monde *em Teerã,* Eric Rouleau, *o presidente responde aos seus adversários.*

— Senhor presidente, muitos foram os que acreditaram que o senhor iria suprimir os múltiplos centros de poder, restabelecer a ordem e a segurança, terminar com o arbítrio na Justiça Islâmica, neutralizar os fanáticos e sanear a economia. Agora o criticam por ter decepcionado pelo menos uma parte do povo. Que acha disso?

— Fui eleito em janeiro para a Presidência da República com 70% dos votos. Uma nova consulta hoje me daria, estou certo, mais de 90% dos sufrágios populares. Sondagens realizadas recentemente nos ginásios de Teera — tidos como acentuadamente contestatários — me apontaram como o homem mais popular do Ira, com 57% dos votos, acima do ima Khomeini (48%), de Massud Rajavi, chefe dos Mujahidin (27%), e do aiatolá Behechti, chefe do Partido Republicano Islâmico (8%).

O balanço de minha açao testemunha em meu favor. Em menos de cinco meses, restabeleci a disciplina nas Forças Armadas e fiz reprimir as insurreiçoes no Curdistao, na Azerbaijao e também no Cuzistao. O desenvolvimento econômico proporcionado por generosos créditos bancários concedidos à indústria e à agricultura teve o efeito de reabsorver praticamente o desemprego. Orgulho-me de anunciar que pela primeira vez em 30 anos o Ira nao vai precisar importar trigo.

Admito, contudo, dois malogros: nao consegui controlar a alta dos preços (taxa de inflaçao da ordem de 50%), nem estabelecer um sistema judiciário digno desse nome. Os cidadãos nao se sentem ao abrigo do arbítrio. Mas devo dizer em meu favor que os esforços que empreendi nestas últimas semanas contra diversos aspectos da conspiraçao norte-americana nao deixaram tempo para atacar seriamente o problema da Justiça, que espero resolver nas próximas semanas.

O presidente confirma que a expediçao militar a Tabas, destinada, segundo Washington, a libertar os reféns norte-americanos, nao passava de um "aspecto secundário de uma vasta operaçao de subversao, cujo objetivo era derrubar o regime republicano".

Examinando documentos retirados dos helicópteros abandonados em Tabas, foram identificados pontos estratégicos, indicados por uma cruz, que comandos iranianos deveriam, segundo tais documentos, ocupar. Residências de muitos dirigentes, notadamente a do ima Khomeini e a dele próprio, Bani Sadr, ali também figuravam.

"Tinham a intençao de nos assassinar", frisa o presidente, antes de acrescentar: "graças a informaçoes que obtivemos depois, especialmente do Partido Comunista, conseguimos deter uma dúzia de dirigentes da conspiraçao, os quais levarao, sem dúvida, à prisao de muitos outros"

Em quatro meses, indica o presidente, "seis conspiraçoes de envergadura foram desfeitas no seio das Forças Armadas". O plano norte-americano, segundo Bani Sadr, é, porém, bem mais insidioso e, portanto, mais perigoso. "Os Estados Unidos", afirma ele, "dedicam-se a uma tarefa de longo alcance, que consiste em criar uma base social para a contra-revoluçao. Provocam, direta ou indiretamente, com participaçao de cúmplices iranianos, o descontentamento de diversas camadas da populaçao: o das camadas superiores do Bazar (mercado livre), por medidas econômicas intempestivas; funcionários do Estado sao atingidos por vagas de depuraçao; minorias étnicas ou religiosas sao agredidas ou perseguidas por fanáticos; chefes de tribos sao presos sem justa razao"...

"Estou convencido", prossegue Bani Sadr, "de que a conspiraçao norte-americana me visa pessoalmente. Represento aos olhos dos dirigentes de Washington o principal inimigo a abater, porque, malgrado a etiqueta de moderado que hipocritamente me colocaram, sabem perfeitamente que meu plano é cortar todos os laços de dependência econômica, financeira, política e cultural a que submeteram o Ira no regime do xá"...

O conflito com os Estados Unidos nao impede Bani Sadr de prosseguir seu combate na "segunda frente", a que opoe o Ira à Uniao Soviética. "Eu disse firmemente ao embaixador soviético, faz uma dezena de dias, que a ocupaçao do Afeganistao pelo Exército Vermelho é intolerável. Será o Vietna dos soviéticos, disse-lhes, e vocês nao conseguirao esgotar a resistência afega"....

MOVIMENTO OPERÁRIO

Greves para não pagar a crise

A Itália foi paralisada por uma greve de cinco milhões de trabalhadores, que estão em luta contra o governo e os patrões. Milhares de operários saíram em passeata durante a greve, contra as medidas que o governo quer aplicar "para diminuir a inflação". Uma delas seria acabar com a escala móvel de salários, que são aumentados toda vez que o custo de vida sobe um tanto. Outra seria um aumento dos impostos e um apoio aos patrões que querem diminuir seus gastos despedindo trabalhadores.

"Procuraremos opor-nos com todas as nossas forças às medidas injustas e inúteis que querem fazer os trabalhadores pagar o preço da crise", disse um líder político do país (a greve foi convocada pelas três grandes centrais sindicais da Itália, que têm influência respectivamente do Partido Comunista, do Partido Socialista e da Democracia Cristã).

O desemprego no país está no nível mais alto desde o fim da II Guerra (na Europa toda já existem 20 milhões de desempregados) e a inflação italiana está em 20% (alta para os padrões europeus).

Em Portugal, o governo não quer cumprir os acordos feitos no ano passado e os trabalhadores de diversos setores estão em greve pedindo que eles sejam cumpridos e seus salários sejam aumentados. As greves atingem principalmente os transportes (estradas de ferro, companhias aéreas e portos), mas todos os setores básicos da economia estão paralisados em alta proporção. Além das reivindicações trabalhistas, os trabalhadores querem derrubar o governo de direita, chefiado por Sá Carneiro.

Dezenas de milhares de trabalhadores ficaram parados mais de uma semana no México, principalmente no setor metalúrgico (na Volkswagen) e no setor têxtil.

Nas cidades polonesas de Ursus e Tczew, milhares de operários paralisaram suas atividades devido ao aumento do preço da carne, de 60%. Os trabalhadores querem aumento de 10% para as turmas da noite, um aumento de 200% no salário-hora para os trabalhadores que fazem serviços perigosos e o estabelecimento de uma escala móvel de salários. Em Tczew, os operários pediram um aumento que compense o aumento da carne.

VIETNÃ X TAILÂNDIA

Estado de alerta na fronteira

Enquanto os Estados Unidos iniciavam, no dia 2, uma ponte aérea destinada a transportar 3,5 milhões de dólares em armas e equipamentos militares para a Tailândia, atendendo ao "apelo urgente" do governo desse país feito após o ataque vietnamita (realizado na semana retrasada através da fronteira cambojano-tailandesa), os três principais dirigentes do Vietnã, Le Duan, Pham Van Dong e Von Nguyen Giap, bem como o ministro das Relações Exteriores do governo cambojano de Heng Samrin (pró-vietnamita), Hun Sen, e ainda os embaixadores da União Soviética em Hanói e Phnom Penh se reuniam em Moscou.

Le Duan é o secretário geral do Partido Comunista Vietnamita, Pham Van Dong ocupa o cargo de primeiro ministro, e Von Nguyen Giap, ex-ministro da Defesa, vem sendo apontado como o futuro chefe do governo do Vietnã. Após a reunião, o chanceler cambojano declarou que a "ajuda" militar dos Estados Unidos à Tailândia é uma tentativa de aumentar a influência norte-americana no Sudeste Asiático e voltou a culpar o governo de Bangcoc pela incursão vietnamita, que qualificou de "legítima reação defensiva".

Por sua parte, a Tailândia colocou suas tropas em estado de alerta ao longo da fronteira com o Camboja, à espera de um importante ataque vietnamita contra os rebeldes cambojanos, hostis ao governo de Heng Samrin, que se encontram acantonados no norte da cidade tailandesa de Aranyaprathet.

No plano diplomático, a incursão vietnamita contra o território tailandês provocou um reforço da unidade no interior da Asean (Associação de Nações do Sudeste Asiático, da qual fazem parte a Tailândia, a Indonésia, a Malásia, as Filipinas e Cingapura). A Associação parecia dividida pela hábil política do ministro das Relações Exteriores do Vietnã, Nguyen Co Thach, mas a invasão vietnamita, que ocorreu bem no momento em que os chanceleres dos países membros se encontravam reunidos em Kuala Lumpur, na Malásia, aplainou as divergências e foi unanimente condenada.

O ministro das Relações Exteriores da Malásia, considerado o país mais "moderado" do grupo e mais favorável a um compromisso com o Vietnã, devido aos seus temores em relação à China, declarou, ao término da reunião, que "existe claramente um paralelo (entre a invasão soviética do Afeganistão e a do Camboja pelo Vietnã), já que se trata, nos dois casos, de intervenção militar de uma potência mais forte nos assuntos de países não-alinhados".

CRISE MUNDIAL

A ameaça de Brown

Para o secretário da Defesa dos EUA os acordos do chanceler alemão, Helmut Schmidt, com a URSS, podem "trazer a guerra"

Schmidt com Brejnev: independente da tutela americana

Os EUA fizeram uma verdadeira ameaça de guerra mundial como resposta à viagem do chanceler alemão ocidental, Helmut Schmidt, à URSS, encerrada dia primeiro. Enquanto Schmidt deixava Moscou — sem praticamente ter discutido a questão da retirada soviética do Afeganistão, mas anunciando com grande segurança que iniciaria com a URSS as negociações sobre o desarmamento na Europa — o secretário da Defesa dos EUA, Harold Brown, fez uma série de declarações sobre sua viagem: advertiu que uma "neutralização da Europa, causada pela falta de confiança na liderança mundial dos EUA, levaria à dominação soviética"; acrescentou que se fossem repetidas as políticas de conciliação e de divisão, postas em prática antes da Segunda Conflagração Mundial, "viria a guerra".

Essas declarações revelam claramente o impacto da viagem de Schmidt, que abandonou a liderança e as idéias dos EUA sobre como enfrentar o avanço militar e político soviético, propondo e praticando uma política de "negociação aberta" com a URSS e centrando fogo na questão principal — a seu ver — que é a questão de manter a qualquer custo a détente na Europa, mesmo que, no resto do mundo, o confronto EUA-URSS tome proporções de "guerra fria". Brown também expôs a posição dos EUA com uma clareza sem precedentes.

"Ouvi preocupações de que os EUA estão ficando fracos", disse ele, contando as conversas que manteve com os governos europeus. Mas, acrescentou, "se essa crença errônea for adotada na Europa isso poderia levar a uma neutralização que seria de fato mais um termo de rendição à dominação soviética... Não acredito que, dada a enorme força militar soviética, a Europa possa sustentar a independência por si mesma... Nós (os EUA) estamos contando com nosso poderio e tencionamos também agir vigorosamente no plano político". E quanto ao que os EUA desejam da Europa, disse, citando "desafios soviéticos" fora do continente europeu (isto é, o Afeganistão) que "deveria haver uma estratégia da Aliança (européia-americana), compartilhando o esforço tanto na Europa como na área do Índico e do Sudeste da Asia".

Schmidt em Moscou "congelou" a questão afegã, propondo apenas um vago "calendário" para a retirada "total" soviética. O alemão centrou fogo na sua tese principal, o desarmamento na Europa. Ele mostrou segurança nesse ponto, mas além de um encontro com o ministro da Defesa soviético, Dimitri Ustinov, anunciou unicamente uma limitação dos mísseis de alcance médio na Europa. Os chamados analistas dizem que a URSS teria feito a proposta mais avançada dos últimos dois anos, o que poderia significar uma suspensão tanto dos SS-20 soviéticos como dos Cruise e Pershing-II americanos. Isto será esclarecido nos próximos dias.

O certo é que Schmidt aumentou seu prestígio com base na evolução da crise internacional e confirmou sua tese (que irrita os EUA) de que o essencial para os europeus é manter a distensão na Europa, ainda que, no resto do mundo, EUA e URSS se digladiem. Schmidt demonstrou essa tese assinando um tratado comercial de US$ 12 bilhões com a URSS, prevendo a troca de tecnologia (computadores) alemã por gás natural russo: com duração de 25 anos, é o maior acordo já feito entre os dois países.

Flávio Dieguez

ISRAEL

Beguin vai mal. E o país ainda pior

Jerusalém — No momento mesmo em que os membros do governo e da maioria estavam definitivamente seguros sobre o seu futuro imediato — o projeto de lei, defendido pelo conjunto da oposição, de dissolução do Knesset (Parlamento) havia sido rejeitado por 60 votos contra 54 —, eles experimentaram a mais viva inquietação em relação ao estado de saúde do primeiro ministro Menachem Beguin, vítima de um novo ataque cardíaco durante a sessão do Knesset do dia 30, em que foi votado o projeto.

Na tarde do mesmo dia, o médico pessoal de Beguin anunciou que o primeiro ministro havia sofrido um "ligeiro enfarte" e que deverá permanecer hospitalizado durante vários dias. Acrescentou, porém, que o paciente se comporta tão bem quanto possível.

A nova enfermidade do primeiro ministro poderá entravar ainda mais a ação do governo e aumentar as dúvidas sobre a capacidade de Beguin de fazer frente à crise que o país atravessa (inflação de 130% ao ano; tensões na Cisjordânia ocupada, motivadas pelos atentados contra os prefeitos palestinos; crescente isolamento internacional; perda de prestígio do governo etc. — N.R.). Mas, nas fileiras do Likud (o partido do governo), Beguin não tem sucessor. O último designado era Ezer Weizman, que vem de abandonar explosivamente o Gabinete, denunciando seu antigo chefe. Beguin, numa coalizão em sursis, é a única personalidade capaz de dispor ainda de algum prestígio junto à "opinião pública". Suas intervenções são particularmente necessárias quando se trata de apaziguar as disputas incessantes que opoem os diversos ministros quanto à repartição das severas restrições orçamentárias exigidas pelo ministro das Finanças para combater a inflação. As múltiplas reuniões impostas por esse debate se juntaram às numerosas consultas destinadas a preservar uma frágil maioria no Knesset, impedindo vários dissidentes de aderir à oposição.

A esse respeito, a derrota infligida à oposição, no dia 30, não foi mais do que um frágil consolo para os partidários de Beguin. A maior parte dos dissidentes não cedeu, desta vez, à tentação de se afastar de uma maioria condenada ao fim. Porém, deve ser assinalado que Moshe Dayan, antigo ministro das Relações Exteriores, votou a favor da dissolução do Parlamento, da mesma forma que Samuel Sharon (independente), que antes sustentava o governo.

A maior parte dos deputados do Likud está persuadida da derrota de sua agremiação nas próximas eleições e a metade deles teme não vir a ser reeleita. Assim, eles não querem precipitar a prova fatal (que ocorreria no caso de uma dissolução do Parlamento e da convocação antecipada de eleições). Outra razão da espantosa sobrevivência do governo é uma certa falta de convicção por parte da oposição trabalhista, mais preocupada nesse momento com suas próprias divisões. Shimon Peres, atual presidente do partido, e Itzhak Rabin, ex-primeiro ministro, travam uma luta sem tréguas pelo poder e a candidatura ao posto de chefe do próximo governo.

Francis Cornu (Le Monde)

Nas sociedades liberais, a psicologia se torna um meio de controle social

A dominação por meio da psiquiatria

Abril Press

Freud trabalhando. A psicanálise está hoje integrada à cultura de massa.

Se a psicanálise está em crise hoje é, provavelmente, porque ela não está mais em condicões de dominar a difusao das redes de interpretação psicológica, das quais ela havia sido, até aqui, a principal portadora. Após a era dos "herdeiros" de Freud, se abre a dos "bastardos" da psicanálise. Mutuacao mais profunda do que parece, e que significa não apenas que novos dominios são invadidos pelas técnicas psicológicas, mas também que se propaga uma cultura psicológica de massa, que faz da intervencao sobre o individuo e o psicológico um novo instrumento de controle social.

Robert Castel havia analisado, em *"l' Ordre psychiatrique"* ("A ordem psiquiátrica"), como a psiquiatria havia posto em cena um novo tipo de relacao social: a relacão de tutela. No fim dessa obra, ele falava de um *aggiornamento* (engajamento) da psiquiatria, que se caracterizava pela intervencao da medicina mental na própria familia, isto é, pela colocação em funcionamento de um sistema de "prevencao". Estratégia de tutela, evidentemente, porém mais sutil, que abria ao médico um campo infinito de intervencao. A idéia de uma psiquiatria de "setor" era precisamente esse esforco para aplicar esse sistema de prevencao, para passar do internamento à intervencao generalizada, do paternalismo musculoso à violência simbólica da interpretacao.

Nessa passagem, o papel da psicanálise, pela insistência sobre o "relacional", foi preponderante. Mas o que podia, até meados dos anos 70, aparecer como o modelo dominante da recomposicao da psiquiatria parece ter cedido lugar a outras formas de quadriculado psicológico, que revelam precisamente a crise da psicanálise. Robert Castel tenta, aqui, mostrar as implicacoes politicas desse fenômeno.

— Fala-se muito de uma crise da psicanálise, que se manifestou sobretudo com a dissolucão da Escola Freudiana de Paris. E se assiste à aparicao de numerosos questionamentos do imperialismo psicanalítico.

— Eu nao estou certo de que seja verdadeiramente o imperialismo da psicanálise que esteja sendo questionado pelas atuais polêmicas internas no meio analítico. Essas querelas giram em torno de uma velha questao a defesa da pureza da psicanálise. E normal que seja Lacan, o teórico do "retorno a Freud", o protagonista de um debate que atravessa toda a história da psicanálise: saber quem é o herdeiro legitimo, quem ocupa a posicao inexpugnável na empresa de desvendamento do inconsciente.

Esse problema (quem é "verdeiramente" psicanalista) é sem dúvida essencial para os psicanalistas. Mas é bem menos na sociedade francesa atual, porque a difusao da psicanálise já transpôs há alguns anos a porta de entrada. Quando um ouvinte escuta, por exemplo, Francoise Dolto no rádio, importa menos saber se ela é "verdeiramente" freudiana, ou lacaniana, se ela é ortodoxa ou se ela traiu a mensagem original O que importa é a mensagem que ela difunde, a saber, a generalizacao de uma rede de interpretacão e de intervencao psicológicas.

Os bastardos da psicanálise

Após o tempo dos herdeiros, comecamos a entrar no dos bastardos. Estes nao precisam mais ser legitimados pela autenticidade de uma filiacao reconhecida para transmitir uma parte da heranca de Freud.

A psicanálise está a tal ponto integrada à nossa cultura que ela nao precisa mais referir-se à ortodoxia para se propagar. Em breve, sem dúvida, as peripécias tragicômicas da história das escolas psicanaliticas terao fatigado todo o mundo. Mas a "mensagem" continuará a se difundir sob formas mais e mais banalizadas (abastardadas) de uma cultura psicológica generalizada.

— No final da "A ordem psiquiátrica", você fala de um aggiornamento *da psiquiatria. Seria preciso, sem dúvida, sublinhar a importância da psicanálise nesse processo, mesmo que você pense hoje que esse modelo nao seja mais dominante.*

— Sim. Aliás, apenas alguns psicanalistas nao veem hoje que a psicanálise permitiu, nos anos 50-60, desbloquear uma psiquiatria cristalizada em suas velhas instituicoes, suas hierarquias rígidas, seus diagnósticos fatigados. Como, partindo do velho asilo, dedicar-se a tarefas de prevencao, estabelecer a ligacao com a familia, o sistema escolar etc.? A psicanálise forneceu uma tecnologia relacional mais flexível, que permitiu à medicina mental assumir essas novas exigências.

Evidentemente, nao se trata talvez da psicanálise "ortodoxa", essa que se processa no silêncio do gabinete. Mas isso prova precisamente que nao é essa questao de ortodoxia que é preciso colocar para compreender o problema real da difusao da psicanálise.

Podemos aliás assinalar que os promotores desse salvamento da psiquiatria foram às vezes os ortodoxos. Os adeptos da psicanálise institucional, em particular, eram os lacanianos.

— Mas a evolução da psiquiatria foi sobretudo o estabelecimento dos setores.

— Sim. E a psiquiatria de setor é uma psiquiatria pública, que pretende assegurar o controle completo da saúde mental de toda a populacao. A relacao com a psicanálise nao é entao evidente. Todavia, o setor, na Franca, teve por modelo a "experiência do 13 distrito de Paris", que foi inteiramente inspirada e dirigida por psicanalistas. Para construir instituicoes mais flexíveis do que o asilo, para ir adiante das necessidades da populacao, a psicanálise foi uma contribuicao insubstituível.

— Você afirma que hoje esse modelo não é mais dominante?

— Até o inicio dos anos 0, podia-se acreditar que era o modelo de uma psiquiatria pública, implantando-se progressivamente na comunidade, que iria se impor. Hoje, certamente, o setor se aplica, mas já não é a via quase hegemônica de propagação das novas técnicas médico-psicológicas.

— Quais são, então, as transformações em curso?

— Em comparacao com a vontade de unificacao que representava a politica de setor, assiste-se a uma espécie de explosao. Esquematicamente, pode-se hoje identificar três linhas principais de transformacao.

A primeira é uma tendência da psiquiatria de reentrar no seio da medicina. Observa-se uma certa indiferenca frente às grandes discussões sobre a relacao entre as doenças mentais e a sociedade, ou sobre o que significa curar. Há uma fascinacao em relacao às descobertas bioquímicas ou quanto ao caráter hereditário das doencas mentais.

Uma parte crescente das práticas psiquiátricas se desenvolve em hospitais ordinários. A reforma atual dos estudos de medicina banaliza a formacao de jovens psiquiatras. É um retorno ao objetivismo médico, que no limite, fará da psiquiatria uma especialidade médica entre outras.

Em segundo lugar, o psiquiatra intervém mais e mais como uma espécie de perito e nao somente como terapeuta. O diagnóstico de *déficit* mental define um perfil para certas categorias de individuos. Estes sao classificados segundo o critério do *handicap* (desvantagem), que nao é necessariamente psiquiátrico. Há dissociacao entre o diagnóstico e o tratamento.

Enfim, a terceira tendência é a que os americanos denominam a "terapia para os normais", o que nos traz de volta os bastardos da psicanálise de que falavámos há pouco. A psicanálise descobriu que nao há fronteira absoluta entre o normal e o patológico. Mas, sob sua forma clássica, ela reservava o tratamento psicológico apenas para alguns privilegiados. Com as novas terapias (bioenergia, análise transacional etc), todo mundo ou quase pode desenvolver seu potencial, cultivar suas relacoes com o outro, pelas técnicas psicológicas, independentemente de qualquer referência a uma situacao patológica.

Instrumento do poder liberal

Essas tendências podem parecer opostas por exemplo, o retorno ao objetivismo médico e a cultura do psicológico pelo psicológico. De fato, elas se desenvolvem paralelamente. Elas mostram que a psiquiatria não é mais uma atividade especifica, correspondendo a "indicacoes" relativamente precisas, mas mostram também que sua difusao se faz agora por vias mais e mais diversificadas, e não somente pelo estabelecimento de um aparelho público, como era o caso com a prática do setor.

— Seu último livro trata dos Estados Unidos e tem por título "A sociedade psiquiátrica avançada". A difusao macica dessa cultura psicológica estaria para você ligada ao neoliberalismo?

— Se é verdade que o dominio médico-psicológico nao representa um mundo em si, suas transformacões estao ligadas às das estruturas politicas dominantes, em particular aos modelos de administracao da autoridade.

Há setores cada vez mais largos da vida social onde o controle não se faz mais pelo exercicio direto da coercao, mas pela definicao estrita de objetivos a atender, associada à liberdade deixada aos individuos de encontrar os meios de os cumprir, sob pena de morte social.

Esse reino da autonomia enquadrada coloca a psicologia no posto de comando. Onde, provavelmente, não há contradicao entre coacoes impiedosas a um certo nível e a intensificacao de certas potencialidades pessoais em outro nível. Informatizacao e psicologizacao podem representar dois pólos complementares das técnicas de gestao do social numa sociedade liberal.

As práticas derivadas da medicina mental no sentido amplo (que inclui as técnicas da psicanálise e mesmo da pós-psicanálise) podem intervir sobre esses diferentes planos. Todas essas técnicas fizeram sua prova nos Estados Unidos. Elas se desenvolvem atualmente na Franca. Esse é um fenômeno muito mais importante do que a dissolucao de uma escola psicanalítica ou os estados de espírito de alguns psicanalistas.

Didier Eribon (Le Monde)

A reunião da Sociedade para o Progresso da Ciência não será um festival acadêmico. Apesar da "Abertura", a intelectualidade continua crítica ao regime militar

Fértil campo de atritos

José Mauricio de Oliveira

Pelo tom de suas declaracoes à imprensa no inicio da semana passada, o fisico José Goldenberg, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciencia (SBPC), parece estar um tanto desolado. Ao contrário do que esperava, a 32ª. Reuniao Anual da entidade — esta semana, no Rio — novamente deixará de ser um plácido festival acadêmico, em que mais de oito mil cientistas e estudantes passariam seu tempo às voltas com três mil trabalhos, mesas redondas e simpósios, que dao conta das linhas principais da producao de nossa inteligência universitária.

Arquivo

A reunião de 1977 (foto), auge de um confronto com o regime, que o físico Goldenberg hoje não consegue evitar.

Espinho atravessado

Culpa do governo, lamentava Goldenberg. Afinal, o anúncio da construcao de duas usinas no litoral paulista e a divulgacao do "relatório" (?) da DSI (Divisao de Seguranca e Informacao) do Ministério das Minas e Energia sobre a oposicao ao acordo Brasil-Alemanha, recolocaram na ordem do dia o problema da energia nuclear, velho espinho atravessado na garganta da comunidade cientifica brasileira. E, segundo o presidente da SBPC, a questao fatalmente acabará explodindo com tudo nas salas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e incendiando os debates, resultando em novas "mocoes virulentas" contra a política energética da ditadura.

Lamentacoes à parte, talvez poucas pessoas compartilhassem das esperancas do fisico nuclear. Pelo menos desde 1974 — quando a SBPC trouxe de volta ao Brasil o economista Celso Furtado para participar de um debate no encontro realizado em Recife, em meio a boatos que davam como iminente a ocupacao militar da Universidade Federal de Pernambuco, como resposta da ditadura à ousadia dos intelectuais — a entidade foi transformada em canal de denúncias, criticas e reivindicacoes da chamada comunidade cientifica.

Na oposição

Os choques foram se sucedendo, até a ruptura, em 1977. Nesse ano, o governo retirou as verbas que cedia para a realizacao das reunioes anuais, pressionou para que a reitoria da Universidade de Sao Paulo proibisse a utilizacao de suas salas e vetou a participacao de seus técnicos nos debates. A SBPC foi formalmente lancada à oposicao. Somente a mobilizacao dos meios acadêmicos, levantando recursos e conseguindo com a Igreja uma alianca que resultou na cessao da Pontificia Universidade Católica de Sao Paulo para a realizacao da reuniao anual, garantiu a continuidade dos trabalhos da entidade. Um caso interessante de criacao, mesmo que momentânea, de um "circuito paralelo" de producao cientifica e cultural, com inevitável ressonância política.

De lá para cá, a tensao diminuiu. Nao que a intelectualidade tenha subitamente amainado seu ânimo critico em relacao ao regime militar. Muito pelo contrário, pois o número de trabalhos e teses colocando em xeque vários aspectos da crise social, política e econômica, continuou crescendo. Ao que parece, o governo aprendeu a nao dar muita importância à inquietacao acadêmica. É o que pode se chamar de extensao da "abertura" às salas de aula e laboratórios de pesquisa.

"Nossas relacoes com o governo, atualmente, sao tranqüilas, nao tem havido atrito", afirma a secretária-geral da SBPC, Carolina Bori. Depois da crise de 1977, a entidade voltou a receber verbas federais, através do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), que utiliza para a sustentacao de suas publicacoes e trabalhos de secretaria. Técnicos governamentais de vários escaloes voltaram a participar dos debates nas reunioes anuais. Porém, por precaucao, estas sao organizadas com recursos próprios, recolhidos através das anuidades dos sócios e das taxas de inscricao.

Um novo choque

Talvez, o temor de José Goldenberg seja a ruptura desse "equilíbrio" nas relacoes com o governo, pela agressividade que a questao energética poderá despertar. "Eu nao gostaria que fosse assim, mas creio que vai ser. Acho que a reuniao seria importante mesmo sem discutir a questao nuclear, mas as atitudes do governo colocaram de novo o debate", afirmou o dirigente da SBPC à *Folha de S. Paulo*, na terca-feira passada.

Porém, mesmo descontada a polêmica em torno da política energética da ditadura, a expectativa de Goldenberg pode ser tachada, no minimo, de ingênua. O próprio tema central da reuniao deste ano — "Ciência e Educacao para uma sociedade democrática", que será objeto de 28 mesas-redondas e simpósios patrocinados oficialmente pela entidade — oferece um campo fértil de atritos com o regime. Por exemplo, na questao das verbas oficiais para o ensino e a pesquisa, reduzidas atualmente a quase nada, que será debatida em pelo menos dois simpósios e resultará, com certeza, segundo Carolina Bori, em mocoes de protesto e reivindicacoes dos cientistas.

Amazônia e índios

Sem contar os já clássicos temas levantados pelos cientistas sociais sobre a situacao dos trabalhadores e a crise que perpassa vários setores da vida nacional, outros assuntos polêmicos serao debatidos durante a reuniao. A Comissao de Estudos de Problemas Ambientais da SBPC organizou, entre outras atividades ligadas à questao ecológica, um simpósio sobre o que acontecerá com a Amazônia, a prosseguir o ritmo da devastacao ambiental da regiao.

O governo terá ainda que engolir a realizacao de um encontro de vários representantes de nacoes indígenas com antropólogos, para debater a possibilidade de criacao de uma Federacao Indígena Brasileira, que certamente nao está nos seus planos.

Paulo Freire

E entre os principais convidados pela SBPC para participar dos trabalhos — mais de uma dezena de pesquisadores estrangeiros de renome em vários campos — o grande destaque, sem dúvida, será o educador Paulo Freire, que participará de pelo menos uma atividade por dia. E de Paulo Freire, certamente nao se pode dizer que se destaque por ter uma atitude branda em relacao ao regime que tentou bani-lo do cenário cientifico e cultural brasileiro.

Leia e assine

cadernos do ceas

Já saiu a edição de Maio/Junho de 80

- **O Arrocho dos Impostos, por Carlos Lessa**
- **Nestlê, a Babá do Brasil, por Antoinette Fredericq**
- **Terra de Negócio e Terra de Trabalho, por José de Souza Martins**
- **Editorial: Rumos do Movimento Popular**

Correspondência, colaborações e assinaturas devem ser enviadas para: Cadernos do Ceas, rua Aristides Novis, 101 (Federação) — 40.000 — Salvador — Bahia. Fone: 247-1232.

Preços da assinatura anual: Cr$ 400,00. Operários, camponeses e estudantes: Cr$ 340,00. Exterior: US$ 15,00. Subscrição de apoio: Cr$ 800,00. Número avulso e atrasado: Cr$ 80,00.

Meio caminho andado

Jornalista faz um perfil da luta de libertação do povo africano

Tarcisio Marcos Alves

A luta dos povos africanos pela liberdade é muito antiga e, paradoxalmente, muito pouco conhecida. As notícias que nos chegam, filtradas pelas agências internacionais, são geralmente deturpadas e tendem mesmo a nos fazer esquecer da existência de seu imenso continente. De sua história acabamos conhecendo só as proezas heróicas de descobridores portugueses ou os trágicos navios negreiros que para o Brasil traziam seus infelizes habitantes.

Esquecemos dos que na Africa ficaram. Mas as potências imperialistas não esqueceram das riquezas lá existentes e lá permaneceram. Findou-se o tráfico de negros, mas se encontrou uma maneira melhor de explorá-los: lá mesmo, nas suas terras. Esse processo de exploração, bem como a luta de todo o povo africano contra o colonialismo e o neocolonialismo, é agora mostrado em minúcias pelo jornalista Carlos Comitini em "Africa arde", lançamento da Editora Codecri.

Ao contrário da grande imprensa, empenhada unicamente em mostrar a participação de cubanos e soviéticos no processo de libertação desses povos, "Africa arde" relata historicamente a presença de tropas ocidentais no Continente, seja para massacrar diretamente os negros, seja para municiar seus prepostos locais.

Amilcar Cabral (de pé), comandando uma expedição guerrilheira, "Africa arde" (Codecri, 360 páginas, Cr$ 300,00).

O processo de ocupação de seu território pelos brancos, segundo o livro deixa deduzir, é idêntico ao que ocorre no Brasil com os índios: "A base desse sistema está na ocupação das terras boas pelos fazendeiros europeus e na expulsão dos africanos para as chamadas reservas, insuficientes (em área, qualidade de solo e em assistência técnica) para manter a população nativa". Desse modo, os nativos são forçados a trabalhar para os europeus e, enquanto esses enriquecem, aqueles vivem na mais absoluta miséria, escravizados dentro de suas terras.

No entanto, assim como lutaram no passado para não serem arrancados de sua terra e vendidos como escravos, os negros continuam lutando contra o novo tipo de escravidão a que foram submetidos. O livro mostra como surgiram todos os movimentos negros de libertação, fazendo com que o leitor compreenda melhor siglas como Frelimo, Polisário, Frolinaco, Zanu, Zapu, etc. e tudo o que representam para o povo africano, na busca de um "caminho para a liberdade".

Iniciado por Gana, em 1956, esse processo de descolonização continua. Angola, Moçambique, Benin, Congo, Líbia, são exemplos de como um povo oprimido há séculos, considerado "inferior", "bárbaro" e "incapaz" de reger o seu destino " e que por isso deve ser assistido e tutelado até que sua evolução lhe permita tomar decisões a todo nível" pode por si só encontrar seu destino e construir nações independentes.

"Africa arde" mostra também como os países colonialistas, especialmente França, Inglaterra e Portugal, continuam utilizando a justificativa de "ajudarem" os países africanos a alcançar o desenvolvimento e de "libertá-los do perigo do comunismo soviético-cubano para tentar mantê-los na mais ignominiosa miséria. Suas intenções, segundo um dos documentos a que o livro se refere, "são o controle dos recursos energéticos e minerais do Continente, bem como o de suas rotas marítimas estratégicas". Por esse último motivo, "os ocidentais se negam obstinadamente a outorgar liberdade às Ilhas Canárias (Espanha), ao Saara (Mauritânia-Marrocos) e à Ilha Reunion (França), ao mesmo tempo que tratam da criação de uma possível OTAS, Organização do Tratado do Atlântico Sul, para se tornar uma força militar interafricana ocidentalista. Diante disso, o documento conclui que não se pode "julgar da mesma forma a ajuda internacionalista de Cuba e a agressão declarada desses países europeus contra os movimentos de libertação".

Quanto ao capitalismo vir a ser uma etapa de transição necessária para o socialismo na África, o livro rejeita por entender que, depois de sua implantação, a libertação se tornaria cada vez mais difícil e a consequência natural seria o estabelecimento de uma nova dependência das grandes potências. Como explica esta frase de Agostinho Neto, reproduzida: "Para nós, lutar é destino, é uma ponte entre a descrença e a certeza do mundo novo".

Vindo a São Paulo não deixe de visitar a

LIVRARIA

Zapata

OFERTA ESPECIAL
"Rasga Coração" peça premiada de Oduvaldo Viana Filho. 322 páginas. Cr$ 100,00

Pedidos também pelo reembolso postal CEP 01221
Dr. Cesário Mota Jr., 285, tel. 222-2861 SÃO PAULO, SP

LANÇAMENTOS

Exilados, mas cubanos

Além da reedição do clássico "A montanha mágica", de Thomas Mann (Editora Nova Fronteira, Cr$ 800,00), dois lançamentos na área da literatura política merecem destaque. *"Contra vento e maré"* (Editora Alfa Ômega, 208 páginas, Cr$ 250,00) reúne depoimentos de 47 jovens cubanos levados ao exílio por seus familiares quando ainda crianças e que depois se rebelaram, tornando-se simpatizantes das mudanças ocorridas em seu país. O livro foi o vencedor do prêmio Casa de las Americas, de Cuba em 1978. Tradução de Leda Rita Cintra Ferraz. O outro, *"O beijo da mulher aranha"*, do romancista argentino Manuel Puig ("Buenos Aires Affair", "Boquinhas pintadas") e atualmente residindo no Brasil, se desenvolve a partir de uma relação que se estabelece entre um homossexual corruptor de menores e um preso político, na minúscula cela de um presídio de Buenos Aires. Tradução de Gloria Rodriguez, Editora Codecri, 246 páginas, Cr$ 290,00.

- *"Os fornos quentes"*, ficção política de Reinaldo Guarany Simoes, Editora Alfa Ômega, Cr$ 220,00 — Carioca de 35 anos, Guarany diz que escreveu "os fornos" quando "estava imbuído da necessidade de denunciar a perseguição implacável movida contra os exilados latino-americanos, em quase todos os cantos do mundo".
- *"Os três movimentos da sonata"*, poesias de Antônio Brasileiro, Editora Civilização Brasileira, Cr$ 130,00 — Baiano de 36 anos, Brasileiro reúne aqui seus escritos poéticos produzidos de 1968 a 1977. Trata-se de uma poesia elaborada, em que a imagem dos versos prevalece sobre o discurso.
- *"As aventuras de Ngunga"*, novela de Pepetela, Editora Ática — Combatente na frente leste de Angola, o autor escreveu e mimeografou seu livro em plena floresta, quando ainda dava combate aos colonizadores portugueses. É a história de um menino que, depois de perder os pais num bombardeio, passa a perambular pelas vilas e selvas sempre procurando compreender o sentido das coisas. Acaba se tornando guerrilheiro.
- *"Fábrica de chocolate"*, teatro de Mário Prata, Editora Hucitec, 56 páginas, Cr$ 80,00 — Quem não viu a encenação da peça, dirigida por Rui Guerra, tem agora a oportunidade de tomar contato com seu tema: a discussão da bárbara tortura posta em prática contra presos políticos até recentemente no Brasil.
- *"Grito de guerra"*, romance de Leon Uris, Editora Record, 522 páginas, Cr$ 600,00 — Uris tem uma particularidade que o distingue dos grandes escritores de best-sellers: escreve com perfeito conhecimento de causa, ou seja, faz romances a partir de suas experiências pessoais, notadamente na Segunda Guerra, da qual participou como membro do corpo de fuzileiros navais. "Grito de guerra" é o resultado romanceado dessa sua experiência.
- *"Bumba, meu queixada"*, teatro de César Vieira, Editora Graffiti, 88 páginas, Cr$ 200,00 — Trata-se do texto da peça do mesmo nome e um histórico do trabalho desenvolvido pelo grupo que a encena, o União e Olho Vivo, que está comemorando seu 11º ano de existência.

Aristides Klafke

Conselheiro critica jornal de direitista, sectário e elitista. E dá o berro:

MOVIMENTO traiu seu projeto

Ex-participante do "Opinião", membro do Conselho de Direção, Chefe da Sucursal de Belo Horizonte e um dos fundadores de Movimento, Luiz Bernardes faz uma crítica em bloco à atual linha editorial do jornal, que segundo ele desvirtuou-se da sua proposta inicial de ser um "jornal de caráter frentista, democrático e popular".

Bernardes critica o jornal de se iludir com as reformas do regime, de subestimar o movimento de massas e ser estreito no tratamento dado às questões da oposição. Mais ainda: Hoje inexiste "democracia interna" em Movimento, cujo produto jornalístico é "elitista, de textos longos, difíceis de ler e de diagramação pouco popular".

O enfoque da FNR foi acertado. Evitamos o erro de considerar o conflito militar como uma simples briga de milicos e por isto a vendagem deu um pico. Mas também existiu o equívoco de olhar as forças populares com desprezo, ao apostar numa saída liderada por "conservadores".

Luiz Bernardes,

Na situação atual de **Movimento** é possível perceber dois aspectos distintos: de um lado, ele se firmou como o mais importante dos jornais independentes do país. Isto se deveu, sem dúvida, à justeza de seu programa e à maneira de aplicá-lo (principalmente nos seus três anos e meio iniciais) e à heróica resistência que desenvolveu contra o fascismo. **Movimento**, por outro lado, vive uma grave crise que ameaça sua própria existência, pelo menos com suas características de origem.

O aspecto mais palpável desta crise é sua grave situação econômico-financeira. Resumidamente, o jornal, que já acumulava grandes déficits, teve, a partir de outubro de 1978, uma queda contínua de suas vendas em banca, agravando sua situação econômica. Mais do que um problema "econômico", a queda revelava que o jornal perdia prestígio, diminuindo sua influência.

Por que as vendas cairam? Por que perdemos milhares de leitores? Na tentativa de responder às perguntas, surgiram no jornal duas linhas básicas de explicação: uma primeira insistia na gratificante, porém inócua, tese de que o desinteresse dos leitores deveria ser buscado, no essencial, em fatores externos, que iam desde aspectos negativos da conjuntura (tais como seus "refluxos relativos", e divisão no seio da oposição e até mesmo a insólita tese de "que não é possível existir uma imprensa popular de grande tiragem debaixo deste regime". Em síntese, a "**culpa da queda em banca, e portanto do prestígio do jornal, deveria ser atribuída a tudo (à ditadura, à oposição). Menos, evidentemente, ao próprio jornal.**

Leitores não são culpados pelas baixas

Uma outra partia do princípio de que os fatores externos, olhados em seu conjunto, eram largamente favoráveis a uma iniciativa de oposição democrática, nacional e popular, como **Movimento**. Bastava ver a crise do regime e o crescimento espantoso do movimento democrático e popular, aumentando o interesse e o público para materiais políticos de oposição. O jornal não se achava diante de uma situação externa que o levaria **inevitavelmente** a perder leitores e prestígio. Pelo contrário, ela permitia que ele aumentasse sua influência. As razões disto não ter ocorrido, portanto, devem ser buscadas, no essencial, no próprio jornal: **na maneira pela qual se conduziu frente à nova situação criada no país, especialmente em sua conduta editorial.**

Pessoalmente, acho que a política adotada pela direção neste último ano levou **Movimento** a perder influência, ameaçando-o com uma grave crise de desagregação interna. Aponto quatro erros graves:

1" — A adoção de uma conduta editorial que colocou o jornal em choque frontal com o curso dos acontecimentos no país e com as necessidades da oposição democrática, nacional e popular. Uma conduta, no geral atrasada em relação à conjuntura, às vezes estreita no trato de questões imediatas da oposição. E principalmente de menosprezo do movimento popular.

A situação encontrada pelo jornal tem dois traços: de um lado, **a ditadura militar que entra num processo de crise e desagregação e, de outro, o movimento oposicionista, particularmente o movimento operário e popular, que entra num processo de ascenso.** Duas questões de fundo ocupam o centro da conjuntura: **A necessidade de remover o regime militar em crise e em decomposição, substituindo-o por outro; e a necessidade posta pelo movimento popular de resolver a situação do país de um ponto de vista popular.**

Os mais variados setores sociais apresentam saídas para a situação. As propostas de fim do regime se dividem em: a) As que visam apenas reciclar o regime, como sua própria proposta de "auto-substituição"; b) As que tentam conciliar as exigências do regime com as do movimento democrático-popular, tentando reformá-lo de maneira aceitável a seus olhos; c) As que visam acabar definitivamente com o regime, substituindo-o por um outro de amplas liberdades políticas. É o caso das propostas das forças populares.

A linha do jornal neste quadro não teve o **sentido mais geral de se pôr a serviço do fim do regime e do avanço do movimento democrático-popular. Nem de se pôr a serviço da inviabilização e desmascaramento das propostas de auto-substituição do regime, nem a serviço das alternativas radicais de seu fim, particularmente das de cunho popular. Em conseqüência, não teve o sentido geral de combate às tendências conciliadoras no seio da oposição.**

Esta linha foi assim porque **não partiu da idéia** de um regime em crise e em decomposição que marcha para o isolamento e desestabilização. Não parte também da idéia de um movimento popular e democrático em crescimento com capacidade de se constituir como alternativa concreta; parte da idéia de um movimento popular débil, enfrentando dificuldades imensas e irremovíveis a curto prazo, e, portanto, incapaz de se constituir como alternativa para a situação do país. Por isto, o alvo de nossa política editorial, via de regra, não é o regime e suas alternativas. Não é também a oposição conciliadora. Os temas abordados, da pequena burguesia intelectualizada, ou vistos sob sua ótica: Gabeira, machismo no PCB etc.

Vejamos:

A) No período da Frente Nacional de Redemocratização e das dissidências militares, nossa cobertura apresenta, de um lado, um aspecto positivo, ao perceber a importância e o sentido geral dos acontecimentos. Tratava-se de um processo de cisão nas bases do regime que assumia o caráter de conflito político aberto. Assim, o jornal acompanha detidamente os acontecimentos; cobre de forma simpática, **porém crítica**, a F.N.R., abre espaço em suas páginas para as dissidências manifestarem suas idéias e fazerem suas denúncias contra a "gang do planalto". Do ponto de vista político, combate com justeza as correntes sectárias que no seio da oposição insistiam em ver naquilo uma mera briga de generais com a qual o povo nada tinha a ver. As vendas rapidamente alcançam seus maiores picos após o fim da censura.

Mas, de outro lado, a cobertura já dava mostras, ainda que secundárias, de subestimação das forças populares e de apostar demais na oposição conservadora: ora, se a chamada "oposição conservadora" propõe à nação o fim do regime (em cima do programa de 8 pontos de Euler Bentes), aponta um instrumento para isto (a F.N.R.) e um caminho a seguir (o colégio eleitoral da ditadura); dando como aval de tal empreitada o suposto profissionalismo das Forças Armadas—estavam dadas as condições para tratar estas questões de uma ótica popular.

O que **Movimento** não faz. Ao contrário, é comum alguns editores afirmarem que "a única força capaz de se constituir como alternativa ao regime naquele momento, era a "oposição conservadora".

PP só existia na cabeça do nosso editor

Neste período **Movimento** é o único jornal popular que admite a existência de fatores de desagregação do regime e de conflitos no seio das classes dominantes. Porém, não consegue perceber os outros elementos dinâmicos da conjuntura. Nem o mais importante, o crescimento do movimento popular já visível: as grandes manifestações contra a carestia, as assembléias pela reposição dos índices adulterados e, mesmo, a primeira greve do ABC, indicavam que o país marchava para grandes conflitos sociais. Por isto, desconhece fatos importantes para a oposição popular como o processo eleitoral que além do aspecto plebiscitário, contava com grande participação das forças populares.

B) No período seguinte, **das grandes explosões de massa e de intensificação das manobras de abertura, nossa cobertura**, diante da derrota da oposição conservadora e das manobras do regime, se orienta predominantemente pela idéia de um regime forte que pôs fim às suas divisões internas e passou à ofensiva. E o movimento popular, impotente e incapaz, iria se acomodar a uma tática defensiva de acumulação de forças.

Por isto, o jornal é **pego de surpresa pela vitalidade do movimento popular:** Nas barbas de nossa sede em São Paulo estoura a 2ª grande greve do ABC, iniciando uma onda grevista. **O jornal vai a reboque, não consegue acompanhar nem contribuir de maneira decisiva. Assiste, por estar em dessintonia com o movimento real, a primeira grande queda de vendas. Para explicá-la surge a tese do "refluxo relativo" do movimento oposicionista "após a derrota da F.N.R.", aliado ao baixo nível de consciência política do povo que "obrigava" um jornal conseqüente(?) como Movimento a ter um público pequeno.**

Guiando-se pelo "refluxo relativo" do Sr. Raimundo Pereira, o jornal é novamente surpreendido pelo movimento popular, que, ao final da greve do ABC, se irradia social e geograficamente: de São Paulo para o resto do país e dos metalúrgicos para outras categorias de trabalhadores.

Ainda neste período, a cobertura de algumas manobras é ao mesmo tempo atrasada e estreita. Assim, por exemplo, a cobertura

O jornal atua como se fosse fiscal da esquerda e certas forças de oposição são criticadas com unilateralidade. É nítido o tom anti-PC do B

da reorganização partidária se revela atrasada ao não se orientar predominantemente pelo combate à proposta do regime (mostrando seus aspectos de manobra, suas limitações) e pela defesa de liberdade partidária real. Ao não discutir o papel, a importância e as limitações da atuação nos partidos institucionais para o processo de libertação nacional e social do povo, o jornal apenas enreda nas articulações concretas em curso e, dentre elas, não centra o fogo do ataque nas articulações do próprio regime — o PDS, e, nem mesmo, nas de conciliação com o regime, como o PP de Tancredo e o PTB de Brizola.

Se revela estreita quando, em vez de cobrir e debater as diversas articulações da oposição, em particular as com maior presença das forças populares, torna o centro da cobertura a defesa do PP de Raimundo e Duarte Pereira.

Uma proposta tática estreita e sectária que levava ao isolamento das forças populares no plano institucional e que se revelava inviável por falta de bases de sustentação política e social: o PP jamais saiu das páginas do jornal para a vida real. Por isto, **Movimento** cobre com má vontade o futuro PMDB e, inicialmente, até o PT que hoje louva. Cobre de forma negativa a chegada de Arraes ao país, por ele não se mostrar disposto a embarcar nesta canoa. Nosso editor chega a defender a vinculação editorial do jornal a esta proposta.

C) No período seguinte, com o fim das primeiras grandes explosões nos centros urbanos e da conclusão de algumas manobras, o jornal, que já apostara em duas canoas furadas, persiste no mesmo caminho. Nosso editor passa a alardear o sucesso relativo das manobras do regime: ele pusera em marcha um "recuo organizado", desarvorando com isto a oposição que, aos tropeços, ocupava o espaço doado pelo regime sem saber direito o que fazer.

Além disso, o regime conseguira atrair os liberais para o seu lado, ampliando suas bases sociais e marchando para um novo regime de certa estabilidade. Estava dado, portanto, um novo realinhamento definitivo de forças no país, com os liberais em seu conjunto passando ou prestes a passar para o lado do regime.

Se aposta na abertura de Figueiredo.

Assim, por exemplo, a reforma partidária era apresentada como vitória do regime, não se percebendo que ela não resolvera nem mesmo seus problemas. Ao nível do parlamento, a Emenda Lobão mostrava as intenções reais do regime e a fragilidade de sua maioria. **Movimento** não cobre sua tramitação, mas organiza minuciosos levantamentos de para onde foram os parlamentares da Arena e MDB **para tentar provar que o regime saíra fortalecido**, embora seu partido obtivesse no Senado e no Congresso menos parlamentares do que a antiga Arena. Uma maioria duvidosa em que nem o próprio regime confia.

O jornal aposta numa certa libertação do regime, embora já estivesse claro desde o final das greves, no período anterior, com a brutal repressão sobre a greve dos bancários, dos metalúrgicos de São Paulo e Contagem, que o regime marchava para o fechamento com o uso freqüente da legislação fascista e da repressão.

Ou seja, suas manobras longe de obter um sucesso relativo não deram o resultado esperado, obrigando-o rapidamente a esgotar seus limites.

Ao nível do movimento de massas, quando os estudantes retomam suas lutas de massas a nível nacional (apedrejando Maluf em São Paulo e entrando em greve em mais de seis Estados por verbas e contra aumentos de anuidades), o jornal não cobre satisfatoriamente, nem organiza pesquisas e debates que auxiliem o movimento dos estudantes. Ao contrário, introduz debates artificiais, como o de saber se "o PP de Tancredo é ou não de oposição", e a crucial (para os estudantes?) questão da "UNE e os liberais?". Nessa área, o editor do jornal antecipa até mesmo um certo sucesso relativo da nova política de arrocho salarial que poderia, segundo ele, criar dificuldades para o movimento grevista.

2º - A promoção de uma mudança no caráter do jornal que vai deixando de ser um jornal frentista, de caráter democrático, nacional e popular para ir se tornando um jornal de tendência, a serviço de um pequeno grupo e com um caráter de jornal de "esquerda".

Movimento nasceu com um caráter expresso e definido: **um jornal de oposição frentista, de conteúdo democrático, nacional e popular, sobretudo popular.**

Manter-se fiel a este caráter sempre foi vital para a existência do jornal. Nesse sentido, nunca tinha se proposto a ser um jornal alinhado ideologicamente entre as correntes da "esquerda". Nunca tinha tido a pretensão de se autopropor, como confessa José Carlos Ruy (**"por onde superar a crise do jornal", Movimento nº 251**) "o grande papel histórico" de "transformar-se no grande conduto através do qual as forças sociais poderão unir-se..." para a constituição de um "verdadeiro partido popular". Ainda mais sob o duvidoso pressuposto de que os partidos que aí estão — "especialmente os clandestinos" — não o são.

Ou então de se propor "recuperar a tradição da imprensa popular, interrompida desde a década de 20", como defende Duarte Pereira, ao classificar de "marco histórico" a publicação de um artigo de Raimundo Pereira, "o que os leitores não podem saber", respondendo à críticas internas e de leitores sobre a maneira por que o jornal se conduziu frente às questões internas dos partidos clandestinos. Isto é querer atribuir a **Movimento** — um jornal frentista, de conteúdo democrático, nacional e popular — a "missão histórica" de "recuperar" a tradição de uma imprensa partidária de conteúdo operário que expressara em suas páginas os debates das correntes do movimento operário, como os entre Lênin, Kautsky, na época da II Internacional. **Destas adulterações de seu caráter se origina um novo papel (missionário?) do jornal: ser pólo de um novo alinhamento ideológico e, em conseqüência, ser o "fiscal ideológico" das forças de esquerda, "em especial, das clandestinas".**

Assim, a editoria internacional alinha-se ao lado do maoísmo: defende a teoria dos três mundos, dá atenção despropositada a tudo que ocorre na China, posiciona-se até mesmo nas suas lutas internas. **É a perda de critérios jornalísticos, substituídos pelas preferências ideológicas de quem edita, estreitando o jornal e gerando protestos de leitores, como** David Capistrano Filho, criticando o que segundo ele, parecia "antisovietismo", ou como Pedro P. Neto e Francisco Mendes ("Dois Pesos Duas Medidas", nº 254) contra a cobertura unilateral da vida e do pensamento albanês.

A nova conjuntura do país evidencia a necessidade de um partido revolucionário, capaz de levar a bom termo a luta popular. Relacionado a isto, trouxe para a vida política os partidos clandestinos, sabidamente as maiores vítimas da repressão fascista e por isto, com grandes dificuldades de se apresentar ao povo com seus perfis reais. Estava dada, portanto, a oportunidade de tratar objetivamente esta questão: o que são estes partidos, o que pensam e propõem, quais seus problemas internos. Poderia se organizar roteiros, questões a serem debatidas, entrevistar seus dirigentes, militantes e também dissidentes, personalidades políticas. **Movimento** poderia propiciar um rico debate de grande interesse, mas ele perde esta oportunidade ímpar de fazer com estes partidos o que fez até mesmo com Hugo Abreu e suas dissidências militares: abrir suas páginas para que expusessem suas idéias, fizessem suas denúncias.

Guarida para dissidentes do PC do B

O jornal inicia sobretudo uma cobertura unilateral e irresponsável. Nela se destaca o tom anti-PC do B, manifestado claramente na maneira que edita questões relativas ao propalado processo de luta interna dentro deste partido: o jornal vira palco das idéias e versões de dissidências deste partido, dá, inclusive, guarida a dissidentes públicos, como é o caso de Wladimir Pomar. É o que se extrai da maneira por que edita documentos da guerrilha do Araguaia e do fato de, pelas mãos de seu principal editor, publicar a carta de Raquel Pomar, como a principal peça de seção de cartas, toda em negrito, com duas fotos, parecendo querer corroborar o teor desta carta.

Tudo isto compõe o quadro de um jornal que passa a ser de tendência, minando seu caráter frentista e seu conteúdo expresso, rompendo com sua prática anterior caracterizada pela tentativa de primeiro cobrir o mais "factual, multilateral e imparcialmente", possível, e, ao mesmo tempo, promover o debate entre as opiniões distintas, como no caso da invasão cubano-soviética em Angola.

3º - Ter exercido a direção de forma autocrática, esvaziando os mecanismos democráticos de decisão interna e cortando seus vínculos com a oposição de fora do jornal.

Uma das características centrais de **Movimento** era seu caráter interno democrático. O jornal é propriedade conjunta dos que o fazem, de pessoas da oposição democrática e popular que compraram suas ações. Tem um Conselho de Direção, eleito numa convenção dos funcionários e colaboradores, que teoricamente responderia por seus rumos. Promovia-se as reuniões e relatórios semanais de avaliação das edições. Estes mecanismos é que asseguravam a participação do conjunto dos colaboradores nos rumos editoriais. Neste período em que a direção imprime sua linha quase que exclusiva ao jornal, estes canais são praticamente eliminados. Ela difunde a idéia de que para ampliar é preciso despolitizar o jornal, profissionalizá-lo mais, justificando assim o estrangulamento do debate. As reuniões do Conselho viram coisa rara, feitas em geral para aprovar cortes diante de situações econômicas críticas; em todas elas, os problemas editoriais afloram com virulência e se determina ao centro a organização de um debate sistemático, nunca realizado.

Antes, os vínculos do jornal com a oposição eram permanentes, tinhamos canais que permitiam o exercício de influência na conduta editorial a ser seguida. Era a forma de assegurar um jornal capaz de tornar-se instrumento útil nas mãos da oposição. Estes vínculos são cortados com a maior parte da oposição: se estreita apenas com aqueles que estão de acordo com a linha dominante.

4º - A manutenção e o reforço de um jornal que do ponto de vista formal é elitista, num contexto em que o grande ator da cena política são as massas.

A direção mantém um jornal formalmente elitista, de textos longos, intelectualizados, difíceis, de letras pequenas e diagramação pouco popular. Não avança para torná-lo, também do ponto de vista formal, um jornal capaz de influir mais amplamente, além dos tradicionais "clubes dos 500". A saída de **Movimento** da crise atual passa por uma profunda revisão de sua prática recente. Passa por um processo de reconciliação com o curso dos acontecimentos no país e com os interesses da oposição democrática, nacional e popular. Pela recuperação e aprofundamento de seu caráter frentista e seu conteúdo expresso, especialmente, com sua perspectiva popular e com a flexibilidade necessária ao avanço do movimento popular. Pela recuperação e aprofundamento de seus mecanismos democráticos e de seus vínculos com a oposição, principalmente a popular. Por avançar, do ponto de vista formal, para ser um jornal adequado ao contexto em que as massas são o grande ator da cena política.

Sobre isto, gostaria de frisar:

1º - A conjuntura atual exige um jornal de frente, com conteúdo democrático, nacional e popular; sua conduta editorial tem de ter o sentido mais geral de se pôr a serviço do fim do regime e sobretudo a serviço do ascenso do movimento democrático-popular ajudando no combate às tendências conciliadoras no seio da oposição.

2º - **Movimento** não tem sido este jornal. Pelo contrário, caso persista no rumo atual, tende a perder importância e leitores: tenderia a morrer ou, no máximo transformar-se num pequeno jornal de tendência.

3º - No entanto, chegar a este jornal de frente, passa por **Movimento**. Primeiro porque a linha dominante atual, responsável por sua crise, pode não ser irreversível, desde que o conjunto da oposição popular e democrática influa no sentido de corrigi-la. Aí, o jornal poderia jogar um papel importante como instrumento da oposição democrática e popular na situação atual do país. Mas, caso **Movimento** enverede definitivamente no caminho de ser um jornal de tendência em briga com os fatos e com os interesses da oposição democrática e popular, a constituição de um jornal verdadeiramente frentista passa pela superação crítica de sua experiência.

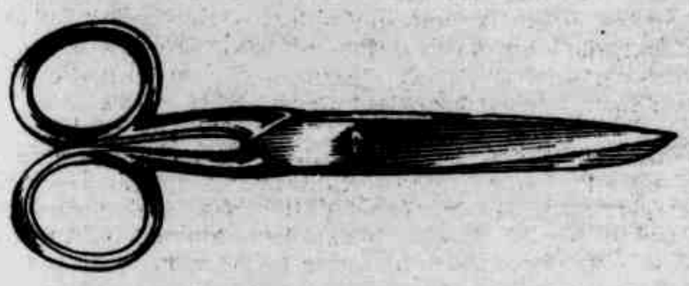
MOVIMENTO

Corta Essa!

Eu teria uma série de críticas e sugestões quanto à fase atual de **Movimento**, principalmente sugestões. Mas ficarão para outra oportunidade. O que me interessa agora é a seção **Corta Essa!** que do jeito que está, o melhor mesmo é cortar essa e ceder lugar para coisas mais importantes, como por exemplo mais uma página para contribuições dos leitores, como era feito antigamente com a publicação de contos.

Neste sentido, concordo inteiramente com o sr. Igor Fuser, quando ele ressalta o "humor forçado e restrito a um seleto grupo de iniciados nas questões de esquerda"... e de fato os últimos **Corta Essa!** têm sido no mínimo melancólicos, e dão mais vontade de chorar do que de rir. Ou se faz humorismo de qualidade (e nós temos tradição de humorismo político de qualidade) ou é melhor que se acabe de uma vez com a página humorística do jornal.

Luiz Cavalcanti Bahiana
Rio de Janeiro, RJ



AGRICULTURA

Crédito rural não muda nada

Apesar das promessas, pequenos produtores continuam na mesma

Com relação às recentes medidas do Conselho Monetário Nacional (CMN) referentes ao crédito agrícola para o custeio da safra 1980/1981, fixando o direito à obtenção de financiamento na ordem de 100% do Valor Básico de Custeio (VBC) para os "mini", pequenos e médios produtores rurais, e cobertura de 80% para os grandes produtores, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo — Fetaesp — tem a declarar que:

1) a decisão do Governo não altera, em relação aos "mini" e pequenos produtores, a política de crédito rural até hoje adotada. Eles continuarão a enfrentar a burocracia bancária e a concorrência desigual com os empresários e agroindustriais;

2) a exemplo do que ocorreu com o chamado "saco agrícola" do ano passado, é mais uma medida paliativa, sem nenhum reflexo positivo na mecânica e no volume de crédito destinado à agricultura dos pequenos;

3) essa decisão do CMN reforça a posição daqueles que defendem que o Governo deve propiciar o surgimento de uma classe média rural forte, em detrimento das aspirações, dos anseios da enorme parcela da população rural, constituída de cerca de 11 milhões de famílias de trabalhadores rurais (desde pequenos proprietários sem empregados, bem como arrendatários, parceiros, posseiros, assalariados e volantes), já marginalizados pela injusta estrutura fundiária.

Ao mesmo tempo, a Fetaesp afirma que as mudanças que devem ser feitas no campo, não podem se limitar ao crédito, uma vez que:

1) o crédito tem sido um instrumento muito mal utilizado no Brasil; sempre a serviço do grande empresário, beneficiando até latifundiários que, a rigor, estariam impedidos de utilizá-lo, conforme o artigo 119, do Estatuto da Terra. É preciso acabar com a política de incentivos e isenções fiscais e outros artifícios que ajudam a criar deseconomias, gerando desemprego no campo com a expulsão de trabalhadores rurais;

2) mudar o "modelo agrícola", como se apregoa — apenas com uma política artificial de crédito — é brincar com a opinião pública e com o homem do campo. O Governo se nega sistematicamente, a executar a Reforma Agrária, reconhecida como necessária desde 1964, quando o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Terra;

3) para que se implante uma política agrícola que atenda às necessidades do meio rural, é preciso dar terra aos homens sem terra; propiciar um serviço eficiente de extensão rural, com plena absorção dos agrônomos, veterinários e técnicos agrícolas — hoje desalojados nas cidades; propiciar uma educação escolar com mentalidade rural, séria, que estimule o homem do campo e sua família a permanecerem no campo;

4) é preciso, por fim, abandonar o atual modelo econômico, que é antidemocrático, estimulador do sistema que privilegia a indústria, o grande comércio, os bancos, em detrimento da agricultura dos pequenos — esta agricultura que é a base de uma economia sadia, correta e sem inflação.

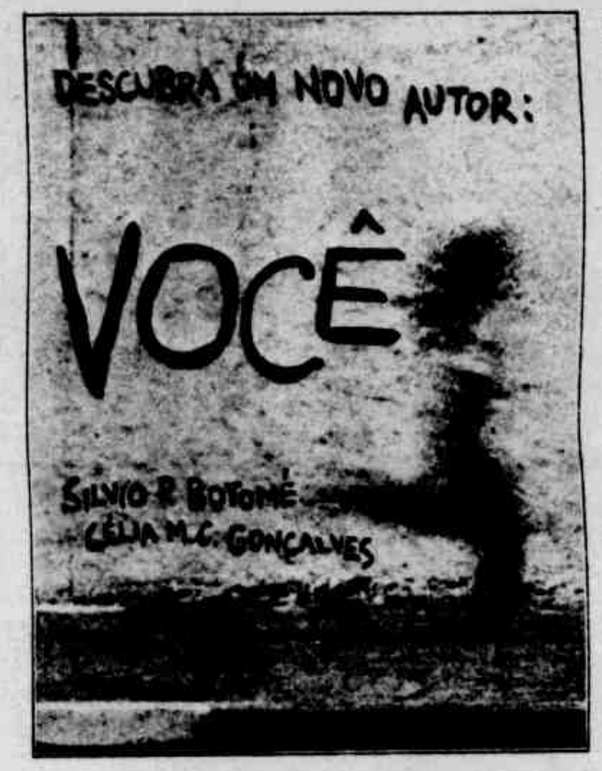
Roberto Toshio Horigati, presidente da Fetaesp
Capital, SP

ALMANAQUE 11 — EDUCAÇÃO OU DESCONVERSA?

Vários Autores

Sob a Coordenação Geral de Walnice N. Galvão e Bento Prado Jr., Almanaque chega agora a seu número 11 com o título Educação ou Desconversa?

Trata-se de uma coletânea de textos de autores como Carlos Rodrigues Brandão, Antonio Candido, Marilena Chauí entre outros, onde a problemática da educação é colocada em questão.



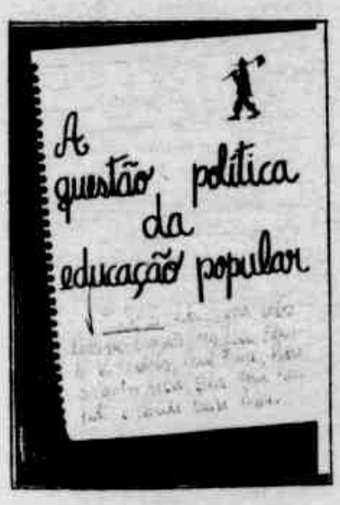
DESCUBRA UM NOVO AUTOR: VOCÊ

Silvio R. Botomé
Célia M. C. Gonçalves

Este livro foi escrito por dois psicólogos preocupados em tornar possível a aprendizagem de escrever com facilidade. Ensina como estruturar idéias e opiniões por escrito num tipo de redação denominado Dissertação.

Este livro se destina a: estudantes de colegial, estudantes de cursinho, universitários... e a todos que por qualquer motivo queiram ou precisem aprender a pôr no papel suas idéias e opiniões.

316 pp. Cr$ 490,00



A QUESTÃO POLÍTICA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Vários Autores

De um modo ou de outro todos os autores reunidos nesta coletânea estiveram envolvidos em projetos, experiências e movimentos que começaram a misturar nomes tradicionais como: "Cultura" e "Educação", com o adjetivo "Popular" do que resultou não um conjunto novo de conceitos, mas um momento de renovação na história da Educação no Brasil. Pela primeira vez, procura-se pensar a educação às avessas, associá-la de fato a um tipo de prática política, a que se acostumou chamar de *libertação popular*.

VIVENDO E APRENDENDO

— *Paulo Freire*
— *Miguel Darcy de Oliveira*
— *Rosiska Darcy de Oliveira*
— *Claudius Ceccon*

Aqui estão algumas experiências em educação popular de que participaram os autores: a dos operários italianos que buscam mudar as relações de trabalho e a sociedade em que vivem; a das mulheres em busca de sua identidade; a do movimento de libertação no poder na Guiné Bissau empenhado em mobilizar a popular na tarefa de reconstrução nacional.

São contextos portadores de propostas educacionais radicalmente novas em que os movimentos sociais reinventam a educação.

r. barão de itapetininga, 93/99 – 12º andar
01042 – tel.: 231-1422 – cx. postal 30.644
são paulo – brasil

ATENDEMOS PELO REEMBOLSO POSTAL

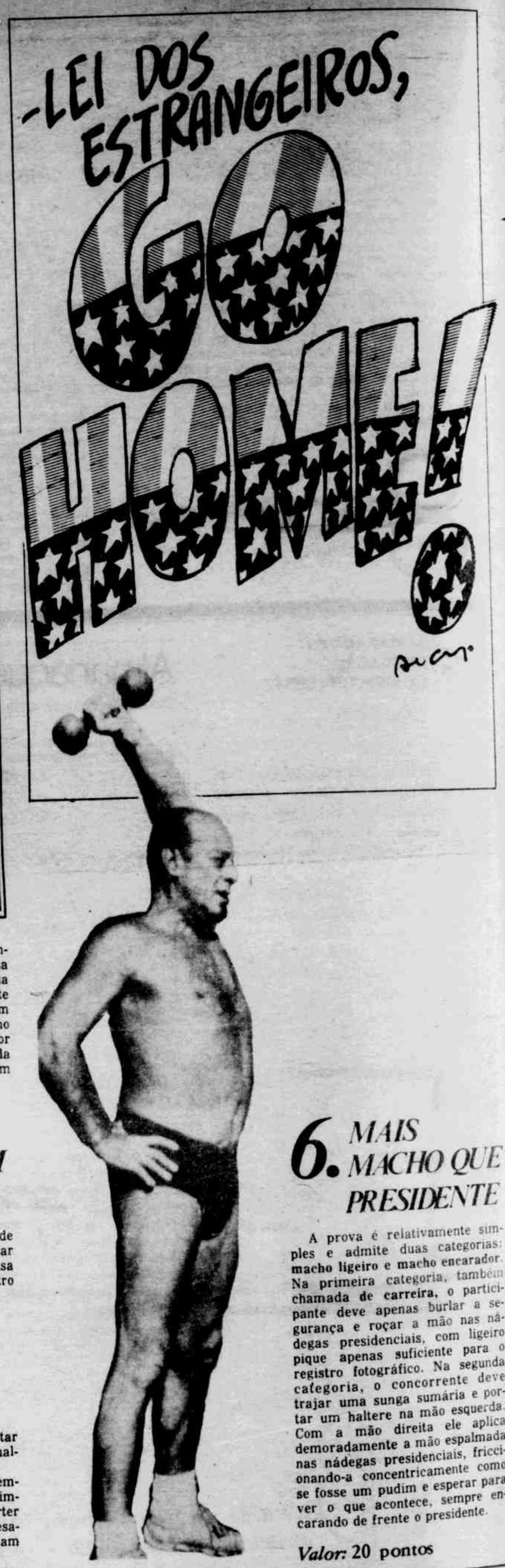
CORTA ESSA!

boicotando o boicote, sugere as

OLIMPÍADAS POPULARES

Em defesa de um esporte democrático, aberto à participação de todos, não profissional, Corta Essa lança sua Olimpíada!

Leitor! Não fique assentado assistindo olimpíadas pela televisão. esse é um dos raros casos em que o esporte pode lhe causar hemorróidas, barriga e embatucamento mental. Corta Essa *lhe oferece uma alternativa emocionante: participe de nossas Olimpíadas Alternativas! Leia nosso regulamento e vá em frente. Nossos prêmios são apenas espirituais, apesar de altamente gratificantes. Não perca tempo. Comece já!*



1. BARRA MÓVEL NO TREM DE SUBÚRBIO

É uma prova simples, na qual quase todo brasileiro de subúrbio é craque. Consiste em desfilar, de maneira exibicionista, por muitos quilômetros consecutivos, dependurado acrobaticamente numa semi-argola móvel em alta velocidade, sem rede. Conta pontos principalmente pela habilidade do concorrente em desviar, com grande malabarismo, de postes e outros obstáculos fatais.

Valor: 10 pontos

2. CAÇA À BORBOLETA TRABALHISTA

Igualmente simples como o anterior, basta apenas capturar a borboleta de Ivete Vargas. A prova, além de fácil, contribuirá grandemente para a ciência ao possibilitar a classificação e enquadramento etmológico do precioso fóssil de transição entre os aracnídeos e lepidópteros.

Valor: 1 ponto

3. DESCOMPOSTURA AO GENERAL

Na primeira categoria dessa modalidade, basta ao concorrente se aproximar do comandante do II° Exército e lhe aplicar um coque. Essa prova é muito fácil, pois qualquer cidadão de estatura mediana é bem mais alto que o general, o que facilita estrategicamente a aplicação do coque, de cima para baixo. Essa prova, portanto, vale pouco: 3 pontos. A segunda categoria é mais difícil e vale 10 pontos: o concorrente deve chegar bem perto do general e inquirir, em tom bem severo, enquanto mete o dedo indicador bem no nariz do referido: " Seu general muito malvado, por que você não vai passear de helicóptero em cima da cabeça do Maluf e não deixa os trabalhadores em paz?"

4. EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO COM INFLAÇÃO DE 100%

Vale 100 pontos. É permitida ao atleta toda sorte de facilidade em termos de equipamento. Pode usar caderneta de poupança, e até deixar de comer. Nessa prova a única fraude é ser do PDS ou ser ministro com mordomia.

5. PROVA MUÇULMANO ENFURECIDO

O concorrente deve trajar-se de conforme e estar brandindo ameaçadoramente uma cimitarra em qualquer das categorias abaixo:

Na primeira, deve entrar acintosamente na embaixada americana, lançando uma catadupa de imprecações islâmicas, exigindo que o presidente Carter seja trazido ao local para ouvir uma série de desaforos, do tipo: "Lugar de iraniano é no Irã, devolvam o Xá"; "O imperialismo é uma cabra de papel".

Na segunda, o concorrente deve adentrar sorrateiramente na embaixada da União Soviética e se esgueirar pelos arbustos do jardim da embaixada lançando gritos lancinantes em afegão. Quando a embaixada já estiver em polvorosa, pronta para lhe agraciar com uma medalha de ouro, retire-se acintosamente para boicotar o esforço olímpico de Moscou.

6. MAIS MACHO QUE PRESIDENTE

A prova é relativamente simples e admite duas categorias: **macho ligeiro e macho encarador.** Na primeira categoria, também **chamada de carreira,** o participante deve apenas burlar a segurança e roçar a mão nas nádegas presidenciais, com ligeiro pique apenas suficiente para o registro fotográfico. Na segunda categoria, o concorrente deve trajar uma sunga sumária e portar um haltere na mão esquerda. Com a mão direita ele aplica demoradamente a mão espalmada nas nádegas presidenciais, friccionando-a concentricamente como se fosse um pudim e esperar para ver o que acontece, sempre encarando de frente o presidente.

Valor: 20 pontos

MOVIMENTO 5 ANOS
Edição Semanal 262 - 7 a 13/7/80